

AJUDA MEMÓRIA

Grupo de conjuntura da Fundação Perseu Abramo

Organizadores

Valter Pomar

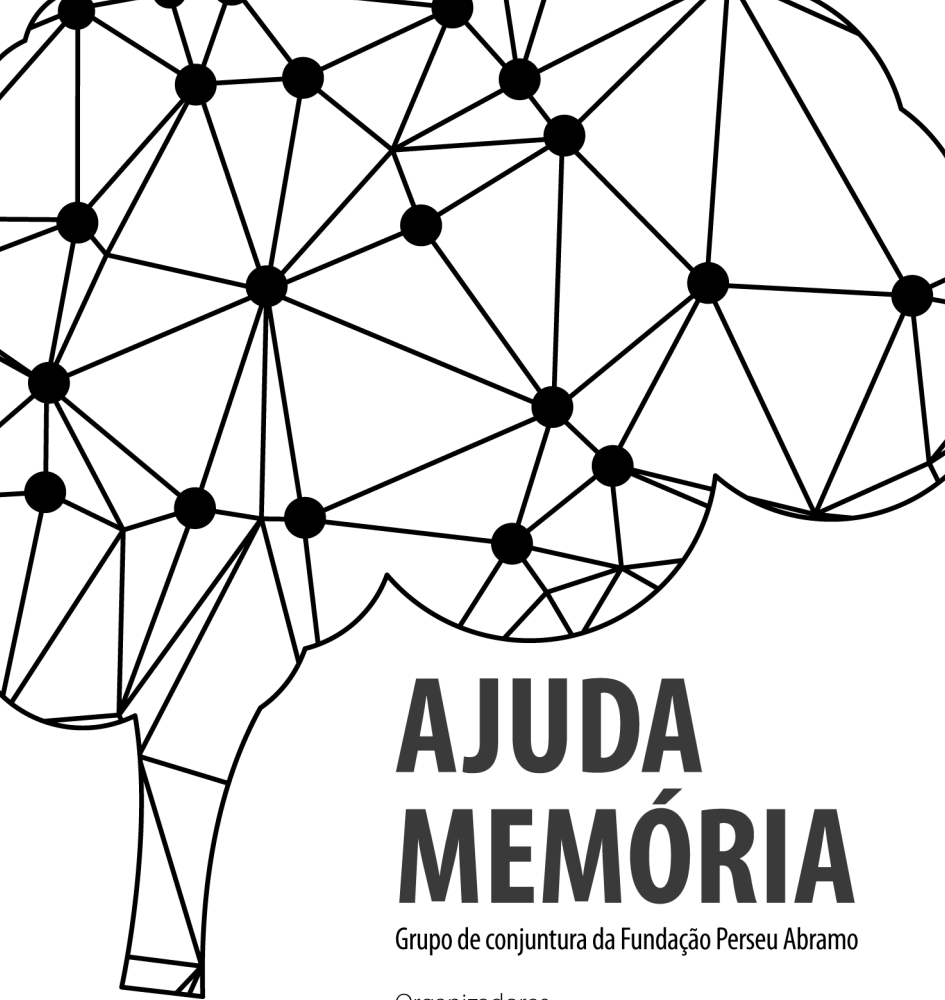
Adriano Bueno



FUNDAÇÃO

Perseu Abramo

Partido dos Trabalhadores



AJUDA MEMÓRIA

Grupo de conjuntura da Fundação Perseu Abramo

Organizadores

Valter Pomar

Adriano Bueno



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

AJUDA MEMÓRIA

Grupo de conjuntura da Fundação Perseu Abramo

Organizadores: Valter Pomar e Adriano Bueno

Projeto gráfico e capa: Emilio Font

ISBN 978-65-5626-026-6

Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

Diretoria:

Presidente: Aloizio Mercadante

Vice-presidenta: Vivian Farias

Elen Coutinho

Jéssica Italoema

Artur Henrique

Alberto Cantalice

Carlos Henrique Árabe

Jorge Bittar

Geraldo Magela

Valter Pomar

Conselho editorial: Albino Rubim, Alice Ruiz, André Singer, Clárisse Paradis, Conceição Evaristo, Dainis Karepovs, Emir Sader, Hamilton Pereira, Laís Abramo, Luiz Dulci, Macaé Evaristo, Marcio Meira, Maria Rita Kehl, Marisa Midori, Rita Sipahi, Silvio Almeida, Tássia Rabelo, Valter Silvério.

Coordenador editorial: Rogério Chaves

Assistente editorial: Raquel Costa

São Paulo, junho 2021

Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 – Vila Mariana, 04117-091 São Paulo – SP

Fone: (11) 5571 4299

www.fpabramo.org.br

editorial@fpabramo.org.br

Sumário

Apresentação	5
Ajuda memória de 2 de junho de 2020	7
Ajuda memória de 24 de junho de 2020	11
Ajuda memória de 29 de setembro de 2020	15
Ajuda memória de 5 de outubro de 2020	24
Ajuda memória de 26 de outubro de 2020	31
Ajuda memória de 30 de novembro de 2020	42
Ajuda memória de 11 de janeiro de 2021	46
Ajuda memória de 25 de janeiro de 2021	52
Ajuda memória de 1 de fevereiro de 2021	56
Ajuda memória de 15 de fevereiro de 2021	60
Ajuda memória de 8 de março de 2021	74
Ajuda memória de 15 de março de 2021	83
Ajuda memória de 22 de março de 2021	88
Ajuda memória de 31 de março de 2021	94
Ajuda memória de 5 de abril de 2021	98
Ajuda memória de 12 de abril de 2021	102
Ajuda memória de 19 de abril de 2021	110
Ajuda memória de 26 de abril de 2021	120
Ajuda memória de 11 de maio de 2021	132
Ajuda memória de 31 de maio de 2021	139
Ajuda memória de 21 de junho de 2021	148
Ajuda memória 28 de junho de 2021	152

Apresentação

O grupo de conjuntura da Fundação Perseu Abramo foi constituído quando Nilmário Miranda era presidente da Fundação e Rui Falcão presidente nacional do PT. Assumiu várias formas e dinâmicas ao longo de sua existência. Atualmente se reúne toda segunda-feira (com exceção de feriados e dias que coincidem com atividades convocadas pelo Diretório Nacional do Partido).

A dinâmica das reuniões é a seguinte: um informe sobre a semana que passou, feito por José Sergio Gabrielli de Azevedo, economista, professor aposentado da UFBA e ex-presidente da Petrobras; às vezes informes complementares sobre um ou mais temas que tenham sido escolhidos pelo grupo (por exemplo, a eleição na Bolívia, a reforma administrativa, as eleições municipais, as manifestações contra Bolsonaro no 19J etc.); em seguida um debate livre. Ao término de cada reunião do grupo, é elaborada uma “Ajuda Memória”, que é enviada como subsídio ao Diretório Nacional.

Além dos integrantes do Grupo propriamente dito, são convidados permanentes as pessoas que fazem parte da Diretoria e do Conselho Curador da FPA, do Diretório Nacional do PT e das bancadas petistas no Congresso Nacional. Além disso, a depender do tema que será debatido, convidamos companheiras e companheiros com “saber acumulado” em diferentes frentes de luta e conhecimento, que a partir desse momento passam a ser convidados para as próximas reuniões do Grupo. Também participam os coordenadores das diferentes áreas da FPA. Não existe uma lista formal de presença, mas dentre os que participaram uma ou mais vezes de nossas reuniões, até hoje, estão: Ademário Costa, Alberto Cantalice, Arthur Chioro,

Artur Henrique dos Santos, Arthur Araujo, Beth Ng, Breno Altman, Carlos Zarattini, Celso Amorim, David Silva Jr., Cida de Jesus, Dilma Rousseff, Elen Coutinho, Eleonora Menicucci, Eliane Cruz, Eloi Pietá, Enio Verri, Esther Bemerguy, Esther Dweck, Felipe Freitas, Fernando Pimentel, Flávio Jorge Rodrigues, Francisco Chagas, Geraldo Magela, Gilberto Carvalho, Giorgio Romano, Givânia Silva, Gleisi Hoffmann, Helena Abramo, Humberto Costa, Ideli Salvatti, Iole Iliada, Ioná Gabrielli, Iriny Lopes, Jilmar Tatto, João Paulo Rodrigues, José Dirceu, José Gomes Temporão, José Guimarães, José Genoíno, José Sergio Gabrielli de Azevedo, Juca Ferreira, Juliana Borges, Kjeld Jakobsen (in memorian), Lais Abramo, Luana Soncini, Luiz Eduardo Greenhalgh, Luiza Dulci, Maria Alice Vieira, Marcelo Manzano, Marcos Coimbra, Mila Frati, Miriam Belchior, Monica Valente, Natalia Sena, Nilma Lino Gomes, Olivio Dutra, Patrick Araújo, Paulo Ramos, Paulo Fernando Andrade, Paulo Fernando dos Santos “Paulão”, Raimundo Bomfim, Raul Pont, Regina Queiroz, Ricardo Berzoini, Rogério Chaves, Rose Spina, Rui Falcão, Selma Rocha, Sérgio Machado Rezende, Tainá de Paula, Tarso Genro, Tereza Campelo, Teresa Leitão, Tiago Soares, Vilson Oliveira (in memorian), Vivian Farias e Wladimir Pomar.

A coordenação das reuniões e a elaboração da memória são de minha responsabilidade, embora não necessariamente expressem o meu ponto de vista pessoal.

A presente edição, organizada por mim com a colaboração do companheiro Adriano Bueno, reúne todas as ajudas memórias divulgadas até o dia de hoje. Espero que possam ser úteis.

Valter Pomar

9 de junho de 2021

Ajuda memória de 2 de junho de 2020

1. O que estamos vivendo não é uma situação habitual, muito antes pelo contrário. É preciso observar com atenção a situação, que contém elementos atípicos, inéditos;

2. Situação internacional, em suas várias dimensões (América Latina, EUA x China, crise sistêmica do capitalismo, protestos etc.) e conexões com a situação nacional;

3. Tendência de curto prazo (1 ano) é de agravamento da crise sanitária, crise social, crise econômica, crise política, crise cultural;

4. Brasil como epicentro da pandemia. Piso de 40 mil mortos, qual será o teto? A caminho de um novo pico? Implicações políticas de curto prazo e implicações societárias de médio prazo;

5. Pandemia reafirmou com destaque a natureza do neoliberalismo e das chamadas políticas de ajuste fiscal, desnudando as desigualdades sociais e o impacto sobre os setores mais vulneráveis e já precarizados, como os pobres, as mulheres, negros e negras. É necessário retomar com tudo o debate sobre os projetos de desenvolvimento;

6. Pandemia criou dificuldades para eles, mas também criou oportunidades (“passar uma boiada”, amplos setores da esquerda em “auto prisão domiciliar”, pretextos para estado de defesa/sítio etc.). Governo Bolsonaro enfrenta dificuldades, mas...

7. Alguns setores estão ganhando com a crise: mercado de ações, depreciação do dólar e crescimento de alguns mercados estão gerando lucros para investidores, exportadores e para alguns ramos (carnes, grãos, petróleo) onde está havendo ampliação dos

valores e do volume de vendas físicas. Levar isso em conta ao analisar a relação entre o grande capital e o governo (Guedes e sua política);

8. Ver a posição das Forças Armadas. Militarização da gestão do governo. Até onde vai a relação da Instituição com o governo? Da tutela pode se passar a sustentar o golpe dentro do golpe?

9. Considerar na equação postura das PMs, milícias estrito senso e milícias “amplo senso”;

10. Embora estejam ocorrendo derrotas deles no curto prazo (questão sanitária), não confundir derrotas em votações com possibilidade de impeachment. Recomposição do bloco de apoio ao governo no Congresso;

11. Frente a isto, posição do Rodrigo Maia e seu grupo é “expectativa”, não “ofensiva”;

12. Foco da crise institucional, no momento, está no conflito entre governo e judiciário. Situação no STF e no TSE;

12. Tensão com governadores. Rio de Janeiro, São Paulo e Minas. Consórcio Nordeste. No “colo” de quem vai cair a crise?

14. Bolsonaro se puder dará um golpe, mas quais as condições para que isso ocorra e se sustente? A tática da ameaça permanente. “Instabilidade ofensiva”;

15. Na classe dominante, há setores em dúvida sobre ir com Bozo até o fim ou ir para algum “plano B”. Atentar para movimentação Armínio, Mendonça de Barros, Maia, a busca de um Guedes melhorado. Destruição da Constituição;

16. Atentar para os movimentos de classe “por baixo” das movimentações institucionais. Flutuações (por conta da situação

econômica, dos ataques à democracia, da postura frente a pandemia etc.) no “humor” dos capitalistas, dos setores médios e dos setores populares que votarão no capitão;

17. Relação do internacional com o nacional, num ambiente de crise sistêmica, torna tudo ainda mais imprevisível. Mudanças súbitas na correlação;

18. Atentar para dimensão estratégica. Não se trata de um “acidente”, nem apenas de antipetismo, um pedaço da classe dominante “tem um projeto”. Tendências à primarização, militarização, repressão contra esquerda etc;

19. Violência – forças armadas, policias militares, milícias, clima cultural na sociedade — assumiu papel destacado na luta política. Como colocar o gênio de volta na garrafa?

20. Idem fundamentalismo. Guerra cultural, guerra religiosa;

21. Quem vai pagar a conta? A natureza de classe, de raça, de gênero e regional dos que já estão pagando a conta.

22. Analisar de maneira detalhada a situação do nosso lado. Sun Tzu.

23. Massa da classe trabalhadora assistiu “reformas” em “silêncio alarmante”, reações apenas de vanguarda;

24. Dificuldades e divergências na elaboração da tática. Dificuldades múltiplas na hora de aplicar;

25. Força real nossa é pequena. Como alterar esta situação?

26. Por onde passa a mobilização da classe trabalhadora, negros e negras, mulheres, moradores das periferias, os “precarizados”. Como dialogar, como organizar?

27. O diálogo da esquerda com a própria esquerda;
28. Como lidar com os setores que apoiaram o golpe, apoiaram condenação/prisão, apoiaram Bozo ou lavaram as mãos, mas agora estão se mexendo?
29. Tática no congresso, extensão do auxílio emergencial;
30. Tática junto ao judiciário;
31. Tática junto ao grande capital;
32. Tática junto às forças armadas & quetais;
33. Especificamente, como lidar com os governadores do lado de lá?
34. Frente ao que “Juntos” expressa: qual deve ser nossa postura? Aliados? Aliados e inimigos? Aliados agora, inimigos depois? E nas eleições? Variantes. Maneiras de tratar publicamente: desqualificar, demarcar mais, romper o isolamento etc.
35. Qual o programa? Ênfases e articulação entre liberdades democráticas, direitos sociais, soberania nacional;
36. Como construir uma oposição que tenha mais consistência programática alternativa? Atenção para soberania, desigualdade, os mais desiguais (ebulição racial, mulheres), política e território (a questão regional, Nordeste, Amazonia), ambiental, mudanças climáticas, indígenas (genocídio);
37. Atentar para a Amazônia, novamente fronteira de expansão de um projeto neoprimarizante: genocídio, agressão ambiental, desmatamento, garimpeiros, guerra de posição das milícias. A militarização da Amazônia no Conselho;
38. Como enfrentar o “bloqueio comunicacional”?

39. Mobilização em tempos de pandemia e em tempos de pandemônio. Fazer? Como fazer? Não desestimular. Como tratar os “símbolos nacionais”;

40. Tática eleitoral, usar positivamente 2020, enfatizar ao lado da denúncia e apresentação de alternativas, o tema da democracia participativa;

41. Desdobramentos no tempo: pandemia/democracia agora, depois transição? Ou tudo junto e misturado?

42. Este jogo não será resolvido no curto prazo. Ruptura ou transição? Golpe por dentro do Estado? Deslocar 5 milhões?

43. Agora e no day after, o financiamento do Estado. Emissão de moeda, guerra fiscal, tributação, setor financeiro. Qual alternativa sistêmica?

44. Agora e no day after: a construção de uma democracia radical, como alternativa para a reinvenção da esquerda em tempos pós pandemia e de extrema direita, que precisa ser anticapitalista, antirracista, antipatriarcal, antiLGBTfóbica e antifascista.

Ajuda memória de 24 de junho de 2020

1. Sempre dentro do contexto geral já delimitado em reuniões anteriores (ver ponto 1 da ajuda memória anterior), é necessário atenção especial para alguns movimentos feitos pelo núcleo duro do governo Bolsonaro e, também, sinalizações de outros segmentos, por exemplo: silêncio obsequioso do presidente; embaixadas de ministros do governo junto ao STF; entrevista de FHC pedindo “tolerância” com Bolsonaro; atividade conjunta de Maia/Alcolumbre/Flávio Bolsonaro etc. Mesmo a nomeação do ministro

da Educação (que, entretanto, pode ser que não venha a ser efetivamente empossado) parece sinalizar uma tentativa de recomposição (militar, negro, não olavista, embora também de extrema direita). Estas e outras ações visam reduzir tensões e recompor, e indicam uma mudança de tom dentro do governo, que parece também estar em busca de um acordo, seja por razões imediatas, seja para prevenir-se de explosões sociais futuras que possam decorrer do agravamento da situação. A manutenção da política econômica com Bolsonaro domado seria algo possível? Se for, por quanto tempo? Bolsonaro é “domável” ou tem “a natureza do escorpião”? Vale lembrar que, na reta final das eleições de 2018, parte das elites apostou exatamente na capacidade de “controlar” o presidente.

2. Há que considerar, nesta análise, a resiliência que vem sendo demonstrada por Bolsonaro. A pesquisa Datafolha mostra que ele mantém 32% de apoio estável. Embora cresça a oposição em diferentes setores, com destaque para os jovens, Bolsonaro aumentou sua base de apoio entre os pobres. Há uma clara associação entre o apoio e a ajuda emergencial, inclusive naquelas regiões, como o Nordeste, onde Bolsonaro recebeu mais votos. Mas não se trata apenas dos recursos econômicos. Existe uma base militante de direita, com muita presença nos militares e nos pentecostais, com forte influência nas camadas populares. Ao mesmo tempo, a política econômica atrai o apoio da oligarquia financeira, cujos rendimentos cresceram de maneira gigantesca, em plena pandemia (destaque para bolha de ativos na bolsa de valores). Entretanto, a passageira situação de inflação & juros baixos não resultou, nem vai resultar, em crescimento econômico. A única política econômica real do governo é o ajuste fiscal permanente. As reduções

na taxa SELIC têm pouco efeito prático sobre a economia real. Os spreads elevados, a cautela das empresas e a baixa demanda por crédito das famílias (desemprego) faz com que sejam baixos todos os indicadores de concessão de crédito. Por outro lado, “os mercados” seguem pressionando por mais ajuste fiscal. Há uma pressão inflacionária que ainda não está totalmente visível. E o governo adota metas de inflação para os próximos anos, que apontam para mais cortes de “gastos” e salários.

3. Na contramão das movimentações e variáveis citadas anteriormente, existem vários fatores que podem impedir os acordos e dificultar a continuidade do governo até 2022. Um deles é o resultado da eleição nos Estados Unidos, caso a crise de saúde e a crise econômica levem à derrota de Trump. Outro é uma possível mudança da atitude de setores do empresariado, causada por perdas materiais que a política econômica e/ou a política externa possam vir a causar. Há setores do capital financeiro internacional, que pressionam o governo nos temas climáticos e ambientais, em linha diferente da defendida pelo governo. E existe um potencial conflito entre o “neogeiselismo” de alguns militares e o manejo da economia feito por Guedes. Há, também, o conflito com parte da mídia oligopolista. E o fator Queiroz, caso venha a falar (a respeito dos conflitos entre o clã e o sistema judicial, atenção para a crise na Operação Lava Jato). Mas a variável com maior potencial desestabilizador segue sendo a mobilização popular, por conta da crise sanitária, social e econômica, agravadas pela política de isolamento parcial e zigzagueante que vem sendo adotada.

4. A situação econômica é tétrica e vai piorar. Produção industrial cai, venda de bens cai, com efeito direto sobre a receita

fiscal. Impacto brutal sobre os pequenos e médios empresários, especialmente em áreas como escolas, restaurantes e bares, serviços pessoais e de beleza. Impacto ainda mais brutal sobre os trabalhadores empregados por esses e outros setores. Há cerca de 36 milhões de trabalhadores e de trabalhadoras que estão desempregados e gostariam de trabalhar. A este volume imenso de desemprego aberto e oculto, acrescenta-se os que estão com contratos suspensos e com salários reduzidos. Por outro lado, entre os que estão em trabalho remoto, mantendo salários e empregos, predominam os trabalhadores brancos, com ensino superior, residentes na região sudeste do país. Se ainda não aconteceu uma onda de saques familiares, é por conta da combinação entre políticas sociais que ainda sobrevivem, com a renda básica emergencial. Importante apoiar e analisar detidamente a greve dos entregadores (independente de que ocorra, a simples convocatória é um fato extraordinário).

5. O governo Bolsonaro pretende aproveitar esta situação, para – em nome de supostamente ajudar os mais pobres entre os mais pobres – eliminar ou cortar barbaramente uma série de políticas sociais, oferecendo na outra ponta algum tipo de renda básica. Ou seja, fornecendo um “voucher”, não complementar a outras políticas, mas substituindo as outras políticas, especialmente acabando com o bolsa família, uma meta simultaneamente fiscal (reduzir “custos”) e política (“apagar as digitais” do PT). O aparente consenso universal em torno de uma “renda básica igual, universal e incondicional” é parte de uma operação que visa reduzir o gasto público, reduzir o valor investido em políticas sociais, não realizar distribuição de renda. Na contramão disto, devemos expandir o bolsa família, expandir o investimento público e não separar a ga-

rantia de renda da garantia do trabalho. A revolução tecnológica pode ser acompanhada de redução de jornada, ampliação das políticas públicas e de cuidados.

6. O governo Bolsonaro também está aproveitando para “passar a boiada” de seus “projetos desestruturantes”, como fez ao aprovar no senado, por ampla maioria (64x13), nove fora divergências políticas a parte, a privatização do setor de saneamento, expressando não apenas interesses econômicos, mas também uma profunda disputa de modelo. O PT foi o único partido que fechou posição contra. Mas alguns governadores implementam políticas de privatização de saneamento. Noutros terrenos também persistem diferenças mais ou menos importantes - de natureza tática ou estratégica - dentro do Partido, por exemplo acerca da frente ampla/frente de esquerda, ou da política para as eleições de 2020. Como a conjuntura tende a se tornar cada vez mais difícil, a convivência (na ação) destas múltiplas políticas gera, na melhor das hipóteses, dissipação de energias. Como tratar este assunto extrapola o mandato deste GT.

Ajuda memória de 29 de setembro de 2020

No dia 26 de setembro, tiveram início, oficialmente, as eleições municipais de 2020. Estão aptos a votar 147.918.483 brasileiros e brasileiras. Como em outras vezes, uma parte se absterá. Nas eleições de 2012, por exemplo, votaram 115.807.514 (19%); nas de 2016, votaram 118.755.509 (17%). Qual será a abstenção nessas eleições? A abstenção vai se concentrar em algum setor social, em alguma região, em alguma orientação política?

Além da pandemia e da consequente mudança na data, há outras duas mudanças importantes nas eleições de 2020, afetando as coligações proporcionais e o financiamento público (será a primeira eleição municipal a contar com isto). Como essas duas mudanças vão impactar o desempenho das diferentes candidaturas e partidos?

As eleições de 2020 vão ocorrer em 5.569 municípios. Destes, há 95 cidades onde ocorre segundo turno. Estas cidades, somadas, reúnem um eleitorado total de 56.234.465 pessoas, ou seja, 38,02% do eleitorado total brasileiro. Há outras cidades importantes, do ponto de vista político e eleitoral, onde não há segundo turno. É o caso de Palmas, no estado de Tocantins. É o caso, também, das cidades atualmente administradas pelo Partido, por exemplo Araraquara (SP) e São Leopoldo (RS). Do ponto de vista político, o desempenho nessas cidades vai influenciar muito o significado político geral da eleição de 2020 no Brasil, em particular o balanço que se faça sobre o desempenho da esquerda em geral e do PT em particular.

Isto não significa que vencer nas 100 cidades mais populosas, seja necessariamente vencer em 2022. Pode ocorrer de 2020 sinalizar os resultados de 2022 (como ocorreu em 2000/2002), mas o quadro de instabilidade em que o país se encontra permite, também, outras possibilidades. Afinal se Bolsonaro esteve perto de cair no início da pandemia, nada impede que a situação se repita mais à frente. Ademais, 60% do eleitorado brasileiro se distribui em mais de 5.450 municípios; a depender de como se organize a próxima disputa presidencial, este eleitorado de pequenas e médias cidades pode jogar um papel decisivo na definição do resultado final.

O principal motivo pelo qual as eleições municipais e presidenciais têm autonomia relativa é outro, que pode ser explicado lembrando da eleição municipal de 1972, em plena ditadura militar. Naquele ano, a Arena elegeu 3.322 prefeitos contra 468 do PMDB. A vitória eleitoral da ditadura foi simultânea ao massacre dos remanescentes da luta armada e da perseguição implacável contra todas as oposições. Para completar, em janeiro de 1974, Geisel foi eleito (indiretamente, pelo Congresso) presidente da República, derrotando o “anticandidato” Ulysses Guimarães, por 400 votos contra 76 votos. Mas no final de 1974, nas eleições parlamentares, o MDB elegeu 16 senadores e a Arena elegeu apenas 6. E na Câmara, a bancada do MDB cresceu de 87 para 160 parlamentares.

Não foi o resultado eleitoral de 1972 que construiu o resultado eleitoral de 1974. O principal motivo da derrota do governo nas eleições de 1974 foi a evolução da consciência de parcelas do povo, acerca do que estava acontecendo na economia, na sociedade e na política do país.

E o que fez a ditadura, depois da derrota de 1974? Mudou as regras institucionais, com Lei Falcão e, mais adiante, editou o chamado Pacote de Abril e, num outro momento, determinou nova Lei de Organização dos partidos Políticos. Não sabemos qual teria sido o desfecho deste jogo de gato e rato, se ele tivesse sido mantido apenas no terreno eleitoral; o que sabemos é que o jogo foi totalmente subvertido, quando entraram em cena as grandes mobilizações populares no final dos anos 1970: as lutas estudantis, as lutas populares e principalmente as lutas sindicais.

Guardadas as proporções, como aconteceu a partir de me-

ados dos anos 1970, estão se acumulando fatores que, mais cedo ou mais tarde, podem levar à grandes lutas populares. E, portanto, uma das questões da conjuntura é perceber de que forma podemos contribuir neste sentido.

Voltando às eleições de 2020, o cenário propriamente eleitoral ainda está indefinido. Podemos ter uma combinação de cenários, onde todos possam “cantar vitória”, com vitórias de candidaturas bolsonaristas, de candidaturas da direita não-bolsonarista, de candidaturas da oposição de centro, da oposição de esquerda, especialmente do PT.

Mas, apesar da indefinição, uma coisa é certa: a maior parte dos partidos, dos meios de comunicação e dos analistas vai esquadrihar o resultado das eleições 2020, a busca de provas definitivas de que o PT sofreu uma grande derrota e que está “fora do páreo”. Neste sentido, é preciso buscar construir as condições para lograr uma inequívoca vitória eleitoral e política, ou seja, um resultado que nos posicione para enfrentar, não as “batalhas do passado”, que vão se traduzir nas urnas de 2020; mas um resultado que nos posicione para enfrentar as batalhas do futuro. Uma análise inicial da largada da campanha indica que é possível atingir este objetivo. O PT tem candidaturas proporcionais e majoritárias em um número expressivo de cidades, inclusive médias e grandes, número bem superior ao de 2016; em diversos casos, construiu coligações importantes, tanto do ponto de vista eleitoral imediato, quanto pensando nos desdobramentos; e tem chances eleitorais muito positivas, seja de ir ao segundo turno, seja de vencer, em importantes centros. Evidentemente, isto não significa que não haja inúmeros problemas, nem significa que não seja necessário

um imenso esforço para manter e ampliar estes sinais positivos. Por exemplo: fazer uma adaptação popular do Plano de Reconstrução e Transformação; desenvolver táticas sanitariamente responsáveis de campanha presencial, inclusive com a participação de nossas maiores lideranças públicas; construir desde já acordos programáticos com potenciais aliados de segundo turno.

E, também, fazer campanhas municipais altamente politizadas. Neste sentido, chamamos a atenção para o crescimento (segundo o TSE) do número de candidaturas negras e de mulheres; e para a importância que vem ganhando os debates de gênero e raça, questões estruturais e, portanto, indissociáveis das questões nacionais e de classe. Chamamos a atenção, também, para a necessidade de vincular o local e o nacional. De forma geral, é preciso polarizar com o governo Bolsonaro e seus aliados, não apenas na demarcação em geral, no debate ideológico, mas saber materializar isto na demarcação concreta, no diagnóstico dos problemas que afetam o povo e na propositura de soluções para estes problemas.

Estes problemas tem se agravado no último período. Citamos, entre inúmeros outros: mais de 130 mil mortos, majoritariamente da classe trabalhadora, negros e negras, moradores da periferia; cerca de 40 milhões de pessoas que gostariam de estar trabalhando, mas não tem emprego; redução nos salários reais e piora geral nas condições de trabalho e vida; inflação, em particular nos preços de alimentos; milhões que voltaram a passar fome.

Especificamente sobre a pandemia, os acontecimentos confirmaram as previsões feitas pela ciência e pela esquerda. O desprezo pelas orientações da OMS, a subestimação do problema, a

ausência de políticas adequadas, provocaria dezenas de milhares de mortes evitáveis. Foi o que ocorreu: o Brasil está entre os países líderes de contaminados e mortos, apesar de ter uma participação muito reduzida na população mundial.

A situação só não é pior graças ao Sistema Único de Saúde, a ação de governos estaduais e municipais progressistas, as medidas adotadas pelos setores progressistas da população – contra a pressão do governo Bolsonaro e de seus aliados.

No momento há uma queda no número de casos (contaminações e óbitos), sempre lembrando que trabalhamos com dados que em alguma medida subestimam os problemas. Parte desta redução se deve a imunização natural, parte se deve ao fato de que aprendemos a enfrentar melhor a doença. Entretanto, a redução no número de casos não deve nos fazer baixar a guarda. Em primeiro lugar, o número de casos segue muito alto. Em segundo lugar, em vários países do mundo têm ocorrido a chamada segunda onda (lembrando que, no caso do Brasil e de país muito grandes e muito heterogêneos, há na verdade várias ondas assíncronas). Em terceiro lugar, as pressões no sentido de “voltar ao normal” – por exemplo, abrindo as escolas – tendem a produzir um crescimento no número de casos (no caso das escolas, é importante lembrar que os jovens são vetores importantes: são mais assintomáticos e mais transmissores, motivos adicionais pelos quais as escolas ainda devem permanecer fechadas). Além disso, não haverá imunização vacinal antes do próximo inverno, quando certamente crescerá o número de pessoas afetadas por doenças respiratórias, COVID-19 inclusive. Finalmente, é preciso lembrar das sequelas, algumas das quais ainda não conhecemos adequadamente; lembrando que en-

tre as sequelas estão os efeitos sistêmicos da pandemia, no plano econômico-social e no plano sanitário, uma vez que houve um represamento nos atendimentos e efeitos sobre o sistema de saúde em geral.

Por isso, não se deve naturalizar a pandemia, nem se deve retirar o tema do debate político-eleitoral. Aliás, tudo indica que o tema da vacina terá importância crescente, no Brasil e no mundo. Há no mundo inteiro mais de 100 vacinas, em diferentes estágios. Se forem seguidos os protocolos, só em meados de 2021 teremos vacinas em condições de serem produzidas. Qualquer anúncio antes dessa data, qualquer produção antes dessa data, qualquer vacinação em massa antes desta data, é questionável cientificamente e eticamente. Portanto, os anúncios prematuros, as compras antecipadas e o início de aplicação devem ser vistos como parte de uma batalha geopolítica e econômica (empresas privadas, mercado acionário, mercado de *biotech*). Batalhas na qual o Brasil está particularmente mal posicionado, tendo em vista que os governos pós-golpe operaram para debilitar a Fiocruz, o Butantã, os únicos centros existentes no Brasil capazes de produzir integralmente as vacinas.

Entretanto, mesmo depois que a vacina estiver testada, há um problema de escala monumental: produzir e aplicar, em um percentual suficiente de terráqueos, a ponto de atingimos cerca de 90% de cobertura vacinal. Isso pode significar ter que produzir 16 bilhões de doses de vacina, de seringas, de agulhas, de frascos, de diluentes, de selantes. Não existe capacidade de fazer isso em curto espaço de tempo, sem falar na logística de distribuição e aplicação. Em resumo, a pandemia de COVID-19 continuará a ser uma

variável importante, por um tempo ainda longo. Provavelmente em 2022 ainda estaremos debatendo a questão.

Por estes e outros motivos, o tema da saúde em geral e da pandemia em particular continuam e continuarão sendo centrais no debate político nacional. Também terá centralidade objetiva - e deve ter imensa importância nas campanhas da esquerda - a situação econômica-social, que segue extremamente difícil. Os sinais de “recuperação” são ligeiros e concentram-se em alguns setores da economia, sejam os beneficiados pela política do governo federal e pela demanda mundial; sejam os que foram menos afetados pelas restrições derivadas da pandemia (supermercados, alimentos, indústria na área de farmácia etc). Há uma estabilização no endividamento das famílias, mas como a renda não aumentou, isso pode ser redução do nível de consumo. E está em curso importante fuga de capitais, com recordes de saída do investimento estrangeiro direto líquido.

Há disputas no governo acerca de como lidar com esta situação. Mas não há paralisia, nem recuo, mas sim insistência nos remédios já conhecidos: a reforma administrativa (que neste momento ainda está parada no Congresso); uma reforma tributária regressiva (que pode ser o terreno no qual governo e congresso promovam uma certa repectuação); privatizações; operação “passar a boiada” nos temas ambientais; redução de direitos e de políticas sociais (neste sentido, é preciso redobrada atenção para as tentativas do governo “voucherizar” as políticas sociais, aproveitando no caso da saúde o impacto diferenciado que a pandemia teve sobre os prestadores privados e sobre as operadoras).

De conjunto, o quadro aponta para crescentes dificuldades de

sobrevivência do povo brasileiro e, portanto, para a necessidade de ser mantida a ajuda emergencial.

As disputas não se limitam à condução econômica, nem ao governo. No terreno eleitoral, Bolsonaro vem se posicionando (vide relação com Russomano, numa operação que visa enfrentar Dória). E no terreno do sistema judiciário, estão em curso várias batalhas: o lavajatismo “raiz” está sob ataque, mas não morreu e tem reagido, mirando especialmente o PT; ao mesmo tempo, os métodos da Lava Jato seguem sendo utilizados em larga escala, fato de que o Rio de Janeiro é o exemplo mais completo. Neste contexto, a mudança no STF (com aposentadoria de Celso de Mello) e na composição das turmas, embora possam ter implicações nas disputas entre os diferentes grupos da centro-direita, não apontam para uma mudança qualitativa em favor do reestabelecimento dos direitos políticos de Lula. Aliás, depois de 7 de setembro, voltou a pressão por aprovar no Congresso uma legislação que generalize a prisão em segunda instância. Neste terreno, não se deve baixar a guarda: novos ataques virão. Motivo adicional para acentuarmos nossa crítica ao lavajatismo (na versão Moro ou Bolsonaro), tanto no terreno programático, quanto nas próprias campanhas; e para reafirmarmos a defesa do PT, de Lula e do Anula STF.

De conjunto, estamos diante de uma conjuntura muito complexa, muito difícil e muito perigosa. Não devemos subestimar nossos inimigos. O populismo de direita, inclusive o neofacista, é um adversário potente. Cabe lembrar, no Brasil, das dificuldades que tivemos para enfrentar o janismo, o ademarismo, o malufismo, assim como das dificuldades que temos para enfrentar o discurso político reacionário, quando apresentado em roupagem fundamentalista.

Finalmente, é preciso seguirmos atentos para a situação internacional. As eleições nos EUA transcorrem num ambiente de violenta crispação, com desdobramentos ainda difíceis de prever. Na América Latina, a situação segue tensa, cabendo atenção especial para o que ocorre no Chile, no Equador e na Bolívia. Por um lado, há sinais de que os golpes e derrotas eleitorais não eliminaram a capacidade de resistência do povo, nem mesmo no terreno eleitoral (como se viu na recente vitória da Frente Amplio no Uruguay). Por outro lado, setores da direita regional dão sinais crescentes de que farão tudo para evitar um novo ciclo de governos progressistas e de esquerda.

Ajuda memória de 5 de outubro de 2020

No dia 3 de novembro, acontecem as eleições presidenciais dos Estados Unidos. Qualquer que seja o resultado, a principal potência do mundo continuará em crise. Que desdobramentos isso terá, interna e externamente, é uma das principais variáveis da conjuntura mundial.

No dia 18 de outubro, acontecem as eleições presidenciais na Bolívia. Se as eleições forem livres e democráticas, se repetirá o resultado das eleições interrompidas pelo golpe: uma vitória do MAS. Qual será a atitude das elites bolivianas e de seus aliados internacionais? Aceitarão o veredito das urnas e a posse do MAS, mantendo-se nos limites de uma oposição constitucional? Ou retomará o caminho golpista, tentando fraudar as eleições, impedir a posse e inviabilizar o futuro governo?

Nas eleições bolivianas, assim como nas eleições venezue-

lanas (dezembro de 2020) e equatorianas (janeiro de 2021), se definirão em boa medida os parâmetros da luta política próxima-futura na América Latina.

Visto neste contexto internacional, as eleições municipais brasileiras de 2020 terão uma importância estratégica menor. Mas, por outro lado, elas impactarão no estado de ânimo e na estratégia política dos diferentes campos políticos que disputam os rumos do maior país da América do Sul. As pesquisas iniciais favorecem as candidaturas à direita do centro. Mas o curso da campanha pode alterar este quadro, em favor das candidaturas à esquerda do centro. Terá grande influência nisto o esforço militante e o discurso que se adote no horário eleitoral gratuito.

Até o momento, as grandes questões nacionais (a pandemia, o desemprego, a carestia, a fome, o corte de recursos para as políticas sociais) não se converteram no centro da campanha, nem mesmo nas grandes cidades do país. Se isto continuar assim, a esquerda obterá vitórias apenas naqueles casos em que a correlação de forças local (municipal e estadual) for particularmente favorável.

Entretanto, qualquer que seja o reflexo eleitoral disto, a situação geral do país segue extremamente grave. Além do desemprego (que se mantém altíssimo, mesmo estando ocorrendo uma certa retomada da atividade econômica), da crise social (que deve agravar-se muito com o corte no valor da ajuda emergencial) e da crise sanitária (o patamar de mortes segue elevado), há duas outras questões a acompanhar com atenção: a fuga de capitais e o teto de gastos.

É nesse contexto que deve ser analisada a reforma adminis-

trativa proposta pelo governo Bolsonaro (PEC 32/2020).

O que a reforma de Bolsonaro tem como objetivo é desmontar o Estado, a partir de um foco eminentemente fiscal, sem qualquer preocupação em melhorar o funcionamento dos governos federal, estadual e municipal.

E busca fazer isso demonizando os servidores públicos e mentindo sobre a despesa de pessoal no governo federal, ao apresentar dados de crescimento nominal dessa despesa, sem descontar a inflação (145% em 12 anos), ao invés de apresentar a despesa como % do PIB: a despesa tem se mantido estável, em torno de 4,5%.

O governo afirma que a reforma proposta não atinge os atuais servidores, mas os projetos de lei previstos na PEC vão propor tabelas salariais, formas de progressão e, em especial, de avaliação de desempenho que vão sim, atingir os atuais servidores.

A PEC 2/2020 é mais uma medida de destruição do Estado, que se junta a várias outras como, por exemplo, a PEC 188 do pacto federativo, que propõe redução de carga horária com redução proporcional de salário; o Teto de Gastos e outras medidas

Há cinco elementos principais que cabe destacar a respeito da Reforma proposta:

1. Subordinação do público ao privado

O artigo 37 da Constituição estabelece os princípios que a administração pública obedecerá: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

A PEC propõe o princípio da subsidiariedade, que foi descartado na Constituinte de 1988.

Adotado esse novo princípio, o papel do Estado passaria ser o de auxiliar e suprir a iniciativa privada em suas deficiências e carências, só a substituindo excepcionalmente.

A atuação do Estado seria a exceção, não a regra.

Ou seja: uma mudança gravíssima, que manietaria as ações públicas.

2. A PEC é covarde, elitista e mentirosa

Covarde e elitista, porque diz que a reforma é contra privilégios, mas ela atinge servidores de todos os níveis de governo, cuja grande maioria ganha salário mínimo, ao tempo que protege os detentores de altos salários e mordomias: os militares, os juízes, os promotores do Ministério Público.

Covarde e mentirosa, pois usa o falso argumento segundo o qual o Executivo não poderia propor mudanças para os outros poderes, o que é mentira deslavada.

Os juízes foram preservados: foram mantidas férias de 2 meses, gratificações de substituições, penduricalhos extra teto.

Os militares foram poupados, além de se facilitar ainda mais a acumulação de cargos civis por eles.

Mesmo entre os servidores civis há distinção. Por exemplo, a reforma propõe a redução de jornada com redução de salário, mas exclui dessa medida os servidores com vínculos “típicos de Estado” – o chamado “sangue azul”, as carreiras do governo federal que ganham muito perto do teto.

3. Substitui o regime jurídico único por novas modalidades de contratação

Além de retirar direitos, cria enorme desordem nas relações entre servidores e governo.

Retira estabilidade da maior parte dos servidores públicos criando 4 tipos de vínculos:

I. Cargos típico de Estado: com concurso público e único vínculo com estabilidade após 3 anos (2 anos de vínculo de experiência + 1 ano de estágio probatório). A PEC diz que esses cargos serão definidos por lei mais adiante. Certamente será uma guerra, como foi, por exemplo, a discussão sobre quais carreiras seriam exceção ao congelamento de salários que o governo exigiu para a ajuda financeira a Estados e municípios durante a pandemia, entre tantos outros casos;

II. Vínculo por prazo indeterminado: com concurso público e sem estabilidade (2 anos de vínculo de experiência + 1 ano de estágio probatório). A PEC determina que um PL definirá as condições em que o servidor poderá ser demitido;

III. Vínculo por prazo determinado: seleção pública simplificada e sem estabilidade;

IV. Cargos de liderança e assessoramento: nome novo para os cargos em comissão.

Além disso, o servidor será submetido a um período de experiência, como etapa do concurso e somente os mais bem avaliados serão efetivados; 2 anos para os típicos de Estado e 1 ano para tempo indeterminado.

Uma questão importante se coloca sobre essa mudança: e se a pessoa não for efetivada, como ficam os atos administrativos praticados nesse período?

Além da perda de direitos, essa diversidade de “tipos de cargos” regidos por regras diferentes tornaria a gestão de pessoal inadmissível.

4. A PEC é autoritária: retira atribuições do Congresso e de Estados e Municípios, concentrando poderes no Executivo Federal

Em relação ao Congresso, por exemplo, há duas perdas de atribuição:

I. hoje o Congresso tem atribuição de aprovar criação, fusão ou extinção de órgãos e cargos. Segundo a PEC, essa atribuição passaria a ser feita por decreto pelo Presidente, quando não implicar aumento de despesa. O Congresso só se pronunciaria se a criação de órgãos ou cargos implicar aumento de despesa. Por exemplo, o ato de extinção de Conselhos, que foi rejeitado pelo STF, seria válido. Juntar Instituto Chico Mendes com Ibama também;

II. a PEC permite que os órgãos que adotem o mecanismo de contratos de gestão apresentem um Orçamento Global sem detalhar os tipos de despesa. Verdadeiro “Cheque em branco”, retirando do Congresso a atribuição de discutir como são as despesas dos órgãos.

Em relação a estados e municípios, a PEC propõe criar diretrizes gerais para a gestão de pessoas, em todos os entes federados, por um projeto de lei complementar federal. Com isso, Estados e Municípios perderiam a capacidade de legislar sobre assunto

5. A PEC “joga para a torcida”

A PEC inclui inúmeros dispositivos que seria desnecessário

constitucionalizar ou sem consequências práticas, e outros que dependerão de regulamentação por lei.

Constitucionaliza assuntos que já estão regulados por lei.

Acaba com coisas que não existem mais; aposentadoria compulsória como punição, por exemplo, já foi constitucionalizada em 2019 com a Reforma da Previdência.

Enfim, a reforma proposta não traz soluções, mas traz inúmeros problemas.

Sobre a tramitação da PEC, é importante perceber que Rodrigo Maia tem interesse de aprovar. Portanto, deve ter tramitação acelerada.

Há dificuldade de organizar a resistência, entre outros motivos porque pretensamente não atinge os servidores atuais, nem militares e nem judiciário. Além disso, o senso comum tende a ver os servidores como privilegiados. Tudo indica, portanto, que poderia haver menor resistência do que a que houve em relação à Reforma da Previdência.

Além disso, este tema pode ser parte das negociações para uma flexibilização temporária no Teto.

Será impossível executar o Orçamento de 2021 nos termos que governo mandou, pois serão 8% do PIB a menos do que em 2020, mais de R\$ 500 bilhões a menos, e a proposta enviada pelo governo ainda não incorporou o substituto do Auxílio Emergencial ou recursos para investimentos em infraestrutura.

Neste contexto, a aprovação da Reforma Administrativa poderia ser uma das contrapartidas exigidas por Guedes para furar temporariamente o teto de Gastos, para ajeitar o Orçamento de 2021

Portanto, sem defender o corporativismo, nem privilégios incompatíveis com a realidade brasileira, as forças de esquerda precisam criticar a covardia de deixar de fora da reforma os principais detentores de privilégios, fazer a defesa dos direitos legítimos dos servidores públicos e fazer a defesa de uma reforma administrativa, que fortaleça o Estado brasileiro, tornando-o capaz de promover a redução das desigualdades sociais e regionais, bem como de prestar serviços de qualidade à população.

Ajuda memória de 26 de outubro de 2020

A reunião de 26 de outubro do grupo de conjuntura concentrou-se na revisão da conjuntura semanal e na discussão sobre o plebiscito no Chile, tomando como base a contribuição de José Gabrielli (enviada anteriormente para os integrantes do GT) e de Laís Abramo (ver íntegra ao fim desta ajuda memória).

O contexto mais amplo segue de crise sistêmica mundial. Atenção para a eleição presidencial dos Estados Unidos e suas repercussões internas e externas (a esse respeito, ler Ajuda Memória da semana passada). No contexto latino-americano, a eleição de Lucho Arce e o resultado do plebiscito chileno indicam que, apesar das derrotas sofridas no último período, segue poderosa a força popular. Entretanto, é preciso atenção para a existência de diferenças importantes entre o momento atual e o momento do chamado ciclo de governos progressistas e de esquerda, especialmente no que diz respeito ao ambiente mundial e a postura das classes dominantes.

No Brasil, acumulam-se contradições de todo tipo. O país segue afirmando um perfil primário-exportador, e a Ásia cada vez

mais se torna o principal destino das exportações brasileiras. Quase metade das exportações brasileiras (48,7%) se destinaram a países da região, aí incluindo a China, principal destino isolado. Enquanto as exportações para a Ásia aumentam, diminuem aquelas destinadas ao Mercosul. A fuga de capitais e a elevação do *credit default swap* indicam que o grande empresariado está tomando medidas para se proteger da situação criada pela política econômica de Guedes & Bolsonaro. O desemprego segue em alta (14 milhões) e, não fosse a ajuda emergencial, a crise social teria assumido feições ainda maiores. A pandemia segue penalizando e matando, e os efeitos colaterais sobre o sistema de saúde aparecem cada vez mais. Um indicador da tensão que está se acumulando na sociedade é o crescimento dos homicídios. Depois de um declínio em 2019, o número de homicídios aumentou no primeiro semestre de 2020, mesmo com o COVID-19. Importante ressaltar que a letalidade policial foi a maior causa, com quase 15% dos 21.764 homicídios dolosos desse ano. CE, PB, ES, MA e SE tiveram as maiores taxas de crescimento desses homicídios, com PA, RO, RJ, RS e DF apresentando as maiores quedas. Os jovens homens negros são as principais vítimas.

O agravamento sistêmico da situação nacional resulta e é reforçado pelas opções do governo Bolsonaro, de seus aliados e de seus cúmplices institucionais. O “posto Ipiranga” (Guedes) segue na mesma toada, buscando viabilizar a autonomia do Banco Central, as privatizações, a reforma administrativa e preservar o chamado teto dos gastos. O presidente bloqueia a aquisição da vacina contra o COVID-19, produzida na China, em acordo com o Butantã. Seguem os choques entre as diferentes alas do governo, por exemplo Salles e Ramos – embora também sigam unidos no fundamental, haja vista

o julgamento sobre a demarcação das terras indígenas. Também há choques entre diferentes alas conservadoras no Parlamento; entre ministros do Supremo Tribunal Federal; entre os diferentes setores da Operação Lava Jato. Observada de conjunto a situação, a impressão é que o país está em alta velocidade rumo a um precipício; a dúvida é como e quando a crise econômica e social vai forçar uma mudança na orientação política predominante.

Por enquanto, as eleições de 2020 seguem marcadas pelas questões locais. O que favorece as candidaturas tradicionais da centro-direita, que lideram as pesquisas em 50 cidades onde há pesquisas Ibope e Datafolha. Para crescer, a esquerda tem que politizar, nacionalizar e polarizar com o bolsonarismo (que as pesquisas indicam ter rejeição crescente). E apostar nas lutas. As recentes vitórias, na Bolívia e no Chile, mostram o papel insubstituível da mobilização popular de massas.

Segue, na íntegra, o informe de Laís Abramo sobre o plebiscito no Chile. Na próxima reunião do grupo de conjuntura, dia 9 de novembro, debateremos:

1. A situação do Senado (a partir de informe de Humberto Costa);
2. A violência na periferia (a partir de informes de Helena Abramo, Selma Rocha e Nilma Gomes);
3. A conjuntura da semana (a partir de informe de José Gabrielli).

Notas sobre o plebiscito no Chile

Laís Abramo, 26/10/20

Uma vitória extraordinária. Com 99,8% dos votos apurados,

os resultados são de 78,3% para o Apruebo e 21,7% para o Rechazo, 79% para a alternativa da Convenção Constitucional e 21% para a Convenção Mista. Só para ter um parâmetro de comparação, no plebiscito de 1988 (que teve lugar há exatamente 32 anos), os resultados foram 56% a favor do NO e 44% a favor do SÍ. Ou seja, proporcionalmente o apoio ao processo constituinte agora foi significativamente maior que ao NO em 1988, embora a porcentagem de votantes tenha disso menor: 50,4% agora e 90% em 1988. Esse é um tema que pode ser utilizado pela direita para tentar diminuir a legitimidade do plebiscito. Em todo caso, a posição favorável ao processo constituinte foi generalizada em todo o território nacional; das 365 comunas existentes no Chile, o Rechazo só ganhou em 5, 3 delas as comunas mais ricas e de classe alta de Santiago.

Piñera reconheceu a vitória do Apruebo e da Convenção Constitucional quando haviam sido apurados 27% dos votos, destacando que seria uma assembleia constituinte com paridade de gênero e que “era uma vitória de todos os chilenos”. Importante notar que parte importante da direita apoiou o Apruebo, incluindo lideranças como o Joaquín Lavín.

O resultado superou as expectativas da esquerda e da oposição em geral (e também surpreendeu a direita, pela amplitude da diferença entre as posições em jogo), em particular em relação à aprovação massiva da alternativa da Convenção Constitucional, claramente a alternativa mais avançada e progressista. A Convenção Constitucional terá 155 membros, atribuição exclusiva de elaborar a nova constituição e paridade de gênero. Funcionará paralelamente ao funcionamento do atual congresso (o mandato dos atuais parlamentares está vigente até março de 2022).

É importante assinalar que é a 1ª vez na história do Chile que haverá um processo constituinte democrático. A Constituição anterior à de 1980, que é a constituição da ditadura do Pinochet, é de 1925¹. Nesse período houve uma pressão popular para a convocação de uma assembleia constituinte². Mas a proposta foi derrotada e foram constituídas comissões conformadas pelas elites chilenas de então (liberais e conservadores). No final foi aprovada uma constituição democrática e centralista, mas em um processo muito pouco democrático. Essa constituição durou até o golpe de estado de 1973, quando a Junta Militar se autodefiniu como poder constituinte e elaborou uma constituição autoritária, hiper presidencialista e centralista, que suspendeu as liberdades políticas e civis e ilegalizou todos os partidos de esquerda. Além de ser autoritária, essa constituição no plano econômico teve duas características que foram centrais na estruturação do modelo neoliberal: a) direitos de propriedade privada quase absolutos; b) o estado subsidiário (ideia de que onde podem estar os privados o Estado não deve entrar).

A constituição de 1980 sofreu várias reformas a partir de 1989. As mais importantes:

1 A anterior a essa, a 1ª constituição pós independência do Chile era de 1825 (uma constituição oligárquica, mas mais democrática e federal), que foi reformada em 1833, dando origem a uma constituição igualmente oligárquica, mas mais presidencialista e centralista. Essa constituição durou até 1925 (ou seja, quase um século).

2 Contexto: crise da constituição oligárquica e parlamentarista, com presença importante do PC e de partidos emergentes de esquerda (o Partido Socialista foi fundado em 1933) e de um movimento sindical forte (CUT) reivindicando uma constituição mais democrática, com o apoio de alguns setores militares. Muita instabilidade política. O presidente (Arturo Alessandri) optou por um sistema muito mais restrito de debate constitucional como uma forma de tentar controlar o processo. **Resultado: uma constituição democrática em um processo não democrático.** No final ele teve que se exilar e foi instaurada uma ditadura que durou até 1931.

1989: foi eliminado o artigo que impedia os partidos de esquerda de participar de eleições (eles deixam de ser ilegais);

2005: eliminação dos senadores biônicos (designados) que impediram reformas constitucionais democráticas durante os primeiros 15 anos de democracia; também foi eliminado o conselho de segurança nacional, conformado pelos 4 comandantes em chefe das FFAA, passando então a designação dos comandantes em chefe a ser responsabilidade do presidente e o período presidencial foi limitado a 4 anos sem reeleição. Manteve-se o sistema binominal, no qual bastava que um candidato ao parlamento tivesse 1/3 dos votos para ser eleito - o que provocava grandes distorções na representatividade das diversas forças políticas - e, mais grave, houve 2 retrocessos democráticos como resultado da negociação com a direita: a) fortalecimento de um tribunal constitucional que atualmente opera na prática como uma 3ª câmara legislativa, com capacidade de veto de leis e reformas constitucionais e que, dominado pela direita, tem tido uma atuação muito intensa e muito conservadora; b) eliminou a obrigatoriedade do voto, o que depois foi reconhecido como um grave erro por parte da centro esquerda, parte da qual no momento concordava com essa proposta.

A revogação da constituição de 1980 permaneceu como uma aspiração dos setores democráticos, de centro e esquerda durante todos esses anos, mas sempre contou com uma oposição ferrenha da direita. Foi um dos pontos centrais do programa do 2º governo de Michele Bachelet (2014-2018), ao lado das reformas educacional, tributária e do sistema de aposentadorias. Devido à uma forte oposição da direita, ao enfraquecimento político da Ba-

chelet ao longo do seu mandato e às contradições no seio da Nova Maioria (coalizão de governo de centro-esquerda que substituiu a “Concertación”, passando a incluir também o PC) não houve condições de levá-la adiante.

O que explica a possibilidade do Plebiscito e de, enfim, 30 anos depois do fim da ditadura, da instalação de um processo constituinte democrático é sem dúvida o *estallido* social de outubro de 2019, que foi a maior rebelião popular espontânea da história do Chile.

O *estallido* social não foi dirigido por nenhum partido, nem os de centro e esquerda tradicionais, nem a Frente Ampla, nem o PC. Mas os militantes e simpatizantes de esquerda – e desses partidos - participaram massivamente das mobilizações e ajudaram a que a palavra de ordem central da mobilização, passasse a ser a Assembleia Constituinte. Em novembro de 2019, um mês depois do início do *estallido* social, o governo estava completamente isolado, sem capacidade de iniciativa, e a direita muito assustada com essa expressão massiva de insatisfação global expressa pelas classes medias e pelas classes populares. Nesse cenário, foi negociado no Congresso, pelos partidos existentes e sem praticamente participação da Presidência da República, um acordo que definiu um processo em 3 etapas: a) um plebiscito inicial para definir se a população aprovava ou não a necessidade de elaborar uma nova constituição e as características dessa instância constituinte (Convenção Constitucional ou Convenção Mista; b) se aprovada a ideia, o processo constituinte propriamente dito; c) um “referendum de saída”, para ratificar ou não a Constituinte definida pela instância constituinte. O PC e parte da Frente Ampla não quiseram

participar desse acordo, mas se engajaram ativamente na campanha pelo Apruebo y pela Convenção Constitucional.

Dois grandes desafios: a) durante a negociação desse Acordo, a direita impôs o quórum de 2/3 dos votos; b) prazos (definiu-se 1 ano, e isso pode ser pouco). O mais provável é que a constituição seja curta e que muitos temas fiquem para ser definidos em legislação posterior.

5 grandes temas devem polarizar o embate político durante o processo constituinte: a) sistema político; há uma tendência importante, presente transversalmente em vários partidos, a favor de um sistema semipresidencial ou parlamentar; b) descentralização e maior autonomia dos governos regionais; c) autonomia dos povos indígenas; d) direitos sociais; e) temas econômicos: i) limitações ao direito de propriedade privada – deve ter uma função social e estar orientada a um bem comum; ii) estado subsidiário; iii) autonomia do Banco Central

O debate sobre o sistema político vai ser importante. No Chile há uma crise do sistema político hiper presidencialista, que perdeu muita legitimidade e com um Congresso com atribuições limitadas – por exemplo, a Constituição de 1980 definiu que não podem haver projetos de lei de iniciativa do Parlamento que tenham implicações orçamentárias - e sem mecanismos institucionais que permitam estabelecer convergências. Isso levou a uma paralisação do sistema político³.

3 Uma das propostas que se discute é a de um regime semipresidencialista, com apenas a câmara legislativa, onde o presidente se encarrega da política exterior e da defesa. Os partidos competem nas eleições com seus programas e depois da eleição os parlamentares constituem um governo de coalizão, com mecanismos de revogação do Presidente, bastante definidos e regulados, como ocorre em diversos países europeus.

Descentralização: também é um tema muito relevante e novo para o Chile, que sempre foi um país muito centralista. É um tema que está pendente no país há 2 séculos. As posições em relação a esses dois primeiros temas são transversais, ou seja, cortam a esquerda, o centro e a direita. Os outros 3 temas serão colocados pela esquerda e pelo centro.

Direitos sociais: a constituição de 80 é muito limitada em termos de direitos sociais e isso está fortemente ligado à questão do estado subsidiário. Por exemplo: a) direito à saúde: o que está definido é o direito ao acesso à saúde, não à saúde em si mesma, o que na prática desobriga o Estado, pois considera que esse acesso poderia se dar através da atenção médica privada; b) direito à educação: o que está definido é a liberdade de ensino e o direito à livre escolha do estabelecimento escolar; c) não está definido o direito ao trabalho, mas sim direito à livre contratação do trabalho.

Portanto, um dos embates principais será incluir explicitamente esses direitos: à saúde, educação, seguridade social, inclusão digital, e definir a responsabilidade do estado na sua provisão e garantia⁴. Para isso é fundamental eliminar a cláusula do estado subsidiário que é um dos pontos centrais de estruturação do modelo neoliberal do estado mínimo.

Outra questão importante relacionada ao fim da ideia do estado subsidiário é a possibilidade de criação de empresas estatais. Essa possibilidade está contemplada na constituição hoje vigente, mas é muito limitada. A criação de uma empresa estatal

⁴ Que posteriormente deveriam ser regulamentados por lei tendo como referência os marcos internacionais de direitos humanos, à educação, saúde, proteção social, e os padrões condizentes com o desenvolvimento do país.

é prerrogativa exclusiva do governo central, estando os governos regionais impedidos de fazê-lo (os governadores regionais tem atualmente muito poucas atribuições e serão eleitos pelo voto direto pela primeira vez em abril de 2021). E para que uma empresa estatal seja criada, ela deve ser aprovada pelo parlamento por um quórum de 50%+1, considerando não apenas os parlamentares presentes no plenário no momento da votação, mas a sua totalidade. É importante transformar isso em um quórum simples e abrir a possibilidade de constituir empresas públicas em regiões, o que não é possível hoje.

No lugar do estado subsidiário, um Estado democrático e social de direitos

Paridade de gênero na composição da convenção constituinte: fundamental, medida inédita no âmbito mundial. Se houvesse ganho a proposta da Convenção Mista, ela não estaria garantida⁵. Resultado de um importante processo de fortalecimento do movimento das mulheres, feminista e do avanço do reconhecimento político da igualdade de gênero como um eixo fundamental e estruturante para a consolidação da democracia no Chile. Alguns marcos desse processo: a) no governo do Lagos (2000-2006), 1/3 do ministério estava composto por mulheres; b) 1º governo Bachelet (2007-2010): paridade de gênero na composição do ministério; c) ocupação feminista em 2018 em 37 estabelecimentos universitários (contra o assédio sexual); d) forte bandeira do *tallido* social (“*Las tesis*”).

5 A convenção mista não garantiria a paridade de gênero no processo constituinte, porque os outros 50% seriam escolhidos entre os membros do atual congresso, onde há apenas 20% de mulheres.

Outros grandes desafios:

Cuotas para povos indígenas – uma reivindicação muito forte, mas ainda não está definida como se dará a sua concretização. Existem 9 povos indígenas reconhecidos pelo Estado chileno e, desde 2019, por primeira vez, os afro-chilenos foram reconhecidos pelo Estado como povos. Os afro-chilenos também reivindicam um lugar na Constituinte. Tema terá que ser definido pelo atual Congresso antes de abril de 2021.

Independentes: outra forte reivindicação, relacionada à profunda perda de prestígio e legitimidade dos partidos políticos, agravada no contexto do *estallido* social. Candidaturas independentes estão permitidas, mas na prática enfrentam muitas dificuldades para a sua concretização. O mais provável é que sejam incorporadas às listas dos partidos.

Quórum de 2/3: tema complexo; possibilidade muito grande de vetos cruzados e de no final, chegar-se a uma constituição “desidratada”. Entre as estratégias que estão sendo discutidas pelas forças de oposição ao atual governo está a de apresentar-se às eleições de abril de 2021 com uma lista única. E também será crucial a capacidade de construir unidade e alianças para obter os 2/3 dos votos capazes de produzir as mudanças essenciais e prioritárias no texto constitucional.

Os resultados do Plebiscito sem dúvida provocarão uma grande mudança no clima político no Chile e uma forte reação da direita no sentido de impedir as mudanças na Constituição que são fundamentais para enterrar definitivamente o pinochetismo e os princípios do modelo neoliberal de Estado. Ainda que não estejam disponíveis ainda os resultados mais definitivos da votação

por faixa etária, observou-se uma grande participação de jovens, inclusive como mesários e fiscais no dia da votação e um grande entusiasmo de muitos dos que participaram do *estallido* social em relação aos seus resultados, o que se refletiu nas grandes mobilizações de comemoração de domingo à noite, incluindo a maior delas, na Plaza Dignidad.

É muito importante que o processo constituinte chileno seja acompanhado pelo Grupo de Conjuntura, pela FPA e pelo PT, estabelecendo canais de comunicação e discussão com as diferentes forças de esquerda e progressistas do Chile, tanto dos partidos como dos movimentos e organizações sociais.

Ajuda memória de 30 de novembro de 2020

A reunião do grupo de conjuntura, realizada no dia 30 de novembro de 2020, abordou a conjuntura semanal, com destaque para o resultado do segundo turno.

Os fatos da semana, mais o acumulado do período anterior, indicam para o agravamento acentuado da situação econômica e social do país.

O desemprego bate recorde histórico: 14,6%. O fim do auxílio emergencial, a continuidade da crise econômica destruindo postos de trabalho e a volta de pessoas procurando trabalho, depois de um período de desistência, podem explicar o aumento da taxa de desemprego, principalmente nos estados do Nordeste. Além da diferença regional, os dados da PNAD também destacam as diferenciações raciais. Enquanto o número de desocupados brancos se manteve relativamente estável em 2020, o número de desocupados

pretos e pardos cresceu aceleradamente durante a pandemia, fenômeno que vem se acentuando desde 2015.

Crescem as contaminações do COVID-19, com 10 capitais apresentando mais de 70% de ocupação dos leitos de UTI, enquanto as medidas de isolamento social não mudam, com afrouxamento das restrições. A situação é mais grave em Macapá, Vitória e Curitiba, com mais de 90% de ocupação.

Os fatos da semana, mais o acumulado, indicam também que seguem em curso os conflitos entre as diversas facções do golpismo, com batalhas sendo travadas no âmbito da Lava Jato, no STF, no Congresso e no governo, inclusive em torno do antes supostamente imexível Paulo Guedes. Até porque o cenário econômico “dantesco” para 2021 deve dificultar muito a vida dos novos prefeitos.

No plano internacional, é preciso atenção para a eleição na Venezuela (6 de dezembro), para as características do futuro governo Biden (nomeando gente do “Estado Profundo”), para os conflitos entre o governo brasileiro e a China (envolvendo o 5G).

Quanto ao segundo turno, foram apresentados informes e foi travado um debate, no curso do qual compareceram diferentes opiniões sobre como qualificar o resultado e sobre como explicar suas causas. Uma vez que no dia 7 de dezembro o Diretório Nacional do PT vai reunir-se, nos limitaremos aqui a apontar algumas das grandes questões em debate.

1. O crescimento da abstenção, dos votos brancos e dos votos nulos. Cabe debater em que medida isso se deve a pandemia, em que medida se deve a razões políticas, qual o impacto que isto tem sobre a votação da esquerda e o que pode ser feito para reverter

a situação;

2. Como os votos válidos se distribuíram pelos diferentes campos políticos e pelos diferentes partidos. E qual a composição social, étnica, de gênero, geracional, regional e como se distribui pelo tamanho de cidade, da votação de cada campo político e de cada partido;

3. Levando em consideração as diferenças entre eleições municipais e eleições gerais, em que medida os resultados eleitorais estimulam ou dificultam alianças políticas entre os diferentes partidos, tendo em vista as futuras eleições presidenciais;

4. Qual o impacto das eleições, sobre a disputa entre os diferentes setores da direita? Especificamente, como avaliar o desempenho eleitoral do bolsonarismo e o desempenho eleitoral da direita tradicional;

5. Como avaliar o desempenho da esquerda em geral, em particular o desempenho do PT, do PSOL e do PCdoB? No caso do PSOL e do PCdoB, o que este resultado projeta, quando levamos em conta a chamada cláusula de barreira?

6. Como avaliar o desempenho dos governadores de esquerda e que tipo de impacto isto pode ter na sucessão, em 2022?

7. Como avaliar as relações entre PT, PSB e PDT, tendo em vista o ocorrido nas eleições de Recife e de Fortaleza, bem como as declarações anteriores e posteriores de Ciro Gomes, de Carlos Siqueira e da família Campos?

8. Como avaliar o fato de que, no primeiro turno de 2020, quase dois terços (63,7%) dos candidatos prefeitos à reeleição foram reeleitos, quando em 2016, somente 40% obtiveram êxi-

to na reeleição, sendo que o percentual de reeleição se manteve acima de 60% em todas as eleições municipais desde 2000? Por quais motivos diminuiu o número absoluto de prefeituras petistas, embora tenha aumentado a presença de prefeitos em médias e grandes cidades, assim como crescido um pouco o número de habitantes governados pelo PT?

9. Levando em conta que as eleições de 2020 foram as primeiras sem coligações proporcionais, como avaliar o desempenho dos partidos, especificamente do PT, nesse quesito? Por quais motivos o PT reduziu o número absoluto de vereadores, ao mesmo tempo que aumentou o número de vereadores em médias e grandes cidades?

10. Levando em conta que em 2020 houve, pela primeira vez, fundo público para eleições municipais, como avaliar o seu impacto em geral e no PT em particular? Que conclusões tirar do fato de que mais da metade dos vereadores eleitos das cidades com mais de 200 mil habitantes foi financiada também por doações de empresários, especialmente do setor imobiliário e do comércio varejista?

11. Como avaliar e como enfrentar o antipetismo (e outras expressões do discurso da extrema direita, como o discurso moralista anticorrupção, de ódio, de crítica dos costumes e dos valores, de preconceitos contra pobres, trabalhadores, LGBTQIA+, negros, mulheres, assim como o fundamentalismo religioso) como arma ideológica, política e eleitoral, especialmente na reta final, para mobilizar o “exército de reserva eleitoral” das candidaturas conservadoras? E como avaliar o emprego desta arma, mediada pelas chamadas *fake news*, inclusive por partidos e candidaturas que fazem parte do arco de alianças do PT?

12. Em muitas cidades foram eleitas candidaturas de jovens, mulheres, negras e LGBTQIA+, assim como candidaturas indígenas. Como estas candidaturas se distribuem pelos diferentes partidos, em que proporção estão nos partidos de esquerda, em que medida isto foi produto de uma política organizada e em que medida isto foi na contramão de interesses já estabelecidos?

13. Que decorrências podemos extrair, dos resultados da eleição municipal, no que diz respeito a estratégia geral da esquerda, em particular na polêmica sobre a frente ampla e a frente de esquerda? E que decorrências podemos extrair, no que diz respeito a nossas formas de organização de atuação, a nossa formulação programática e ao nosso discurso, a nossas políticas de comunicação, especialmente com a juventude e com os setores populares? Bem como sobre nossa política, alianças e candidatura na próxima eleição presidencial?

Ajuda memória de 11 de janeiro de 2021

O grupo de conjuntura realizou no dia 11 de janeiro de 2021 a primeira reunião do ano, com dois objetivos: passar em revista a situação e discutir uma relação de temas sobre os quais devemos concentrar nossas atenções, nos próximos meses.

A situação da maioria do povo brasileiro é grave e deve agravar-se ainda mais nos próximos dias, semanas e meses, por conta da pandemia, do fim do ajuste emergencial, do desemprego e da política econômica. O fechamento das fábricas da Ford no Brasil se soma a este contexto.

Entretanto, está em curso a disputa pela Mesa diretora

da Câmara dos Deputados e do Senado. Na Câmara o PT apoia Baleia Rossi (MDB); no Senado apoia Rodrigo Pacheco (DEM). Também no Congresso, entra em debate uma proposta que visa ampliar ainda mais a autonomia das Polícias Militares frente aos governadores eleitos.

Aliás, o ano de 2021 começou com blindagens para as verbas orçamentarias dos militares e mais sinais de que Bolsonaro vai continuar se dedicando a manter seu apoio entre os militares. Os programas dos caças e do submarino tiveram suas verbas garantidas e o Ministério da Defesa foi autorizado a seguir com o projeto de abrir uma escola de formação própria. Importação de armas duplicou em 2020 As importações de armas, que já tinham batido o recorde em 2019, no ano de 2020 duplicaram de volume com a entrada de 118 mil espingardas, revólveres, pistolas e carabinas. São 177 mil armas importadas nos dois anos do governo Bolsonaro, armas que todos sabemos vão parar, em grande parte, em mãos de pessoas, setores sociais e políticos ligados à extrema-direita.

Bolsonaro avisa que – se não for aprovado o voto impresso – o que ocorreu nos Estados Unidos pode passar aqui no Brasil, de maneira muito pior. Referia-se à invasão do Congresso dos EUA por parte de uma turba de trumpistas, para tentar impedir a proclamação da vitória de Joe Biden nas eleições. A sessão foi interrompida e depois voltou, mas o episódio mostra o grau de deterioração da chamada democracia americana. Por outro lado, o reverendo Raphael Warnock foi eleito senador pela Georgia, um senador negro em um estado sulista de tradição racista. A eleição foi possível entre outros motivos graças a um engajamen-

to acima da média do eleitorado negro (nos EUA o voto não é obrigatório e há inúmeras dificuldades para os pobres, negros e latinos se inscreverem e votarem). Entre outras conclusões, a eleição da Georgia confirma que a polarização política é geral e não se encerrou com a eleição presidencial. Aliás, Democratas e supremacistas convocam marchas armadas nos 50 estados daquele país. Contudo, se nada de mais grave ocorrer, o governo Biden iniciará oficialmente no dia 20 de janeiro, contando com maioria Democrata no Senado e na Câmara de Representantes, mas enfrentando uma situação muito difícil, inclusive por conta da pandemia.

E por falar em COVID-19, no Brasil já são mais de 200 mil brasileiros mortos, parte dos quais poderia ter sua vida preservada se o governo federal e seus aliados tivessem agido de forma diferente. Longe disso, o ministro da Saúde informou que “no dia D, na hora H”, a vacinação vai começar em todo o Brasil. Mas o fato é que o país ainda não dispõe nem das seringas, nem das vacinas.

É urgente que o Congresso interrompa seu recesso e tome medidas a respeito, assim como discuta a extensão das medidas emergenciais, sem as quais a situação de dezenas de milhões de compatriotas vai tornar-se desesperadora. É importante lembrar que o auxílio emergencial beneficiou, direta ou indiretamente, cerca de 40% dos domicílios do país. Sua extinção, num momento de alta da inflação (17,09% no caso dos alimentos) e do desemprego (que atinge pelo menos 38 milhões de pessoas), é fome certa.

Confirmando que desgraça pouca é bobagem, os ultraliberais seguem pressionando pela adoção de sua pauta, que inclui mudar a estrutura de setores importantes como a lei do gás e do saneamento, além de novas iniciativa de abertura dos mercados.

A fúria neoliberal não impediu que o ano de 2020 fosse o segundo pior da história em termos de saída de capitais do Brasil, sendo o terceiro ano seguido em que essa conta é negativa. Há nova redução das taxas de crescimento da indústria, assim como com os alarmantes dados sobre o desemprego e sobre a queda nos investimentos. De “positivo”, entre muitas aspas, apenas o seguinte: com a grande liquidez internacional, os custos da dívida estão muito baixos e os papéis brasileiros acabam pagando *spreads* atraentes para os investidores, mesmo que a taxa total venha declinando. Mais de 65 trilhões de dólares são negociados mundialmente e um quarto dessas operações ocorre com taxas de juros reais negativas. Os títulos brasileiros oferecem taxas de juros positivas, no chamado mercado de *yield*, ou aqueles investidores que querem retornos de curto prazo, intensificando as negociações no mercado secundário, depois das emissões. Por outro lado, a depreciação do real faz com os mesmos volumes de dívida em dólares gere um volume superior de reais, atraindo algumas empresas emissoras que, ou têm receitas dolarizadas, ou têm operações de minimização de riscos cambiais. O Tesouro captou quase seis bilhões em 2020 e as operações de recompra de títulos com vencimentos mais longos, mas com taxas mais elevadas, corresponderam a 45% das operações de 2020, com a Petrobras sendo uma das líderes desse tipo de operação. O ano de 2021 começa com novas oportunidades de captação.

Debatida em linhas gerais a situação, os integrantes do grupo indicaram pontos sobre os quais o Grupo de Conjuntura deveria concentrar sua atenção nos próximos meses:

1. O acompanhamento da situação dos Estados Unidos. A crise política vai prosseguir. E, no plano externo, não se deve alimentar ilusões com o governo Biden.

2. O acompanhamento da situação na América Latina. De imediato, as eleições no Equador e o processo constituinte no Chile.

3. O agravamento da situação social e suas implicações políticas, que tanto podem levar o país para a esquerda, quanto ainda mais para a direita. Temos neste tópico o tema do auxílio emergencial e da proteção social em geral; o tema do emprego e desemprego, salários e políticas de geração de renda; o tema da política econômica e seus efeitos, bem como o impacto da situação internacional e das decisões de transnacionais (a exemplo da Ford).

4. O agravamento da pandemia e todas as suas implicações. Desde as eleições, passando pelas festas de fim-de-ano, a curva de contaminações e óbitos voltou a crescer. Já os governos não ampliaram, como deviam, as medidas de isolamento social. E como a vacinação está atrasada, caotizada, misturada com uma batalha política (de desfecho incerto) entre os diferentes setores da direita e – mesmo que nada disso houvesse – demanda tempo para gerar efeitos, o que pode estar vindo por aí é um cenário dantesco.

5. A postura do governo Bolsonaro e dos diferentes setores

da direita. Aqui se inclui, entre vários outros pontos, o tema das Forças Armadas e das Polícias Militares. Bem como a discussão sobre os cenários futuros, inclusive sobre como materializar o afastamento do presidente antes de 2022 (fora Bolsonaro, impeachment etc.).

6. A tática da esquerda em geral e do PT em particular frente a esta situação. A esse respeito, os integrantes do Grupo deram suas opiniões pessoais, cabendo registrar que várias foram no sentido de:

- Defender como questões centrais para o período a vacina já, o auxílio emergencial já, empregos já, o fora Bolsonaro e os direitos plenos para o Lula;

- Criticar a tática adotada pelo Partido e pelas bancadas no Senado e na Câmara;

- Retomar o debate sobre as alianças e as frentes, não apenas no terreno das instituições, mas também no terreno popular;

- Indicar a necessidade de avaliar a situação dos governos estaduais dirigidos por petistas, assim como de completar o balanço das eleições 2020;

- Apontar que continuamos com imensas dificuldades de dialogar com a massa do povo;

- Frisar que nossas dificuldades de mobilização não se devem apenas ou principalmente à pandemia;

- Alertar para o crescimento, em importantes camadas da população, de uma postura de naturalização das mortes, da violência, associada a uma espécie de “anestesia” frente a tanta notícia ruim;

- Chamar a atenção para o fato de que há um cenário de agravamento da crise social, mas o Partido não parece ter uma tática adequada para enfrentar este cenário;

- Opinar que mais cedo ou mais tarde haverá uma reação, mas quando e qual reação depende em alguma medida das opções que sejam adotadas pela esquerda social e política, com destaque para nosso Partido.

Por fim, registramos vários elogios a decisão adotada pelo companheiro Fernando Haddad, de interromper sua coluna na “Falha” de S. Paulo.

A próxima reunião do grupo será no dia 18 de janeiro, segunda-feira, das 10hs às 12hs. Além da síntese feita pelo Gabrielli, teremos uma fala da Teresa Campelo sobre os temas auxílio/desemprego/desproteção social. Também convidamos o professor Miguel Nicolelis, para nos falar sobre o tema da pandemia, mas há um conflito de agendas. Estamos verificando com o professor Nicolelis se ele poderia participar noutro dia e horário.

Ajuda memória de 25 de janeiro de 2021

Está se (re)abrindo uma janela para o impeachment de Bolsonaro. Esta é uma das possibilidades abertas pelo aprofundamento da crise sanitária, econômica e social. Os painelaços, as carreatas e até os editoriais de alguns jornalões confirmam isso. Mas há outras possibilidades, como bem demonstra a declaração do PGR Augusto Aras acerca do “estado de defesa”; a declaração de Cid Gomes, adepto da tese de que seria melhor aguardar 2022; e a postura comedida da Rede Globo.

Neste contexto, confirma-se a importância das eleições para a Presidência e Mesa do Senado e da Câmara dos Deputados. A esse respeito, em todos os partidos (inclusive de esquerda) há interpretações diferentes sobre a melhor tática e sobre o desfecho da disputa, mais definida no Senado e ainda em aberto na Câmara. Cabendo lembrar que uma eventual vitória de Bolsonaro não fará desaparecer os problemas de fundo vividos pelo país; sem falar do preço em cargos & favores que decorreria de uma possível vitória apoiada no “centrão”.

Do ponto de vista da imensa maioria do povo, a situação tende a se tornar cada vez mais dramática, combinando pandemia sem vacina para todos & desemprego sem auxílio emergencial. Crescem as pressões favoráveis à prorrogação das medidas de emergência, mas a elite econômica do país exige “austeridade”. O debate sobre o auxílio emergencial deve voltar depois da eleição das mesas do Congresso.

A insatisfação social é um dos fatores que vai decidir sobre o andamento (ou não) de um dos já 61 pedidos de afastamento do presidente. Hoje, não chega a 200 o número de deputados e deputadas que se manifestou publicamente a favor do impeachment. E as pesquisas, embora indiquem uma tendência de crescente desgaste do governo, também apontam que ele segue mantendo uma resiliência impressionante, vinda de um governo que não tem o que mostrar, salvo malfeitos. A esse respeito, vale ler o trabalho do Centro de Pesquisas e Estudos de Direito Sanitário (CEPEDISA) da Universidade de São Paulo (USP) e a Conectas Direitos Humanos, segundo o qual houve de parte do governo Bolsonaro uma estratégia criminosa e deliberada para a propagação do vírus.

Além de matar vidas, destruir o SUS e o SUAS, a política de Bolsonaro fecha indústrias: num país em que 17 indústrias fecharam por dia desde 2014, o atual presidente do IPEA resgata velhas e surradas teses das vantagens competitivas para dizer que o Brasil não precisa de política industrial, deixando o país submetido aos ciclos dos preços da *commodities*.

Neste quadro de aprofundamento da crise, o governo e seus aliados estão tomando medidas para que a questão social continue sendo, cada vez mais um caso de polícia. Este é o caso de alguns projetos de lei que estabelecem “normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios”, “carreira única para ingresso e promoção na carreira dos militares estaduais e corpos de bombeiros estaduais”, bem como uma “Lei Geral da Polícia Civil” .

Há muitas variáveis que devem ser levadas em conta no debate a respeito, entre as quais: o crescimento dos casos de violência policial (com destaque para mortes de crianças) e alta sensação de insegurança nas cidades; a expansão do mercado ilegal de drogas e novas configurações da criminalidade, em particular no norte-nordeste do Brasil; o avanço das milícias e dos grupos de extermínio, avanço facilitado pela presença de alguém vinculado às milícias ocupando a PR; a ampliação do número de parlamentares organicamente vinculados às corporações policiais. Mas na atual conjuntura, destaca-se o seguinte: Bolsonaro segue apostando na consolidação de suas bases nas políticas, agora inclusive como instrumento para resistir a um eventual processo de impeachment.

Entre as alterações propostas pelos PL acima citados, estão a

nomeação dos comandantes gerais a partir de uma lista tríplice elaborada pelos próprios oficiais; a criação de um Conselho Nacional de Comandantes Gerais da Polícia Militar (CNCGPM) com competência consultiva e deliberativa; a criação do posto de generais das polícias militares; e a bizarra definição de que o quadro de oficiais passaria a ser ocupado apenas por quem tivesse formação em direito.

Sem prejuízo da análise de mérito das “propostas” contidas nos referidos PL e independente das avaliações acerca das chances maiores ou menores de aprovação, é uma iniciativa política em conformidade com o movimento geral de militarização do Estado brasileiro em geral e da segurança pública em particular, acompanhado de uma crescente importação e venda de armas para os setores melhor aquinhoados da população brasileiro.

Um exemplo disto: quadros egressos das FFAA, da ABIN, da PF e de outras polícias vem assumindo postos estratégicos de Estado, inclusive o controle de informações cadastrais que incluem dados restritos de pelo menos 114 milhões de brasileiros e brasileiras. Visto de conjunto, vão se consolidando as bases de um regime de exceção que pode sobreviver a derrota de Bolsonaro, assim como a Lei de Segurança Nacional e outros “entulhos” sobreviveram ao fim da Ditadura. O que torna indispensável debater o tema da Democracia, da Defesa e da Segurança, recuperando de maneira crítica e autocrítica o que defendemos, o que fizemos e o que estamos fazendo, tanto no plano municipal e estadual, quando no período em que estivemos a frente do governo federal.

Concluindo: se é verdade que está se (re)abrindo uma janela para o impeachment de Bolsonaro, também é verdade que

o governo Bolsonaro vem deixando sobejamente claro até onde ele está disposto a ir. Por isso, para aproveitar a oportunidade política, é preciso ter uma postura ousada, à altura do tamanho da crise nacional.

Ajuda memória de 1 de fevereiro de 2021

A reunião do Grupo de Conjuntura coincidiu com a eleição da presidência e das mesas diretoras do Senado e da Câmara dos Deputados. Portanto, a análise detalhada do ocorrido e seus desdobramentos será feita na próxima reunião do Grupo, dia 8 de fevereiro. Contudo, é importante registrar a extrema preocupação manifesta por alguns integrantes do Grupo com a situação, seja pelas implicações políticas externas, seja pelo que revela acerca de nossas dificuldades como Partido e como esquerda. Ressalte-se, também, a necessidade de maior protagonismo da parte de Lula.

Do ponto de vista estritamente político, há pelo menos três questões relevantes: a) em que medida o resultado da eleição altera a postura da “direita não bolsonarista”; b) a composição do próprio governo (os “pragmáticos” do centrão querem mais espaços no Ministério); c) como vai se comportar a oposição de centro e esquerda (que optou majoritariamente por apoiar Baleia Rossi, uma parte votou em Lira e uma pequena parte em Erundina).

Já do ponto de vista da maioria do povo brasileiro, uma questão relevante é saber em que medida os novos presidentes das duas “casas” do Congresso vão incidir: a) no enfrentamento à pandemia; b) na concessão de novo auxílio emergencial; c) na geração de empregos; d) na aprovação ou não das propostas do

governo (a “pauta econômica” e a mal denominada “pauta de costumes”); e) na tramitação ou não do impeachment de Bolsonaro.

Caminhamos para uma situação ainda mais calamitosa com a pandemia, devido ao crescimento das novas contaminações, novas cepas mais agressivas se espalhando e um completo descontrole sobre o processo de vacinação, indispensável para o controle do COVID-19. O fornecimento de insumos básicos para a produção da CoronaVac (chinesa) no Butantan e da AstraZeneca da Fiocruz continua incerto; a Sputnik (russa) começa a ser produzida pela União Química, mas ainda sem a autorização inicial da ANVISA. Se deteriorou a capacidade brasileira de produzir insumos básicos farmacêuticos. Os estoques existentes de vacinas não são suficientes nem para vacinar os grupos mais prioritários, ficando longe de uma vacinação de todos os grupos de risco do país.

Além das mortes, o descalabro nas vacinações e seu adiamento vão trazer consequências econômicas na recuperação do PIB, com prejuízos previstos de 1-2% do PIB.

Com o avanço da pandemia, cresce a urgência de medidas emergenciais de transferência de renda para as populações mais pobres. podem atingir mais de 160 bilhões de reais. Aumentou, desde 2014, a proporção de pessoas vivendo com menos de 8,2 reais por dia, com 2021 começando com um número de pessoas na pobreza extrema similar ao de 2011.

O governo começa a admitir uma versão muito diluída do Auxílio Emergencial, com valores e prazos menores para o apoio às famílias de baixa renda. E o Ministério da Cidadania começa a estudar alternativas para o Bolsa Família, em substituição ao Auxílio Emergencial. Ao mesmo tempo, toma medidas administrativas

em relação ao Cadastro Único que podem comprometer a eficácia do programa. O Cadastro passa a ser administrado pelos órgãos policiais e de informação e o papel dos municípios é muito reduzido.

O governo espera acelerar a tramitação de sua pauta econômica, especialmente a autonomia do BC, a Nova Lei do Gás e a nova lei para a cabotagem; depois viriam as reformas administrativa e tributária. Essas pautas aprofundam o desmonte do Estado brasileiro, aumentam o poder do setor privado e não apresentam perspectivas reais de retomada do crescimento e enfrentamento dos problemas sociais do país.

Mas a pauta da vacinação e do auxílio emergencial pode abrir alguns espaços para vitórias das oposições, ainda que derrotadas na eleição das mesas do Congresso. Mas isso dependerá, em alguma medida, de que as ruas, os protestos, as carreatas, as redes sociais e os manifestos aqueçam o clima contra o governo. Em uma das medidas que toma para evitar isso, o governo busca meios para segurar os preços do diesel e tentar evitar uma nova greve dos caminhoneiros.

Alternativas existem. Na Argentina, por exemplo, começou na semana que passou a cobrança do Imposto sobre Grandes Fortunas, devendo atingir 12 mil contribuintes, com patrimônio superior a 11 milhões de reais. As alíquotas são progressivas a partir de 3,25%, maiores para o patrimônio no Exterior e será recolhida apenas uma vez. Os recursos serão utilizados para financiar aquisição de insumos médicos, promover pequenas e médias empresas, políticas de desenvolvimento social, incluindo bolsas de estudo e expansão do gás natural no país. O governo Fernandez/Kirchner

sofre resistência dos grandes proprietários rurais e dos grandes empresários que se sentem ameaçados por esse novo imposto.

Outro exemplo de política alternativa ao “guedismo-bolsonarismo” vem do governo Biden, que lançou um pacote de medidas: 400 bilhões de dólares para reforçar as políticas sanitárias, 1 trilhão de dólares para ajuda direta às famílias (2 mil dólares por família, benefício temporário previsto para durar 1 ano), dobrar o salário mínimo federal, novas contratações de professores (visando reduzir o número de alunos por turmas, permitindo assim reabrir as escolas), medidas de proteção para pessoas que atrasem o pagamento de aluguel e hipotecas etc. Fala-se também de uma reforma fiscal que aumente os impostos para os que ganham mais de 400 mil dólares por ano e sobre as empresas, com o objetivo de gerar 3 trilhões de dólares ao longo dos próximos 10 anos.

O pacote Biden veio acompanhado de um conjunto de decretos presidenciais que alteram políticas adotadas anteriormente por Trump, por exemplo no tocante às migrações, na pauta dos direitos civis, da legislação eleitoral e da violência policial. Entretanto, a grande questão para os EUA segue sendo como enfrentar a “ameaça chinesa” (este tema será debatido na reunião que o grupo de conjuntura fará dia 15 de fevereiro).

A Argentina e os Estados Unidos confirmam que a política de Guedes e Bolsonaro não é a única possível. Mas para alterar esta política, ou para afastar Bolsonaro, é imprescindível aumentar a mobilização e a disputa político ideológica contra o governo. Não se deve esperar que a simples piora das condições do país resolva a crise a favor da oposição de esquerda, agora ou em 2022.

Ajuda memória de 15 de fevereiro de 2021

Em Soy loco por ti América, Caetano canta: “estou aqui de passagem, sei que adiante um dia vou morrer. De susto, de bala ou vício. Mas de tédio, não morreremos”. A começar pela eleição no Equador, onde um acordo entre Yaku Perez e Guillermo Lasso, mais a autoridade eleitoral equatoriana e a OEA, resultou numa inusitada e recontagem parcial dos votos, sem que o resultado tenha sido proclamado oficialmente. Andrés Arauz aguarda a definição do adversário, sendo óbvia sua preferência por enfrentar o banqueiro Lasso. Mas enquanto aguarda, governo e aparato judicial da Colômbia e do Equador operam envolver Arauz em denúncia falsas, seja para tirá-lo da disputa, seja para prejudicar sua campanha, seja para ameaçar sua posse e mandato.

No Brasil tampouco há tédio. Por falta de vacinas, por sua vez decorrente da incapacidade e do boicote do governo Bolsonaro, várias cidades e estados já interromperam a imunização, exatamente em um momento em que novas cepas contribuem para ampliar ainda mais o número de contaminados e mortos. Aliás, “mais mortes” deve ser o principal programa de governo de Bolsonaro, haja vista a edição de novos decretos para facilitar a posse de armas, que já atinge recordes históricos. Os decretos ampliam o número de armas que cada indivíduo pode ter, retiram do controle vários tipos de armamentos e autorizam a posse e porte de armas de uso restrito das Forças Armadas para algumas autoridades.

No terreno econômico e social, a situação prossegue como antes: desemprego crescente, inflação crescente, miséria crescente, fome crescente. E um carnaval como nunca antes em nossa

história: apesar da profusão de *lives* e transmissões de artistas e entidades carnavalescas, os ambulantes, cordeiros, trabalhadores da indústria de adereços, empresas de eventos e artistas estão sem possibilidades de reforçar seus orçamentos anuais com as atividades relacionados com o Carnaval. Há estimativas de redução de cerca de 16 bilhões de reais que não circularam na festa.

Na expectativa de animar a economia, o governo Bolsonaro pretende realizar em abril uma onda de concessões e PPPs: vinte e dois aeroportos, cinco terminais portuários, a FIOLE e vários trechos rodoviários têm leilões previstos para o início do segundo trimestre. A expectativa é de que os investimentos serão superiores a 38 bilhões de reais e criarão mais de 350 mil postos de trabalho diretos e indiretos nas construções. A privatização da infraestrutura corre acelerada. Ao mesmo tempo, o PIB do agronegócio registrou recorde em 2020, sua evolução foi de 19,7%. Destaques: o setor de agroserviço, com evolução de 18,2%; pecuária, 23,1%, com preços maiores que 2019; safra recorde de grãos, com crescimento na produção de açúcar, café e cacau; uma alta de 62,3% no segmento agrícola primário. A pecuária, com o aumento de abates e de preços, registrou alta de 24,9%. A agroindústria foi o setor mais afetado pelo coronavírus em 2020, com sinais de recuperação no segundo semestre. De janeiro a novembro, a evolução do PIB no setor foi de 5,9%. O arroz um dos líderes, teve evolução de 65%. Com o aumento de 55% nos preços e de 7% na produção. Soja, milho e café faturamento crescendo acima de 40%. Para 2021, o IBGE estima uma safra recorde de 260,5 milhões de toneladas, com alta de 2,5% em relação a 2020 (6,4 milhões), indicando novo aumento de produção para soja (6,8% ou 8,2 milhões

de toneladas), declínios para milho de 2ª safra (-1,8% ou 1,4 milhão) e o algodão herbáceo (-14,0% ou 607 mil). Se as previsões ocorrerem teremos mais um recorde nacional, 5,2% superior à safra de 2019. Esta situação, mais o quadro da construção civil e a corrida para os fluxos financeiros, devem ser acompanhadas com atenção, inclusive para medirmos a relação entre o empresariado e o governo Bolsonaro.

Nesse contexto, Bolsonaro fala da volta do Auxílio Emergencial por mais três ou quatro meses. Tanto a “regra de ouro” que limita os empréstimos do governo quanto o superavit primário precisam ser modificados para a aprovação do novo Auxílio. Haverá uma disputa no Congresso acerca da extensão, do valor e das fontes.

E por falar em disputa parlamentar, em dura batalha, mas com ampla maioria dos votos, o governo emplacou a autonomia do Banco Central e a potencial dolarização da economia na Câmara dos Deputados. O novo marco legal do câmbio (o brasileiro poderá ter contas em dólar no Brasil) facilita a fuga de capitais na eventualidade de uma crise e uma corrida ao dólar, desvalorizando outros ativos em moeda nacional. No que se refere a autonomia do BC o maior impacto será a blindagem da Diretoria a pressões do governo, reforçando os vínculos da autoridade monetária com o sistema financeiro. A separação da duração de mandatos do presidente da República e do BC aumenta essa independência frente ao governo. A meta de emprego será uma meta secundária, reforçando seu papel no controle da inflação. No caso do FED americano, que também tem autonomia, seu mandato tem duas missões: maximizar o emprego e controlar os preços. O FED vive

sob intenso escrutínio do Congresso, com sua diretoria obrigada a prestar contas de suas decisões aos congressistas, várias vezes ao ano. No caso brasileiro, os diretores continuam sendo indicados pelo governo, mas será muito mais difícil a sua remoção, com o BC virando uma autarquia especial sem dependência ao Ministério da economia, como é hoje. Os elementos de transparência das decisões do BC são apresentados como intenções de um órgão que passará muito mais a depender do setor financeiro

Outra batalha parlamentar se dará em torno do projeto de lei complementar, enviado pelo governo Bolsonaro ao Congresso, transformando o ICMS dos combustíveis de um percentual sobre seu preço de venda em um valor fixo por unidade de produto, de forma semelhante a cobrança da CIDE. No limite da autonomia constitucional dos estados, o projeto, se aprovado, deverá ser seguido de leis estaduais para fixar os procedimentos de cobrança de cada estado, que tem competência sobre o ICMS, uma das principais receitas próprias dos governos estaduais. Ao ampliar o fato gerador incluindo vários combustíveis com unidades físicas distintas, o PL torna-se ainda mais complexo

No terreno político cresce também o conflito entre as diferentes facções do bloco governista. Um dos focos é a relação entre Bolsonaro e seu vice o general Mourão, que não anda boa, como se poder ver pela falta de convite para a participação de Mourão em recente reunião ministerial e o esvaziamento da Operação Verde Brasil, que trata da Amazônia, com o anúncio da antecipação do seu fim e a retirada dos militares. Outro foco é a prisão - por ordem do STF - de um deputado de extrema direita (o tema será analisado na próxima reunião do grupo de conjuntura). O fato

ocorre em meio à repercussão do livro em que o ex-comandante do Exército, general Villas Boas, confessa as ilegalidades que cometeu para evitar a continuidade do PT no governo. Ilegalidades nas quais contou com o apoio ativo e passivo da cúpula das Forças Armadas.

Um terceiro foco de conflitos no terreno político é a Lava Jato. A decisão da segunda turma do STF, a favor do uso por Lula das mensagens gravadas das conversas de Moro com a Lava Jato, foi mais uma pá de cal na defunta operação que já tinha sido formalmente desmontada em Curitiba. Fachin permanece como único defensor da Lava Jato, refletindo a mudança de atitude do STF, que tem à sua frente a tarefa de decidir sobre a parcialidade do ex-juiz Moro nos casos contra o ex-presidente Lula. As decisões podem ter repercussões gerais, atingindo outras vítimas da operação. Os sinais são de que a maioria lavajatista do STF está se reduzindo, com potenciais mudanças de posição da ministra Carmem Lucia. São escandalosos os diálogos que estão oficialmente vindo à público, confirmando relações espúrias dos Procuradores com autoridades internacionais, sem a participação dos órgãos do Governo responsáveis por essas trocas de informações. Fica evidente que a base de dados que serviu de fonte de informações para acusações foi manipulada, depois de entregue pelos suíços ao Brasil. O desprezo e preconceito contra Lula e a esquerda ficam patentes nas frases que expressam desejos de morte, tiros na cabeça e eliminação dos considerados “inimigos”. O desprezo pelo devido processo legal e conluio entre acusadores e julgadores também restam evidenciados. Mas atenção: o enterro da Operação Lava Jato de Curitiba não é a morte do lavajatismo como operação, nem

como concepção, como fica evidenciado por ataques realizados nos últimos dias.

Um quarto foco de conflitos está na movimentação interna aos partidos da direita tradicional. O principal deles deriva da disputa pela presidência da Câmara dos Deputados: a potencial saída de Rodrigo Maia do DEM, Dória (PSDB) tentando atrair Maia, ACM Neto querendo evitar o afastamento de Huck do DEM, Dória (PSDB) buscando expulsar Aécio Neves e deputados do RS, onde Eduardo Leite, governador, pode ser candidato do PSDB. Estima-se que metade da bancada de 33 deputados do PSDB votou no candidato de Bolsonaro. A recondução de Bruno Araújo na presidência do PSDB foi mais uma derrota de Dória. Eduardo Leite se posiciona para a disputa de 2022, apresentando-se como mais moderado que Dória nas relações com Bolsonaro, almejando assim conquistar o apoio de bolsonaristas. Enquanto isso, Baleia Rossi (MDB) se movimenta numa tentativa de aproximação com Dória; e no DEM cresce a opinião de lançar um candidato próprio, que poderia ser o ex-ministro da Saúde Mandetta, candidatura que serviria para manter a aparência de que o partido ainda não aderiu completamente ao governo Bolsonaro, impressão reforçada pela indicação de João Roma (Republicanos) para ministro da Cidadania. Apesar de Roma não ser do DEM, ele é muito próximo de ACM Neto e sua indicação é um sinal da posição real do DEM em relação ao governo. Para efeitos locais na Bahia, a aproximação DEM/governo não é boa, mas o acesso à máquina governamental pode dar recursos para ACM Neto se fortalecer e adiar para 2022 sua decisão de ser candidato a governador do estado ou vice presidente de Bolsonaro. No âmbito da pré-candidatura de Luciano

Huck, a crise do DEM reforçou a necessidade de uma escolha partidária mais definitiva e conversas se intensificaram com o PSB, através do prefeito eleito de Recife João Campos. A candidatura de Huck também mantém diálogos com o PV, Rede e Cidadania. Mas a eventual aproximação PSB-PCdoB, em torno da possível candidatura de Flávio Dino, pode complicar a movimentação de Huck.

Como foi dito, de tédio não morreremos. Nem nós, nem os gringos: os republicanos garantiram que não haverá impeachment de Trump e, portanto, ele poderá ser candidato nas próximas eleições presidenciais nos EUA.

#

O grupo de conjuntura da FPA também debateu a situação mundial, com foco na China, na Rússia e nos EUA. Segue abaixo o roteiro não revisado da fala feita pelo professor Giorgio Romano (UFABC).

“No meu entendimento a crise global de 2008 foi um momento de inflexão. Entre outras coisas ela marcou o esgotamento da relação EUA-China, que tinha sido por duas décadas extremamente vantajosa para ambos os lados. Essa parceria só funcionava com a premissa que a China aceitasse sua posição subalterna e isso nunca foi sua vocação. Hoje há um debate nos *think tanks* e na academia nos EUA “onde erramos?”. Imaginava-se: a) China iria se tornar liberal b) China nunca iria conseguir diminuir o gap tecnológico e, portanto iria ficar presa no que é chamado de *middle income trap*, a armadilha da renda média.

Com base na força econômica que adquiriu ao longo desse processo e sob a nova liderança do presidente Xi Jinping, a China

deixou claro ao mundo sua vontade política de ser reconhecida como uma potência global, de querer sair da posição subordinada nas cadeias produtivas, apropriando-se de uma maior fatia do valor adicionado, com estratégias de inovação e controle tecnológico.

Nesse processo a China saiu de uma postura de *low profile* para um comportamento proativo e expansionista.

Considero que houve nesse novo posicionamento da China uma subestimação da resiliência do capitalismo americano e uma supervalorização da sua nova posição.

Exemplo é o lançamento do Made in China 2025, a estratégia anunciada em 2015 que disse que ia ser líder em dez das tecnologias de ponto que vão moldar o futuro. Biotecnologia, informática, sistemas ferroviários, robótica, farmacêutica. Ora, se você diz que você vai ser o líder, então EUA e Alemanha não vão ser; e quando China em seguida compra a empresa robótica Kuka na Alemanha o debate muda radicalmente: era preciso breçar a ascensão chinesa.

Na verdade o primeiro a fazer esse apelo foi Obama já em 2011, quando falou em *Sputnik moment*, em referência ao primeiro satélite artificial lançado em 57 ao qual os EUA responderam com o projeto Apollo. Obama nunca montou um projeto Apollo, quem pretende fazer isso agora aproveitando da conjuntura rumo à pós pandemia é o Biden, com US\$ 1,9 trilhão na mão.

A estratégia de Obama era conter a China política e militarmente na Ásia, estreitando relações com Índia e Vietnam. Havia e há nesses países uma ambiguidade que permanece até hoje: não

querem perder as oportunidades econômicas, mas estão com pé atrás diante do avanço da influência chinesa.

Ai Obama inventou o Transatlantic Partnership para gerar também uma alternativa no plano econômico e explicitou várias vezes que o TPP era para responder à China. Nada disso parou a ascensão chinesa que reagiu a tudo isso com mais determinação para continuar subindo a escada, entre outros com o BRI.

Trump mudou de estratégia: ao invés de conter a China pelas beiradas, ele queria atacá-la de frente de duas formas: a) sanções comerciais-econômicas e depois tecnológicas; b) lançar mão da “carta” Taiwan.

Para as sanções comerciais e econômicas Trump convidou Robert Lighthizer, o pitbull que Reagan usou para enquadrar o Japão. Agora, mais velho, ele foi chamado para usar sua caixinha de maldades contra a China. Mas a China não é o Japão.

Diante da resistência da China, Trump aumentou a dose, com sanções tecnológicas, usando inclusive legislação extraterritorial. Uma arma que precisa ser mais estudada: a capacidade única dos EUA de enquadrar não só as empresas americanas, mas qualquer uma que quer vender tecnologia para a China.

O momento era esse mesmo, porque a China depende para muitas tecnologias de empresas americanas ou da órbita do capitalismo americano; no caso mais importante hoje, o dos microprocessadores, estamos falando da TSMC taiwanesa e da ASML holandesa.

Se quisessem, com essa estratégia os EUA conseguiriam chutar a escada? Onde está o porém? O porém está no tamanho do

mercado chinês e na determinação chinesa de não se curvar.

O mais poderoso lobby contra a política de sanções veio das empresas americanas produzindo na China ou vendendo para a China. Não há mercado que possa substituir. Exemplo é a ASML: descobriu-se em 2019 um caso de espionagem industrial envolvendo diretamente autoridades chinesas. Os EUA queriam que a Holanda reagisse, a opinião pública e o ministério de Relações Exteriores estavam em pé de guerra. O ministério da Economia já estava mais cauteloso, mas adivinha quem fez o maior lobby para não pegar pesado contra a China? A própria ASML! Porque a China é seu maior mercado. E em 2020 a empresa, no meio da pandemia, aumentou sua receita com vendas para a China.

Hoje a venda de empresas americanas produzindo na China para o mercado chinês é maior que as exportações dos EUA para a China. E 87% delas não pensa em sair da China, apesar dos incentivos e apelos de Trump.

E a China, esperta, retaliou com sanções contra importações, mas não levantou um dedo contra a atuação das empresas americanas na China. Anunciou que ia publicar uma lista negativa de empresas para responder à lista de Trump de empresas chinesas com as quais ninguém mais poderia fazer negócio, mas nunca publicou esta lista.

Xi Jinping reagiu com o lançamento da economia de circulação dual. Uma reinterpretção do New Normal. O núcleo do dinamismo chinês deveria vir agora da circulação interna, do mercado interno, e o que vem de fora é lucro. É preciso montar uma cadeia de fornecimentos controlável e independente que garanta a economia também em situações extremos. Ou seja, queremos a

paz e vamos continuar aproveitando de todas as oportunidades no mundo, mas estamos preparados para a guerra.

Para isso é preciso garantir a) fornecimento de insumos estratégicos, como petróleo, soja, lítio; b) continuar na busca de liderança tecnológica: investimentos pesados, compra e atração de empresas, espionagem industrial, transferência tecnológica forçada e compra de funcionários especializados das empresas líderes, tudo isso focado nas tecnologias consideradas estratégicas.

O caso mais importante: microprocessadores, onde o atraso é grande. Vai demorar, pode demorar 5 anos, pode ser mais, mas vão chegar lá. A curto prazo fizeram um estoque enorme que se expressou por exemplo em um boom no superávit comercial de Taiwan no meio da pandemia e hostilidades na frente militar.

Com microprocessadores da antepenúltima geração você pode atender o mercado interno e ainda colocar produtos competitivos no mercado internacional; e enquanto isso você usa o poder de mercado para flexibilizar as sanções. Com certeza a China está disposta a oferecer contrapartidas para Biden ajudar nesta flexibilização, embora ambos saibam que Biden não pode parecer fraco diante da China, sob o risco disso se traduzir em perdas de democratas nas eleições para o Congresso em 2022.

A China também usou seu poder de mercado para desbloquear a negociação sobre o Regional Comprehensive Economic Partnership (RCEP), Parceria Econômica Regional Abrangente, concluído depois de 10 anos de negociação no final do ano passado. Um golaço para a política chinesa de expulsar os EUA da Ásia. O truque foi operar via Asean (Associação de Nações do Sudeste Asiático).

A RCEP engloba 15 países com 30% da população mundial, maior acordo de livre comércio do mundo (não vai ser mais o Acordo EU-Mercosul); chama atenção a participação de Japão, Vietnã e Austrália. Embora negociado no âmbito da Asean, tudo mundo sabe que a China tem a liderança. Só a Índia ficou de fora por enquanto.

Ou seja, os EUA não participam em nenhum dos dois maiores acordos de livre comércio: o Comprehensive e Progressive Agreement for Transpacific Partnership (CPTPP), liderado pelo Japão; e o RCEP liderado pela China. Não é fácil para Biden entrar agora no CPTPP; já Xi Jinping anunciou considerar a entrada da China no tratado, que lá atrás foi pensado pelo Obama para isolar a China.

No caso de Taiwan, Trump começou a desrespeitar os acordos informais e tácitos com a China referente às vendas de armas e relações diplomáticas, como elemento da sua estratégia de pressionar a China a aceitar suas demandas na frente comercial-econômica. Não havia por parte de Trump nenhum compromisso com a independência de Taiwan. A venda de armas era por si só um negócio bilionário. O governo de Taipei se sentiu respaldado para falar grosso também. Aí a liderança chinesa reagiu, até para não parecer fraca diante da sua própria opinião pública, em defesa do que ela considera seu território. Ao longo de 2020 aconteceram duas mil incursões de aviões militares chineses, entrando no que Taiwan considera seu espaço territorial, passando a linha que é conhecida como Air Defence Identification Zone (ADIZ), provocando muita tensão. A cada incursão em pontos diferentes da ilha a força aérea de Taiwan se viu obrigada a decolar. Isso tem um custo

enorme. Na tensão, inclusive dois caças taiwaneses caíram e seus pilotos morreram.

Se isso não bastasse, no final do governo Trump Mike Pompeo regulamentou uma série de flexibilizações nas relações EUA-Taiwan, todas inaceitáveis para a China.

A China esperava do Biden que cancelasse essas medidas logo no primeiro dia, junto com as demais. Biden não fez porque deve entender que são uma moeda de troca. E isso explica a nova escalada em 23/24 de janeiro, à qual os EUA reagiram com o envio do porta-avião Theodor Roosevelt.

Lembrando que a presença de um porta-aviões USA passando pelo Estreito de Taiwan não é apenas uma demonstração de poder militar, mas também de tecnologia. Em porta-aviões a China está muito atrás. Dispõe hoje de dois na ativa e um em construção, contra 43 porta-aviões dos EUA.

O primeiro porta-aviões chinês, de nome Liaoning, foi entregue em 2018 e era na verdade um porta-aviões soviético, comprado da Ucrânia e reformado. O segundo já é uma cópia chinesa deste.

O conflito militar se concentra, portanto, no espaço considerado pela China como parte da sua soberania: Mar da China do Sul e do Norte e particularmente Taiwan, sendo o Taiwan muito mais complexo.

Em 2019 a China sinalizou pela primeira vez com prazos. Houve duas falas: em uma Xi Jinping disse que Taiwan deve ser incorporado pelo bem ou pelo mal “nessa geração”. Daí surge a especulação de que isto teria relação com uma 4ª reeleição do Xi

Jinping. Em 2023 o apoio à sua reeleição será dado pela capacidade de superar a pandemia e o crescimento econômico a frente dos demais países. Deixando para 2027 a necessidade de buscar outra justificativa. Mas eu acho que não é isso, acho que esta especulação não procede.

No documento de estratégia militar de julho 2019 está explícito: a unificação é condição essencial para completar o processo de rejuvenescimento. E para quando está previsto a conclusão do processo de rejuvenescimento? 2049 na comemoração dos 100 anos da Revolução. Ou seja, haveria 28 anos para buscar uma solução pacífica.

Com relação à Rússia.

A China hoje tem com a grande maioria dos países no mundo uma relação ambígua: disputa, conflito latente ou frieza política de um lado e atração irresistível como parceiro de negócios de outro. Um dos poucos países com o qual a China estabeleceu nas últimas duas décadas uma relação que envolve a esfera econômica, política e militar é a Rússia, com toda a desconfiança histórica e os diabos que se escondem nos detalhes. A relação inclusive permitiu a Putin manter uma projeção muito superior a força econômica real da Rússia. É talvez a maior surpresa da geopolítica do século XXI até agora.

Brzezinski, na década de 1990, no auge do unilateralismo americano, elencou os potenciais desafios e concluiu que o risco de uma parceria Rússia-China era a menos provável.

A rejeição pelo ocidente dos dois países é um dos fatores que ajudou para diminuir (não apagar) o peso das desconfian-

ças históricas. A identificação da China e Rússia como principais adversários foi explicitada pelo Trump e reiterado no primeiro discurso de Biden sobre sua política externa na semana passada.

Ajuda memória de 8 de março de 2021

Goethe, o famoso poeta alemão, escreveu certa vez que “cinzenta é toda teoria, verdejante e dourada é a árvore da vida”. A tradução pode não ser a melhor, nem vale como justificativa, mas pelo menos serve como desculpa poética para o fato da reunião do grupo de conjuntura - realizada no dia 8 de março de 2021 – não ter se dado conta de que uma reviravolta estava para ocorrer.

Referimo-nos, como é óbvio, à decisão monocrática do ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, que na prática devolveu os direitos políticos ao ex-presidente Lula. As razões de Fachin e, principalmente, as consequências de sua decisão serão analisadas na reunião do GC da FPA no próximo dia 15 de março. Chamamos a atenção, desde já, para o seguinte:

- A decisão de Fachin é um dos muitos efeitos colaterais do conflito profundo existente entre os integrantes do Supremo Tribunal Federal, entre parte dos integrantes do STF com a Operação Lava Jato, bem como entre o Supremo e o governo Federal (neste último caso, evidenciados sobejamente no episódio envolvendo o facínora Daniel Silveira);

- A decisão de Fachin confirma algo que vem sendo reafirmado nas reuniões do GC: a profunda crise em que o país está imerso gera uma situação de instabilidade, donde tudo pode surgir, inclusive nada (apud Barão de Itararé). Esta característica da

conjuntura exige, da parte do comando do Partido, muito sintonia fina e muita capacidade de pronta-resposta;

- Por óbvio, a decisão de Fachin produzirá desdobramentos: o julgamento da suspeição de Moro (interrompida no dia 9 de março pelo pedido de vistas do ministro Nunes Marques), o pronunciamento de Lula neste 10 de março, as reações de outras forças políticas e sociais (a Globo, o Clube Militar, a base social da esquerda brasileira, a cúpula do PSB e do PCdoB etc);

- A grande dúvida é: a recuperação dos direitos de Lula contribuirá para ampliar a pressão pela “interdição” imediata de Bolsonaro?

Seja qual for a resposta a esta e a outras questões, o importante é que, como diria outra pessoa ilustre, o italiano Galileu Galilei: *e pur si muove!*

#

Mas às vezes se move para trás.

Este é o caso, exatamente, dos direitos das mulheres brasileiras (e de outras regiões deste nosso planeta cansado de guerra).

Um dos efeitos colaterais da pandemia de COVID-19 foi ampliar a pressão sobre as mulheres: a) o desemprego cresceu mais entre as mulheres, especialmente na América Latina, especialmente entre os setores pobres da população; b) cresceu a carga de trabalho doméstico e de cuidados com familiares, inclusive devido as sequelas do COVID-19; c) mesmo entre os setores que conseguiram/conseguem fazer isolamento social, não mudou em favor das mulheres a divisão do trabalho doméstico; d) houve um crescimento da violência doméstica e também da dificuldade de

denunciar esta violência, porque o agressor está mais tempo dentro de casa.

Pesquisa do IBGE revela que, em 2019, a assimétrica alocação do tempo entre homens e mulheres no cuidar das crianças pequenas se reflete na ocupação. Em 2019, estavam ocupados 89,2% dos homens na faixa etária de 25-49 anos que viviam em lares com crianças de menos de 3 anos; entre as mulheres, o número de ocupadas era de apenas 54,6%. Já no caso dos domicílios sem crianças, 67,4% das mulheres estavam ocupadas. Como é óbvio, a diferença deve-se a questão: quem assume os cuidados? Segundo a pesquisa citada, as mulheres dedicaram mais de 21 horas semanais para cuidar dos afazeres domésticos, enquanto os homens só dedicaram 11 horas semanais a esses afazeres. As diferenças são ainda maiores para as mulheres com menor nível de renda e se agravam na ocupação dos cargos gerenciais, em particular para as mulheres negras. As pretas e pardas representam 55,4% das mulheres na população, mas somente 39,1% da ocupação do setor público. Nos cargos de chefia de mais alto rendimento, os homens ocupam 78% dos cargos.

A esse respeito, recomenda-se também ler:

1. <http://mulheresnapandemia.sof.org.br/>

2. <https://criola.org.br/pesquisa-servicos-publicos-e-direitos-humanos-no-contexto-da-pandemia-no-brasil/>

Resumidamente: nem a situação estrutural nem a pandemia são democráticas, seja do ponto de vista social, étnico e de gênero. Cabendo recordar algumas tendências estruturais: a) a expectativa de vida maior das mulheres; b) a remuneração desigual;

c) a exploração do “trabalho doméstico”, seja o não remunerado de todas as mulheres, seja o remunerado. E cabendo, também, recordar que o golpismo em geral e o governo Bolsonaro em particular foram/são profundamente misóginos (veja o destaque que dão para a luta contra o papel civilizatório que a educação poderia e deveria cumprir, no que diz respeito aos direitos das mulheres).

No plano da luta por políticas públicas e por direitos, chamamos a atenção para a necessidade do trabalho doméstico ser remunerado e dos chamados “cuidados” serem vistos como direitos que exigem a presença, a mediação e também a ação direta do Estado.

A esse respeito, há um projeto da deputada federal Luizianne Lins dispondo “sobre a inclusão da economia do cuidado no sistema de contas nacionais usado para aferição do desenvolvimento econômico e social do país para definição e implementação de políticas públicas”.

Destacamos que vários países da América Latina vêm realizando esforços para medir o valor do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado como porcentagem do PIB. No México, por exemplo, esse valor é estimado em quase 25%.

Visto tudo isto no plano estratégico: se a libertação da classe trabalhadora deve ser obra da própria classe trabalhadora, é necessário lembrar que dentro da classe trabalhadora os mais explorados, os mais oprimidos, os mais sofridos, os mais pobres são as mulheres e as crianças. Sobre estas duas camadas concentram-se todas pressões do capitalismo neoliberal, do patriarcado e as heranças da escravidão.

#

No entramado entre os tantas vezes surpreendentes acontecimentos de curto prazo (vide Fachin) e as muitas vezes terríveis tendências de médio prazo (vide a exploração e violência contra as mulheres), destacamos na semana de 1 a 7 de março o seguinte:

1. O atraso da vacinação, a ausência de condições para um efetivo isolamento social e o surgimento de novas cepas mais agressivas têm forçado alguns governadores e prefeitos a tomar medidas mais duras de fechamento de atividades. Na ausência de políticas adequadas de proteção aos trabalhadores e as empresas, especialmente pequenas e médias, isto levará à nova onda de falências e desemprego. O fim do prazo de carência do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), o atraso da aprovação do novo auxílio emergencial e o fim do programa de suplementação do salário com os cortes de jornada agravam a situação dessas empresas. Segundo o Sindicato das Micro e Pequenas Indústrias do Estado de São Paulo só 14% das PMEs tiveram acesso a alguma linha de crédito disponibilizadas pelo sistema bancário em 2020. Os efeitos da elevação do CSLL dos bancos para compensar os subsídios para o diesel preocupam o setor pois podem elevar os custos das poucas linhas de crédito existentes.

2. Os sistemas de saúde estão em colapso em várias cidades e o número de mortes atinge níveis recordes. O governo federal continua com seu negacionismo. Bolsonaro foi enfático em desrespeitar mais de 255 mil mortos do COVID-19 acusando de “mimimi” os que consideram o problema grave, desdenhando da

dor dos outros, considerando “frescura” a reação e cinicamente perguntando “até quando vamos ficar chorando” os mortos. Ao invés de dar prioridade para adquirir vacinas, difíceis de encontrar pelas irresponsabilidades do passado recente, manda missão para Israel para buscar soluções “milagrosas” de spray nasal experimental. Ao mesmo tempo, depois de divulgar informações falsas sobre os repasses para os estados no combate à pandemia e de acusar o ICMS como principal responsável pelo aumento dos Combustíveis, o núcleo de apoio a Bolsonaro agora quer responsabilizar os governadores pela paralização das atividades econômicas, exagerando com fake news as notícias sobre as medidas de lockdown.

3. Vários governadores, incluindo alguns que apoiaram Bolsonaro, estão se afastando de Brasília na condução de medidas para conter a pandemia. Consórcios para comprar vacinas, ação articulada junto a OMS e definição de procedimentos comuns buscam ocupar a falta de ação do governo federal em um momento dramático da crise sanitária. As tensões federativas tendem a se agravar nos próximos tempos. Paradoxalmente, Bolsonaro tenta se aproveitar da movimentação dos governadores para imputar a eles a responsabilidade pelo (fracasso no) combate à pandemia.

4. Rodrigo Mais, em confronto direto com ACM Neto, anunciou que pode sair do DEM para o MDB e continua tentando articular uma candidatura em torno de Dória ou Leite (PSDB), Mandetta (DEM) e Luciano Huck (sem partido). Ele quer o apoio de Moro, que não está na sua preferência de candidatos para 2022. O principal patrocinador do programa “Caldeirão do Huck” é o Magazine Luiza, da Luiza Trajano, também colocada como poten-

cial candidata desse agrupamento de centro direita. A renovação do contrato e a programação da Globo, a ser decidida até meados de 2021, deverá acelerar a movimentação de Luciano Huck.

5. Nos estados, na composição das chapas de candidatos para os governos, senado e Câmara alianças locais sem aderência com os alinhamentos nacionais começam a ocorrer. O pragmatismo parlamentar supera a definição ideológica e política nacional, até que a disputa presidencial se consolide.

6. Antes da reviravolta de 8 de março, uma pesquisa de opinião feita pelo IPEC (ex-IBOPE) mostra a força política de Lula: metade dos consultados disseram que votariam nele, se ele for candidato, percentual que cai para 38% no caso de Bolsonaro. Enquanto 56% não votariam no atual presidente, a taxa de rejeição de Lula é de 44%. Essa pesquisa não mede a votação esperada, mas define os tetos e pisos de votação de cada candidato. Ciro Gomes e Fernando Haddad estão tecnicamente empatados e Boulos tem um elevado grau de desconhecimento.

7. O PSB está em processo de reformulação de seus documentos internos, se preparando para atrair potenciais candidatos sem muita definição ideológica, como Huck. O novo programa não deverá constar a defesa da expropriação dos bens de produção nem o socialismo como objetivos de longo prazo. O PC do B busca se aproximar do PSB na expectativa de superar a cláusula de barreira.

8. O texto da PEC 186 aprovado pelo Senado, que vai a votação essa semana na Câmara, tem provocado novos problemas para o governo, estimulando, por exemplo, entidades de policiais estaduais, tradicionalmente bolsonaristas, a se rebelaram contra

as medidas previstas e corte possível de gastos. Esse é apenas um dos efeitos contracionistas embutidos na PEC que fixou um teto “constitucional” de 44 bilhões para o auxílio emergencial, numa manobra para satisfazer aos “austericidas” do Ministério da Economia. A redução do Auxílio Emergencial está implícita nesse teto. Por outro lado, Guedes perdeu a batalha para a desvinculação dos recursos de saúde e educação, que permaneceram com os níveis atuais. Aparentemente, o Guedes trocou medidas de austeridade correntes pela possibilidade de disparar gatilhos para cortes futuros de gastos. Os gatilhos poderão ser acionados toda vez que a relação entre as despesas obrigatórias sujeitas ao teto de gastos e as despesas totais da União superar 95%. Para o Auxílio Emergencial, o governo pode utilizar créditos extraordinários, inclusive com empréstimos para seu financiamento. Quando os gatilhos forem acionados, o governo terá que suspender os aumentos de salário para o funcionalismo, a realização de concursos públicos, a criação de despesas obrigatórias e o lançamento de linhas de financiamento ou renegociação de dívidas.

9. Desde 1996 o país não teve uma queda tão grande do crescimento do PIB como em 2020: -4,1%. O consumo das famílias teve a maior queda com exceção das importações (-5,5%), seguida da queda dos gastos do governo refletindo a contração da demanda. Serviços e indústria também tiveram péssimos resultados. A situação é ainda mais grave se considerarmos que, desde 2016, o PIB está praticamente estagnado, com nenhum trimestre desde então apresentando crescimento superior a 1,1%, com exceção do 3 trimestre de 2020, quando cresceu 7,7%, compensando parcialmente a queda de -9,2% no trimestre anterior.

Tão longa estagnação traz prejuízos dramáticos de longo prazo. A agricultura foi o único setor que escapou da queda generalizada da economia brasileira em 2020: cresceu 2%, puxada pela soja (7,1%), que teve produção recorde na série histórica. Apesar das variações na produção, em 24 anos, tivemos apenas três anos com redução do PIB da Agropecuária. A CNA, diante dos resultados atuais, está projetando aumento de 2,5% sobre 2020 do PIB agropecuário para 2021. Entretanto, o fato de ter ocorrido um atraso na colheita da soja e a queda da sua venda em 50% no primeiro bimestre de 2021 pode mudar esses planos. Situação que nos mostra o quanto o agronegócio é dependente da soja.

10. Está na pauta da Câmara dos Deputados o PL 2.633 de 2020, da regularização fundiária. Da forma como está hoje, permite que sejam regularizadas posses de terras da União desde que efetivadas até 2008 e a gleba tenha até 6 módulos fiscais. Há poucas discordâncias, na Câmara, sobre o marco temporal. Mas a área passível de regularização provavelmente será aumentada. A proposta de regularização fundiária é derivada da MP (medida provisória) 910 de 2019, que chegou a ser chamada de “MP da Grilagem”.

#

Resumindo os fatos da semana e as tendências do período, temos portanto crise, instabilidade, insatisfação e acumulação crescente de material explosivo. Alguém vai riscar o fósforo? Se sim, quem? E, principalmente, como se comportarão neste ambiente os poderes fáticos (empresários e militares)?

Ajuda memória de 15 de março de 2021

A conjuntura política segue marcada pelos efeitos da decisão adotada pelo ministro Edson Fachin no dia 8 de março. No dia 9 de março, a reunião da segunda turma do STF prosseguiu a votação da suspeição de Moro, os discursos de Gilmar Mendes e de Ricardo Lewandowski foram impactantes, mas um pedido de vistas do ministro Kassio Nunes interrompeu a votação. Nesse mesmo dia, o presidente do Clube Militar - general reformado Luiz Eduardo Rocha Paiva – divulgou uma nota falando que “a continuar nesse rumo” o país chegará a um ponto de “ruptura institucional e, nessa hora, as Forças Armadas (FA) serão chamadas pelos próprios Poderes da União, como reza a Constituição”. No dia 10 de março, Lula fez seu já histórico discurso. Algumas pesquisas mostram que o discurso provocou uma gigantesca onda de interações nas redes sociais, atingindo mais de 21 milhões de movimentos. Foram 2,5 milhões de publicações no Twitter e 159 mil postagens no Facebook. No dia 11 de março, esta tremenda repercussão - nacional e internacional - do discurso de Lula causou inúmeros impactos no governo Bolsonaro, que chegou ao ponto de incorporar um globo (!) terrestre na decoração de suas lives. No dia 12 de março, o ministro Luiz Edson Fachin decide submeter ao Plenário da corte sua decisão que decretou a incompetência da 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba para julgar processos envolvendo o ex-presidente Lula e anulou as condenações do petista. No final-de-semana de 13 e 14 de março, ocorreram mobilizações da extrema-direita, ao mesmo tempo que diversas pesquisas apontaram o crescimento de Lula e PT e a queda de Bolsonaro, apesar de que o genocida segue mantendo um apoio na proximidade dos 30%. No mesmo final-de-semana, foi articula-

da a troca no ministério da Saúde, que foi confirmada no dia 15 de março: saiu o general Eduardo Pazuello, entrou o cardiologista Marcelo Queiroga.

A retomada dos direitos de Lula obrigou um reposicionamento, não apenas de Bolsonaro, mas também das demais forças políticas do país, de direita, centro e esquerda. Uma das cartas colocadas sobre a mesa é a crítica contra a “polarização”. Um editorial do jornal O Estado de S. Paulo é claro: quer mobilizar os líderes das “elites” para construir urgentemente uma alternativa a Bolsonaro, mas também impedir a volta de Lula, uma candidatura única unindo Doria, Mandetta e Huck, citados no editorial. Cabe acompanhar como vão se movimentar os militares e o grande empresariado. A base de Guedes teme a volta de Lula e teme também que Bolsonaro - para se contrapor a Lula – comece a se afastar, mesmo que parcial e momentaneamente, da agenda neoliberal. Talvez também por isso, em poucas semanas de sessão o Congresso Nacional já aprovou a autonomia do BACEN, a liberalização do câmbio, constitucionalizou o ajuste fiscal permanente com a PEC 186 e se prepara para o desmonte do setor de gás natural e redefinição do saneamento. Em resumo, o “centrão” está entregando o que prometeu ao mercado financeiro.

Por 341 a 121, os deputados aprovaram, em primeiro turno, a PEC 186 que define um teto de 44 bilhões para o auxílio emergencial e uma série de gatilhos para cortes futuros de despesas, da forma como saiu do Senado. O auxílio de 175 a 350 reais é insuficiente para conter o avanço da fome e miséria e viabilizar o isolamento social. Os gatilhos, mais amenos do que a versão original, se combinam com a possibilidade de utilização de fundos públicos destina-

dos para financiar políticas sociais e setoriais para o pagamento da dívida pública. O governo foi obrigado a negociar a manutenção da progressão na carreira dos servidores, o que beneficia os policiais estaduais. O BNDES pode perder os repasses do FAT, diminuindo ainda mais sua possibilidade de ser um banco de desenvolvimento. O pagamento dos precatórios foi adiado para 2029, aliviando a conta de algumas cidades e estados que não tinham como pagar as suas dívidas já reconhecidas nos precatórios. Considerado pelo Ministério de Economia como a maior reforma fiscal desde a aprovação da LRF em 2000, a emenda 186 limita concursos públicos, congela salários e, por uma manobra de redação, libera o uso de fundos públicos para uso no pagamento da dívida. Serão afetados o FNC e o FNDCT, além de fundos específicos para segurança pública, política penitenciária, saúde, criança e adolescente, política antidrogas. Essa manobra não era explícita nas negociações da Câmara e do Senado.

Depois de incluir sorrateiramente mudanças na PEC 186 para abrir possibilidades de uso dos fundos sociais, o governo busca reduzir os benefícios do seguro desemprego que passaria a ter uma redução de 10% a cada mês. O corte em estudo ocorrerá em um momento recorde do número de desempregados e com a possibilidade de seu aumento nos próximos meses. O governo também está relançando o programa de redução de jornada e salários, apesar de procurar modificar o financiamento da parcela governamental na sustentação do programa. A CNI vem pressionando Guedes para a reedição de medidas emergenciais especialmente a reafirmação do programa de cortes de salários e jornada, assim como o adiamento do pagamento de impostos e ampliação das linhas de crédito especiais.

Outra variável a impactar a situação econômica é a elevação dos juros americanos de longo prazo, atraindo capitais especulativos do Brasil para os EUA. Enquanto o dólar se deprecia em relação a moedas de vários países (DXY caindo), se aprecia em relação ao real, com a subida do câmbio. E no dia 17 de março, o Comitê de Política Monetária do Banco Central, o Copom, aumentou a taxa básica de juros da economia brasileira, passando a Selic de 2% para 2,75% ao ano.

Enquanto isso, o agronegócio segue aumentando sua importância na economia nacional, notadamente nas exportações e no emprego. O setor indicou a deputada ruralista Aline Sleutjes (PSL-PR) para ocupar a presidência da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (Capadr), a quem cabe, entre outras atribuições, discutir políticas fundiárias e de reforma agrária, em diálogo com movimentos do campo. A ruralista conta com uma vasta ficha de conflitos e ameaças aos movimentos sociais no campo, principalmente ao MST. Mas nem somente de flores vive a relação dos ruralistas com o Governo. Essa semana ocorreu a primeira grande insatisfação da totalidade da Bancada Ruralista. A CNA e Frente Parlamentar pela Agropecuária se posicionaram contra a decisão do Confaz de não incluir todos os insumos agropecuários dos benefícios tributários. O conflito se ampliou no Congresso. Diferente do que ocorre no Ministério da Saúde, o setor do Governo que acompanha o agronegócio afirma que se a COVID-19 fosse uma doença relacionada a animais, e não a humanos, seguramente o Brasil já teria resolvido parte do problema, pois para os seus representantes, o setor agropecuário, além de estar mais bem organizado tem um setor de saúde animal com um combate preventivo assíduo.

A crise social e econômica é agravada pela situação sanitária. Com mais de 2 mil mortos por dia, caminhamos aceleradamente para 300 mil vítimas, grande parte das quais poderia estar viva se o governo Bolsonaro e seus aliados não fossem, como são, aliados do vírus. Tudo indica que a segunda quinzena de março e a primeira semana de abril vão ser apocalípticas.

Revoltados com a falta de ação do governo federal, os governadores do Nordeste assinaram contrato para adquirir 39 milhões de doses da vacina russa Sputnik V, esperando que o governo federal pague, mas dispostos a assumir diretamente a compra. Serão menos do que as 50 milhões de doses iniciais, porque a demora da decisão diminuiu a disponibilidade, por conta da demanda de outros países. O Comitê Científico do Consórcio do NE prevê para fins de março o pico da segunda onda, apesar das incertezas quanto ao ritmo da vacinação e as novas medidas de isolamento social, recentemente adotadas frente ao quase colapso dos sistemas de saúde. O Comitê recomenda o lockdown rígido por 14 dias, em situações em que a ocupação de leitos de UTI esteja superior a 80%. O Comitê recomenda também a aquisição da Sputnik V, mesmo sem a aprovação da ANVISA. Mas é preciso perceber que parte da população não atribui a Bolsonaro as responsabilidades que ele tem. Neste sentido, a mobilização convocada para o dia 24 de março ganha muita importância, a defesa da vacinação, do isolamento social, do auxílio emergencial, do emprego, da defesa de uma política de desenvolvimento e pelo impeachment do genocida.

O foco na questão nacional não deve nos fazer perder de vista a situação internacional, tanto na América Latina quanto no

restante do mundo. Uma fonte de informações a respeito: <https://mailchi.mp/d81198c2a1e8/opebnewsletter2-11185806>

Destacamos os movimentos do governo Biden (reunião com Japão, Índia e Austrália, ataques contra Putin). A instabilidade é um traço da situação brasileira e a crise é um traço da situação mundial. Tempos perigosos, em que de tédio não morreremos.

Concluimos fazendo uma pergunta que segue sem resposta: quem mandou matar Marielle?

Ajuda memória de 22 de março de 2021

Pandemia, crise, instabilidade, sobressaltos: a conjuntura está agravando e acelerando.

O país se aproxima dos 300 mil mortos, mas não temos nem mesmo um ministro da Saúde. Sendo que o indicado, mas não oficializado quarto ministro da Saúde, o presidente da Associação Brasileira de Cardiologia Marcelo Queiroga, no seu primeiro pronunciamento manifestou-se contra o lockdown e disse que veio para dar continuidade às políticas de Pazuello. O que confirma a atualidade da proposta feita pelas fundações ligadas ao PT, PSOL, PSB, PC do B, PDT, PROS e Cidadania: uma PEC que inclui entre os crimes de responsabilidade as ações que atentem contra a vida humana, por sabotagem ou omissão, em epidemias e pandemias, possibilitando o afastamento de Bolsonaro por sua gestão na questão da pandemia.

Em outra frente, o MP do TCU pediu o afastamento de Bolsonaro e sua substituição pelo vice Mourão por incapacidade de gestão da pandemia. O pedido do sub procurador Lucas Furtado

é para que o TCU afaste Bolsonaro das decisões relativas aos ministérios da Saúde, Economia e Casa Civil e instaure os poderes administrativos do vice-presidente nesses ministérios. O esdrúxulo pedido corresponderia a um “meio-impeachment” e o TCU não tem prazo para decidir.

Enquanto Bolsonaro continua na presidência, o Brasil se converte em epicentro da pandemia: temos 9% da população mundial e 21% dos óbitos devido ao COVID-19. Só 5% da população brasileira está vacinada; somos o 45º país em vacinação. E as principais vítimas são negros e negras: o número de mortes entre brancos cresceu 17,6%, enquanto o número de mortes entre pretos e pardos cresceu 27,8%. Ou seja: a pandemia está matando principalmente os trabalhadores, os pobres, os moradores das periferias, os negros e as negras.

Não admira, portanto, que Lula tenha praticamente dobrado sua expectativa de votos depois de 8 de março. Moro e Bolsonaro caíram agora e Lula ganha de Bolsonaro, com mais de 31% dos votos. A proporção de pesquisados, que consideram a gestão ruim ou péssima, saltou seis pontos percentuais de janeiro para março, atingindo 54% dos informantes, no maior nível de rejeição da pesquisa. Entretanto, as maiores taxas de rejeição estão entre os que possuem educação superior, entre os funcionários públicos e entre os pretos.

Enquanto agrava a crise sanitária e social, o COPOM elevou a taxa básica de juros de 2,00% para 2,75%, na primeira elevação desde 2015. Anunciou também provável aumento de mais 0,75 pp para a próxima reunião, sinalizando um limite de 4,5% até o final do ano. Vale lembrar que, em março de 2016, a taxa SELIC era de

14,25%. Se a SELIC chegar a 5% no final do ano, a dívida pública sofrerá um aumento de 95,4 bilhões de reais, somente pelo efeito juro. Parte da dívida pública está indexada à própria taxa de juros, o que diminui os riscos dos investidores, enfraquecendo o poder da política monetária. Há grande controvérsia do porquê o BC elevou a SELIC de 0,75% e, também, há controvérsia se o BC propõe a continuar numa trajetória de elevação da taxa de juros, pelo menos até o final do ano. As pressões inflacionárias são mais de custo do que de demanda, o que não recomendaria o uso dos juros como ferramenta anti-inflacionária. Afinal, muito da pressão dos preços no atacado decorre de fatores de oferta, com pouca resposta às variações dos juros no curto prazo. A elevação dos juros tende a tornar mais atraentes aplicações em renda variáveis. A Bolsa deve reagir com novas entradas de recursos, que vão fugir do menor retorno de longo prazo nas taxas fixas. Por outro lado, ao aumentar o custo da rolagem da dívida no curto prazo, a elevação da SELIC possibilita uma gestão mais fácil dos vencimentos nos próximos meses, aliviando as dificuldades do Tesouro. Uma coisa é certa: elevando o custo do crédito, a nova SELIC dificulta o investimento e impacta o crescimento em um momento em que a economia já estava em modo de baixíssima taxa de crescimento.

Há controvérsias, também, sobre o impacto da elevação da SELIC e outras forças domésticas versus a mudança do quadro internacional como principais condicionantes sobre o valor da moeda dos EUA em relação a moeda brasileira. Nos 10 dias entre 9 e 19 de março, o dólar caiu de R\$5,79 para R\$5,48, menor cotação desde finais de fevereiro. A apreciação do real foi a maior entre várias moedas que também sentiram os efeitos da depreciação do

valor do dólar, com o estímulo fiscal de Biden e o anúncio da política monetária americana que privilegia a retomada, sem dar muita importância à inflação. Se o objetivo do aumento da taxa de juros tiver sido atrair capitais e diminuir a depreciação do real, a medida é muito ineficaz, uma vez que os motivos da variação da taxa de câmbio são encontrados em variáveis do exterior, como a política monetária expansionista nos EUA, que diminui a atração da ida de capitais para o centro, também reduzindo as pressões de depreciação do real.

Enquanto o Banco Central segue se subordinando às pressões do mercado (aliás, o capital financeiro recebeu no começo da pandemia um imenso apoio financeiro, várias vezes maior do que o recurso que foi negado aos trabalhadores e aos pequenos empresários, bem como ao SUS), a Câmara dos Deputados, agora sob a liderança de Artur Lira, vem acelerando o passo da boiada. Com apoio de Lira, a ruralista Neri Geller (PP) assumiu a relatoria do Projeto de Licenciamento Ambiental na Câmara. A bancada ruralista e da mineração bateram palmas. Depois de aprovar a autonomia do BC, a dolarização das contas bancárias (que abre novos canais para a fuga de capitais nos momentos de crise) e a constitucionalização da austeridade, a Câmara dos Deputados aprovou a nova lei do gás e retirou os vetos da lei da privatização da água e esgoto no país. Com a nova lei do gás, a Petrobras é retirada do setor, que se abre para o capital privado, assim como a lei do saneamento permite rápidos processos de privatização nos melhores mercados. A aprovação da PEC 186 amarra constitucionalmente a política fiscal dos próximos governos, que serão obrigados, se não mudar a Constituição, a adotar uma política de austeridade fiscal socialmente danosa.

Não admira, portanto, que 65% dos pesquisados pelo Datafolha achem que a situação da economia vai piorar nos próximos meses. Esse percentual aumentou muito em 2021, depois do desastre do tratamento da pandemia. Em inícios de 2019, somente 18% achavam que a situação econômica iria piorar. Hoje, o pessimismo é maior entre os desempregados (72%), as mulheres (71%), entre os funcionários públicos (69%) e no Sul (68%).

O agravamento da crise provoca um crescente desgaste de Bolsonaro, gerando na direita gourmet e noutros setores, a expectativa de que Bolsonaro possa não estar no segundo turno das eleições de 2022. Ciro Gomes, Jereissati, Aécio Neves são alguns dos que estão verbalizando publicamente esse desejo. Na mesma toada, a “inteligência” ligada ao setor financeiro elabora e divulga uma “carta” defendendo medidas sanitárias adequadas para enfrentar a pandemia (ver também o manifesto Convergência Brasil). Enquanto isso, parte da grande mídia faz aberta campanha a favor de uma “solução do meio” (nem, nem), requeitando as acusações contra Lula.

Bolsonaro reage ao isolamento e ao desgaste crescentes como sempre: atacando. O presidente do Senado queria formar uma espécie de Comitê de Crise para apaziguar os ânimos, mas Bolsonaro atacou os governadores, inviabilizando a proposta. As tensões se elevaram com a ação do presidente no STJ, contra as ações dos governadores em relação à pandemia. Os discursos de Bolsonaro ameaçando a normalidade institucional, com referências ao estado de sítio, ditadura militar e pressão das Forças Armadas, associados às ações perpetradas pela militância de extrema direita, elevam a temperatura política. Nesse contexto, al-

guns destacamentos das FFAA estão realizando treinamentos GLO, isso tudo na véspera de mais um “aniversário” do golpe militar de 1964.

Neste contexto, não se deve considerar encerrada a batalha jurídica em torno dos direitos de Lula. Ao remeter para o plenário do STF a última palavra sobre sua decisão monocrática, Fachin abriu a possibilidade para três cenários negativos: a) o da reversão de sua decisão; b) o de um recurso ao plenário contra eventual decisão favorável à Lula que possa ser adotada pela Segunda Turma; c) a manutenção do tema em debate, mediante um pedido de vista, gerando incerteza sobre a situação de Lula. Neste sentido, é preciso reforçar a defesa de Lula e da recuperação de seus direitos políticos plenos. E isso inclui com destaque a defesa, pela boca do próprio Lula, dos interesses da maioria, notadamente os R\$600, o isolamento social, a vacinação em massa e a democracia. É a identificação do povo com Lula que constitui sua melhor defesa, assim como o ponto de partida para uma alternativa que conduza o Brasil para fora do caos em que se encontra.

Evidentemente, o caos produzido pelas políticas ultraliberais também pode ser utilizado como “argumento” para restringir as liberdades democráticas. Além da LSN estar sendo utilizada contra aqueles que chamam Bolsonaro de genocida, o presidente da Câmara dos Deputados Arthur Lira está acelerando a tramitação de um projeto de lei que, se aprovado, vai alterar para pior a chamada legislação antiterror. Por outro lado, o apoio que o bolsonarismo tem nas forças armadas, nas polícias, nas milícias e nos “portadores de armas de fogo” estimulam o presidente a não aceitar o risco de uma derrota eleitoral. Ademais, é preciso

lembrar que Bolsonaro segue mantendo um núcleo duro de apoio (30% de ótimo e bom, em algumas pesquisas).

Neste sentido, é preciso que o PT, as forças políticas e sociais de esquerda, todos os setores comprometidos com a democracia estejam atentos para o debate sobre o golpe de 1964 e sobre a ditadura militar, debate que vai ganhar muito destaque neste final de março e início de abril. E é preciso, também, não ter ilusões, nem no capital, nem na toga, nem na farda, nem na mídia. A defesa da soberania, do desenvolvimento, do bem estar e das liberdades depende essencialmente da organização e mobilização do povo brasileiro. Só isso permitirá derrotar Bolsonaro e, ao mesmo tempo, impedir uma saída conservadora ao estilo do que ocorreu entre 1992 e 1994. Por isso, toda força à manifestação de 24 de março.

Em tempo: esta ajuda memória foi redigida ANTES da retomada do julgamento de Moro na segunda turma do STF.

Ajuda memória de 31 de março de 2021

O grupo de conjuntura da FPA reúne-se toda segunda-feira, das 10h às 12h. Entretanto, no dia 29 de março ocorreu a reunião do Diretório Nacional do PT. Com isso, a reunião do grupo foi excepcionalmente transferida para o dia 31 de março, em meio a uma semana marcada por inúmeros acontecimentos gravíssimos, com destaque para a reforma ministerial e por mais um salto no número de mortos em função da maneira como o governo Bolsonaro e seus aliados tratam a pandemia de COVID-19.

No dia 31 de março, 3.869 pessoas morreram de COVID-19

no Brasil. No futuro, é provável que se descubra que o número é ainda maior. Sob vários critérios, ocupamos a “liderança mundial”. Em todo o país, o sistema de saúde está colapsando, o que causa um efeito cascata sobre o atendimento de outras doenças. A pressão sobre o sistema funerário também é enorme. Há um impacto brutal sobre a saúde mental da população.

A vacinação caminha lentamente, tendo atingido até agora cerca de 10% da população. Há diferentes estimativas sobre quando atingiremos um percentual que nos permita falar em imunização, inclusive porque não sabemos a eficácia das vacinas atuais contra as novas cepas. Seja como for, o uso de máscaras e a higienização constante das mãos continuarão sendo necessárias.

Apesar disso, o governo federal e seus aliados resistem a adoção da única medida que pode aliviar a pressão sobre o sistema de saúde e reduzir o número de mortos: o lockdown. A resistência é feita com base em diferentes argumentos, mas a principal causa é econômica: um lockdown eficiente exigiria um auxílio emergencial substancial no valor, prolongado no tempo e generoso na abrangência. Recursos para isso existem, mas pelo menos até este momento o governo federal e seus aliados não estão dispostos a tal sacrifício de suas convicções e de seus lucros. Ainda que o auxílio emergencial anterior tenha ajudado a sustentar a atividade econômica e, inclusive, a popularidade do presidente Bolsonaro, prevalece no Congresso Nacional, na mídia oligopolista e no grande capital uma posição fiscalista.

A concessão de um auxílio reduzido, combinada aos efeitos econômicos da política de Paulo Guedes/Bolsonaro, estão produzindo uma degradação geral nas condições de vida de uma parcela

importante do povo brasileiro. A fome, a miséria, o desalento batem pesado nos que são forçados a viver nas ruas, nos moradores das periferias, nos pobres, na juventude desempregada, nas mulheres, nos negros e negras.

Esta piora geral das condições de vida é produto combinado da política do governo para a economia, com a política do governo para a pandemia. Esta combinação tóxica tem contaminado toda a sociedade e faz crescer o mal humor em relação ao governo Bolsonaro e, inclusive, provoca fissuras dentro do próprio governo e de sua base de apoio. E a tendência é de expressivo agravamento desta crise, o que ajuda a entender por qual motivo setores até então alinhados a Bolsonaro vem ganhando distância. É o caso inclusive de setores do empresariado. Mas, como é evidente, cada setor político e social reage de maneira diferente.

Do ponto de vista político, nos últimos dias destacaram-se três movimentações: o fortalecimento de Lula como uma alternativa capaz de vencer as próximas eleições presidenciais e de enfrentar a crise nacional; a movimentação conjunta de Ciro Gomes, Dória, Amoedo, Luciano Huck, Mandetta e Leite; e a reforma ministerial de Bolsonaro. Em certo sentido, foi o fator Lula que desencadeou as duas outras movimentações. Por um lado, setores da direita buscando construir uma alternativa a Lula que não seja Bolsonaro. Por outro lado, Bolsonaro buscando sobreviver ao momento pior da crise, na expectativa de que fazendo isto continuará eleitoralmente competitivo ou mesmo forte o suficiente para tentar fazer o que Trump tentou, mas não conseguiu.

Há muita polêmica acerca da reforma ministerial realizada por Bolsonaro, especialmente sobre o que efetivamente motivou

a troca do ministro da Defesa e dos três comandantes (exército, marinha e aeronáutica). Também há polêmica sobre o que poderá vir pela frente, na relação entre Bolsonaro e forças armadas. Seja qual for a interpretação que façamos, é importante perceber que: a) há fissuras nas forças armadas, mas não há ali um setor efetivamente democrático, nem mesmo nacional-popular; b) por mais apoio que Bolsonaro tenha nas forças armadas, é nas polícias militares que reside sua maior influência; c) ao menos por enquanto, Bolsonaro conseguiu alugar o Centrão, o que torna difícil construir os 2/3 necessários ao impeachment; d) as dificuldades da mobilização social e o medo da direita não-bolsonarista podem dar a Bolsonaro condições de sobreviver ao pior da crise; e) mesmo desgastado e acuado, Bolsonaro continua optando por reagir atacando.

Portanto, a preços de hoje, há uma grande chance da disputa política se arrastar até 2022. Neste sentido, ganha transcendental importância o julgamento que o plenário do STF fará no próximo 14 de abril, das decisões do ministro Fachin que anularam as ações contra Lula devido à incompetência territorial de Curitiba. A decisão da 2ª Turma, que considerou Moro parcial no julgamento do triplicado, não estará diretamente em julgamento, mas a decisão pode ser incluída na discussão, segundo o voto do Fachin que considerava que essa decisão não deveria ser tomada, depois da anulação por territorialidade do Juízo dos processos. A decisão do STF poderia, portanto, afetar a elegibilidade de Lula em 2022.

Em resumo: a crise continua, a instabilidade continua, os sobressaltos vão continuar. E um dos retratos disto é o Orçamento 2021, que no terreno dos princípios atende aos interesses dos ne-

oliberais (e, também, dos militares), mas que no terreno dos fatos é uma peça de ficção, pois as contas simplesmente não fecham. De tédio não morreremos.

Por fim, mas não menos importante: a ordem do dia de 31 de março de 2021 do novo ministro da Defesa repetiu, no essencial, o que estava na ordem do dia de 31 de março de 2020: o golpe militar de 1964 teria sido um movimento em defesa da democracia. Contra esta interpretação farsesca, cabe lembrar as palavras ditas ao término do julgamento que condenou a muitos anos de prisão os genocidas generais-ditadores da Argentina: nunca mais!

Ajuda memória de 5 de abril de 2021

Depois da tempestade da reforma ministerial, veio a calma. Mas a calma é aparente. Em primeiro lugar, porque a pandemia segue matando: março nos custou mais 60 mil vidas, há previsões de que abril vai nos custar 100 mil vidas e já se fala que entre junho e julho vamos superar os 500 mil mortos, grande parte dos quais poderiam estar vivos se a política do governo federal e de seus aliados fosse outra. Em segundo lugar, porque crescem os conflitos em torno da política econômica (e, por tabela, do Orçamento), gerando boatos intensos acerca da queda do ministro Paulo Guedes. Em terceiro lugar, porque o fator Lula provoca intensa movimentação política, tanto por parte de Bolsonaro quanto por parte da direita gourmet. Havendo até quem tente reverter, na sessão do STF marcada para o dia 14 de abril, a elegibilidade do ex-presidente.

Embora a vacinação esteja avançando, a debilidade do iso-

lamento social faz as novas cepas, as contaminações e as mortes avançarem muito mais rápido. E não haverá isolamento social para valer sem uma adequada política de auxílio emergencial (aos trabalhadores, famílias, MEIs e MPMEs, prefeituras, estados, serviços públicos). A alternativa é deixar a pandemia prosseguir matando, o que além da tragédia humana, causa efeitos desordenados sobre a economia real (por exemplo, há 10 montadoras, 29 plantas industriais, paralisadas); mas esses efeitos podem, no médio prazo, se revelar benéficos para quem tiver mais fôlego para sobreviver.

Por falar em fôlego, o Ministro de Infraestrutura Tarcísio de Freitas lançará esta semana um pacote de concessões, que visa transferir para o setor privado 22 aeroportos, 5 terminais portuários e 1 trecho da Ferrovia de Integração Leste-Oeste. Bancos, fundos de investimento, grupos privados (e alguns governadores) são os principais interessados no sucesso das obras e investimentos previstos (na escala de 10 bilhões). Mas o pacote enfrenta resistência de Paulo Guedes. Enquanto o pacote de Tarcísio pode dar algum fôlego para o setor de engenharia e outros setores produtivos, o presidente do Banco Central indica que haverá a taxa de juros seguirá aumentando, em benefício do setor financeiro.

A situação econômica e social geral tem provocado uma redução do apoio empresarial à política econômica ortodoxa de Paulo Guedes. O agronegócio segue exibindo bons resultados. Mas o IBGE acaba de divulgar seus dados sobre a produção física da indústria, mostrando a desaceleração crescente a partir de setembro de 2020, atingindo valores negativos em fevereiro de 2021. As maiores quedas ocorrem nos bens de consumo, especialmente os duráveis. Há também estudos que indicam uma queda

dos investimentos realizados diretamente pelas grandes empresas, desde 2011, mas acelerando a queda a partir de 2014. A compra de equipamentos e expansão da capacidade produtiva caiu de 338 bilhões de reais, em 2011, para 272 bilhões em 2019, antes da pandemia, desabando para 153 bilhões em 2020. De outro lado, o número de investidores nas Bolsas de Valores mais do que dobrou em plena pandemia em 2020, comparativamente a 2019, atingindo 3,46 milhões de contas. Os investidores internacionais se retraem, apesar da depreciação do real.

Várias entrevistas e artigos de “arrepentidos” eleitores de Bolsonaro ocuparam os grandes jornais nos últimos dias, defendendo a possibilidade de uma “terceira via” para evitar que Lula retorne ao governo. Ricardo Lima e Armino Fraga, por exemplo, destacaram as dificuldades de apoiar Lula “a não ser” que ele se “domestique” e faça compromissos com a agenda econômica dos mercados. Ambos defendem uma terceira via, porque acham que também Bolsonaro não tem condições de continuar. Alguns jornais também publicaram “notinhas” plantadas, indicando nomes de representantes do pensamento liberal para “dirigir a economia do PT”, apesar dos próprios indicados, de dirigentes do PT e Lula desmentirem categoricamente as notícias. Os “arrepentidos” também buscam inventar diferenças entre o programa econômico da direita e o programa neoliberal.

Seis candidatos à presidência - Ciro, Huck, Doria, Leite, Mandetta e Amoedo - lançaram manifesto defendendo a democracia. O manifesto não avançou propostas para a crise econômica, nem para a crise sanitária, que simplesmente não é citada no manifesto. DEM, PSDB e MDB intensificam as conversas depois do lançamen-

to do manifesto dos seis, em busca de uma posição comum para 2022: derrotar Lula e ser oposição a Bolsonaro. A movimentação encontra dificuldades para definir quem será o candidato. Mas uma coisa é certa: o renascimento do centro tem como objetivo impedir um segundo turno entre Bolsonaro e Lula.

Enquanto a terceira via busca uma alternativa, Bolsonaro se movimenta para chegar em 2022 em condições de ir ao segundo turno das eleições presidenciais. Abriu mais espaços no governo para o Centrão, que deseja recursos para manter suas bases e por isso entra em choque parcial com os austericidas liderados por Guedes.

Valdemar Costa Neto (PL), Marcos Pereira (Republicanos), Ciro Nogueira (PP) e Gilberto Kassab (PSD) estão com um pé no Planalto, inclusive ocupando a Secretaria de Governo, mas evitam se comprometer totalmente com Bolsonaro. Ameaçam com potencial apoio a uma outra candidatura para pressionar e obter mais vantagens do atual governo. A pauta legislativa vai depender fortemente do seu apoio. No Senado, por sua vez, Pacheco desrespeita a minoria e retarda a instalação da CPI.

Ao mesmo tempo que faz concessões ao Centrão, Bolsonaro reforçou o controle pessoal em áreas estratégicas do governo, além de substituir o ministro da Defesa e os três comandantes das forças. Os novos comandantes atendem ao requisito de antiguidade e são considerados bolsonaristas “moderados”! O novo ministro da Defesa não se opõe a presença de oficiais superiores em cargos em comissão do governo federal, empresas estatais e autarquias.

Noutra frente, Bolsonaro busca usar as PMs para desestabilizar os governadores de oposição e consolidar sua base mais

radicalizada, que tem recorrido cada vez mais às manifestações de rua, especialmente contra governos que adotam algum tipo de medida restritiva para deter o avanço do COVID-19. A tendência é que estes conflitos cresçam.

Visto de conjunto a conjuntura, a crise segue, a instabilidade segue, e há grandes movimentos sendo feitos do centro à direita. Na esquerda, tudo segue muito dependente do potencial eleitoral da candidatura de Lula. O que é um sinal de força, mas também pode ser um sinal de fraqueza. Neste sentido, é importante foco na conjuntura, mas também é importante ver os cenários para além da pandemia. Neste sentido, além da necessidade estrutural de recuperar espaço perdido junto a classe trabalhadora, destaca-se a necessidade de seguir enfrentando o debate sobre a corrupção (a este respeito, a evolução do caso Pizzolato é capaz de desmoralizar totalmente as supostas provas do chamado mensalão).

Ainda no mês de abril, atenção para o que ocorre nos EUA (pacote de investimentos do governo Biden), para as eleições de 11 de abril (Peru e Equador), a Constituinte no Chile e os acontecimentos na Bolívia (prisão da golpista, declarações do Almagro e do Blinken).

Ajuda memória de 12 de abril de 2021

A conjuntura política está se acelerando: cada semana, cada dia, as vezes cada hora traz fatos novos muito relevantes. É o caso, no dia 14 de abril, da sessão do Supremo Tribunal Federal, cujas decisões e implicações serão analisadas na próxima reunião do grupo de conjuntura.

Não é apenas a conjuntura política, mas também a crise econômica, social e sanitária. Em 31 de dezembro de 2020 havia 7.675.973 casos confirmados da COVID-19 e 149.949 óbitos. Em 11 de abril de 2021, saltamos para 13.482.023 casos confirmados e 353.137 óbitos. Há uma aceleração no número de óbitos: foram necessários 40 dias (de 7 de janeiro a 25 de fevereiro) para saltarmos de 200.000 óbitos para 250 mil óbitos; bastaram 27 dias (de 25/2 a 24/3) para chegarmos a 300.000 óbitos; em 17 dias (24/3 a 10/4) chegamos a 350 mil óbitos. Nesta marcha, brevemente chegaremos a dantesca marca de meio milhão de mortos.

Enquanto isso, a vacinação avança lentamente: até o momento, cerca de 20.700.000 receberam a primeira dose e 6.100.000 receberam a segunda dose. No ritmo atual, só em 2022 conseguiremos atingir os percentuais de vacinação que permitem falar em imunização. Logo, ou o país adota protocolos radicais de isolamento social, ou o genocídio terá continuidade.

A desarticulação do SUS – operada pelo governo Bolsonaro – obriga os demais entes da Federação a buscar alternativas, entre as quais a criação de “autoridades sanitárias informais”, como em certa medida busca fazer o Consórcio do NE.

Neste quadro, a CPI da COVID-19 tem potencial explosivo. O ministro Barroso, do STF, ordenou ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, a abertura da CPI. Bolsonaro reagiu, atacando diretamente o ministro Barroso e agravando a chamada crise entre os poderes. Todos os governadores do Nordeste se manifestaram contra a resposta de Bolsonaro a Barroso, defendendo o STF, que vai debater o tema em sessão plenária no 14 de abril. A CPI será composta por 3 senadores do bloco MDB/PP/Republicanos, 3 do

PSDB/PSL/Podemos, 2 do PSD, 1 do DEM/PL/PSC, 1 da Rede/ Cidadania/PDT/PSB e 1 do PT/Pros. Os bolsonaristas vão tentar focar na ação dos governadores e prefeitos, mais do que na ação do governo federal.

Outro foco de tensão no Congresso é o Orçamento 2021. O governo tem até o dia 22 de abril para sancionar o Orçamento de 2021, existindo um enorme impasse entre os interesses dos parlamentares que aprovaram emendas e o Ministério da Economia, que planeja manter o teto dos gastos e exige cortes. Há impasses técnicos e políticos, envolvendo as negociações com o Centrão, que subestimou as despesas obrigatórias ampliando espaços para emendas do relator, que podem ser repassadas a entes subnacionais sem prestação de contas diretas de sua utilização, submetendo os executores federais a possíveis sanções (inclusive crime de responsabilidade por parte do presidente Bolsonaro). A não solução do impasse dificulta a execução do orçamento, já no quarto mês do ano em curso. Por outro lado, Lira e Pacheco, presidentes da Câmara e do Senado, resistem aos cortes sugeridos por Guedes. As “saídas” que as diferentes facções do governismo propõem para o impasse trazem custos políticos significativos: 1. Vetar total ou parcialmente as emendas do relator, o que geraria forte reação do Centrão 2; Não vetar as emendas, adiando a correção dos problemas, é a solução preferida pelo Congresso, mas contraria Guedes e os “austericidas”; 3. Não vetar e ampliar os poderes do governo aprovar créditos suplementares por decreto, cancelando as emendas, também gera oposição do Centrão; 4. Criar novos créditos utilizando o conceito de superávit financeiro de algumas rubricas, pode ser insuficiente para resolver o tamanho do impasse.

A situação orçamentária remete à situação da economia real. A China e os EUA têm provocado uma demanda crescente de produtos primários, com uma grande elevação dos preços do minério de ferro, petróleo, grãos e proteínas animais. Nos últimos 12 meses, a alta dos preços do petróleo, do minério de ferro e da soja, por exemplo, superou 100%. As exportações totais de carne bovina para a China cresceram de 8%, no volume, e 12% na receita de março. Na carne suína, o volume supera em 51,5% as vendas externas no mesmo período do ano anterior, quando foram exportadas 72,1 mil toneladas.

O índice dos preços das Commodities, calculado pelo Goldman Sachs e S&P, que era de 241,4 em finais de abril de 2020, quase dobrou para 471,9 na primeira semana de abril de 2021.

Outro elemento a considerar na conjuntura econômica: o grupo Companhia de Participações em Concessões, da CCR, foi o grande vencedor dos leilões de aeroportos, adquirindo o direito de explorar aeroportos localizados no Sul e no Centro Oeste do Brasil. A grande surpresa foi a francesa Vinci, que opera o aeroporto de Paris, adquirir a operação do aeroporto de Manaus, integrando suas atividades com a Guiana Francesa. No leilão das ferrovias, a Bahia Minerações (BAMIN) foi a única concorrente para a FIOL. O trecho de 400 km de ferrovia concedido já tem cerca de 80% executado com recursos públicos. No leilão dos portos, a Santos Brasil foi a grande vencedora, arrematando o porto de Itaqui, no Maranhão.

Visto de conjunto o leilão, podemos concluir que: 1) o ágio foi alto apenas em aeroportos e portos, em ferrovia o valor foi o mínimo, refletindo o baixo valor estabelecido no leilão, ou seja,

solicitação de outorga muito baixa e com pouca exigência de investimentos; 2) poucos interessados participaram, se comparados aos leilões realizados nos governos Lula e Dilma, refletindo o momento econômico, ou seja, se em melhor momento econômico a outorga poderia ser maior ou a tarifa menor. Em ferrovia houve um único participante, a empresa responsável pela mina que tem interesse na existência dela e que tem autorização para fazer o terminal portuário privado no final do trecho ferroviário. Ou seja, se esta empresa não haveria leilão. No de portos, o resultado deve-se ao fato de um dos vencedores estar com uma estratégia de diversificação. Não fosse isso, alguns lotes ficariam sem demanda; 3) a realização dos investimentos provavelmente se dará apenas no segundo semestre de 2022 ou em 2023, porque há muitas etapas que antecedem o investimento: constituição de SPE, definição de garantias, assinatura de contrato etc. ;4) a despeito de todos esses problemas, o Ministro responsável se fortalece como figura chave do governo e alimenta expectativas de ser vice de Bolsonaro em 2022.

De toda forma, há uma evidente relação entre a expansão das exportações de primários e os leilões. A expansão da malha ferroviária em direção ao norte e os portos dessa região está se tornando as rotas preferidas para a exportação de grãos do Centro-Oeste brasileiro. Além da melhoria das ferrovias, também estradas e hidrovias vêm sendo melhoradas, para aumentar a competitividade do frete. As exportações pelos portos tradicionais do Sudeste, como Santos e Paranaguá, diminuem em relação ao crescimento das exportações através de portos de Itaituba, Barcarena e Santarém (PA), Santana (AP), Itacotiara (AM) e Porto Velho (RO),

respectivamente no AP, AM e RO. Os portos do Arco Norte respondiam por 23% das exportações em 2010, 31% em 2015 e passaram de 50% no ano passado, segundo a ANTT.

Mas esta dinâmica primário-exportadora – que durante os governos federais petistas teve parte de sua renda aplicada em políticas públicas de crescimento e bem estar social – agora não está contribuindo nesse sentido. O crescimento do desemprego, da fome e da inflação, associados à redução do orçamento das áreas sociais são provas disso.

Pelo contrário, a postura do governo e do empresariado continua sendo a de aproveitar a pandemia para “passar a boiada”. Grandes redes varejistas, como Riachuelo, Centauro e Habib’s, cujos controladores se manifestaram claramente a favor de Bolsonaro, estão pressionando o governo para acelerar a reedição do programa que permite a suspensão dos contratos de trabalho e redução de salários. Alegam que somente assim se poderia evitar mais demissões. Evidente que um auxílio emergencial maior, por mais tempo e com maior abrangência – além de tornar factível que grande parte da população possa fazer isolamento social – contribuiria muito mais para ampliar as vendas.

Um “passar a boiada” mais sofisticado se dá no BNDES, que está se desfazendo de debêntures adquiridas em 1997 quando da privatização da Companhia Vale do Rio Doce, debêntures com duração perpétua, pagando rendimentos atrelados a receitas das vendas de minério de ferro, principalmente de Carajás. Os papéis continuarão com duração perpétua e há indicações de que os potenciais compradores superaram o volume ofertado pelo BNDES e União, que provavelmente farão essa venda com preços “superio-

res” ao projetado pelos vendedores. Em operação coordenada pelo Bradesco BBI, o BNDES anunciou sua disposição de ofertar 8,5 bilhões, podendo aumentar com mais 4,3 bilhões, a preços correntes, correspondendo a mais da metade da emissão original da Vale. A formação da lista de compradores já supera os 12 bilhões de reais, com sua precificação definida para essa segunda feira. O mercado financeiro sinaliza, através da elevação da taxa de juros de longo prazo, que continuará pressionando o BC a elevar, no curto prazo, as taxas de juros, mesmo com a economia patinando e o desemprego crescente.

De toda forma, o empresariado está dividido em relação a 2022. Recentemente, na casa de um empresário de empresa de segurança, líderes empresariais, principalmente dos setores de serviços, medicina privada, combustíveis, seguros, bancos, capital financeiro e comércio varejista se reuniram com Bolsonaro, Guedes e outros representantes do governo para discutir o programa de vacinação e reaproximação dos empresários com Brasília. Bolsonaro anunciou mudança de atitude em relação à importância da vacinação, defendendo sua aceleração, o que era o que os representantes desses novos setores do bloco de poder no país queriam ouvir. Bolsonaro também criticou os governadores e atacou as medidas de isolamento social, recebendo aplausos dos empresários. Como disse um arguto analista: “[...] o “grande empresário” que comandou o jantar da “burguesia paulista” é um ex-PM do interior de São Paulo, que fez rápida “acumulação primitiva” na polícia passando para a agricultura e para o “empresariamento de segurança” (ou seja, miliciano com registro de empresa) antes de dar o salto do gato e comprar a casa emblemática do Antônio

Ermínio de Moraes nos Jardins. A cara sociológica da nova burguesia de origem policial e caipira ou suburbana é a mesmo grupo da família Bolsonaro e seus milicianos do Rio, só que com mais dinheiro”. Estavam ausentes do jantar a maioria dos bilionários brasileiros e líderes de setores tradicionais da economia do Brasil, muitos deles se articulando em torno de uma “terceira via” para o processo eleitoral, como buscam também os autores da carta dos economistas liberais.

Sobre o que fazer neste quadro, há distintas opiniões. Mas todos concordam ser necessário tirar lições do ocorrido nas eleições da Bolívia (onde o MAS foi derrotado em várias eleições departamentais importantes), no Equador (onde o voto nulo convocado por líderes indígenas anti-Correia levou à vitória de um banqueiro neoliberal) e no Peru (onde foi ao segundo turno um candidato de um setor “ortodoxo” da esquerda).

Há concordância geral, também, na importância transcendental do enfrentamento da pandemia, enfrentamento que depende de decisões políticas, que não serão tomadas pelo governo Bolsonaro nem por seus aliados. Também por isso tem grande importância a batalha que vai ser travada na CPI da COVID-19, batalha que depende da pressão da opinião pública, do comportamento da mídia, da atitude dos setores não bolsonaristas da direita.

Cabe destacar, entre outras medidas já citadas em ajudas memórias anteriores, a defesa de fila única de leitos (incorporando os leitos que as forças armadas privatizaram para seu uso corporativo), o combate à vacinação privada, a quebra das patentes e um conjunto de medidas que permitam ao Brasil enfrentar pandemias como a da COVID-19, que não será a última.

Destacamos, também, que o Chile é um exemplo claríssimo de que a vacina, apesar de ser indispensável, não é suficiente. O plano de vacinação no Chile está indo muito bem, mas a pandemia cresceu muito a partir de fevereiro, provavelmente devido ao relaxamento nas medidas de isolamento social. E para que seja possível um isolamento social radical, é imprescindível o auxílio financeiro – para famílias, MEIs e MPMEs -, do emprego, da sustentação dos serviços públicos e de socorro a municípios e estados. No topo da fila, exigir a entrada em pauta da MP 1039.

O agravamento da crise econômica, social e sanitária continuará alimentando a crise política. Da parte do governo Bolsonaro e de seus apoiadores, seguirão vindo ameaças a democracia. Da parte da oposição, continuarão vindo pressões pelo impedimento imediato do presidente. A grande questão é: a mobilização direta ainda é maior por parte das forças de direita, do que por parte das forças de esquerda. Por outro lado, a conversão do Brasil em centro da COVID-19 já está levando alguns países a adotar medidas de “cordão sanitário”. Se isto se estender a circulação de embarcações e contêineres, estaremos diante de uma tempestade mais que perfeita. Seja como for, de tédio, não morreremos.

Ajuda memória de 19 de abril de 2021

A reunião ocorreu antes da decisão sobre o orçamento 2021, antes da sessão do pleno do STF que tratou da suspeição de Moro e, também, antes da cúpula de líderes sobre o clima. Tais assuntos serão tratados na reunião do dia 26 de abril.

As variáveis centrais da conjuntura continuam sendo a pan-

demia (incluindo aí a CPI da COVID-19), a situação social e econômica (que está relacionada ao tema do Orçamento e da política econômica do governo) e os movimentos dos diferentes setores políticos, tendo em vista se posicionar desde já com vistas a vencer a próxima eleição presidencial.

O governo foi derrotado três vezes no tema CPI: a decisão de Barroso, a decisão do pleno do STF e a composição da comissão, que pode não ser oposicionista, mas não é governista. O governo vai operar para colocar sob foco eventuais desvios de verbas nos governos municipais e estaduais. A oposição vai trabalhar para que o centro seja a política do governo federal para difundir a pandemia. A preçõe de hoje, a CPI deve produzir mais desgastes na popularidade de Bolsonaro, que tem contra si – entre tantas outras coisas - o tétrico número de mortos (na marca dos 400 mil).

O bolsonarismo e o lavajatismo também podem sair derrotados da sessão plenária do STF que começa na quinta-feira 22 de abril. Mas também pode ocorrer outro tipo de desfecho. Entretanto, qualquer que seja a decisão sobre Moro, Lula seguirá com direitos políticos, uma vez que, por 8X3, o STF decidiu que a 13ª Vara era incompetente para julgar Lula e anulou suas sentenças, confirmando o voto de Fachin. Lula volta a ser elegível, o que altera substancialmente o quadro político, ao introduzir no cenário uma variável eleitoral que a “mão grande” retirou das eleições de 2018.

Diante deste quadro, compreende-se que Bolsonaro tenha buscado achar uma saída para o impasse do Orçamento que não confrontasse sua base parlamentar, mas que também não mandasse uma mensagem de que abandonou a pauta da austeridade e re-

formas. Por falar nisso, a direita neoliberal tem emplacado vitórias seguidas no Congresso nacional.

É neste quadro que a esquerda, Bolsonaro e a “terceira via” se movimentam tendo em vista as próximas eleições.

No caso da “terceira via”, a dificuldade é dupla: construir uma candidatura presidencial e dirimir os conflitos estaduais.

Nos estados, há situações contraditórias. Por exemplo: a) PSDB, DEM e PDT fazem parte da base aliada dos governadores do Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Espírito Santo, Amapá e Acre; b) Em Alagoas, os 3 são oposição ao governo do MDB e, na Bahia, o PDT se aproxima do DEM se afastando do governo do PT; c) PDT e PT estão juntos no PI; d) NO RGS, o DEM e PDT se afastam do PSDB, e em SP, a aliança PSD-DEM depende da decisão do vice (DEM) ir ou não para o PSDB; e) Em MG, PSDB e DEM estão em campos opostos.

No plano nacional, vale observar o debate promovido pelos estudantes de Harvard-MIT, nos EUA, com a presença de Ciro Gomes, Eduardo Leite, João Dória e Luciano Huck (e também de Fernando Haddad, que era o único representante da esquerda no debate). Todos os participantes do debate atacaram Bolsonaro, em particular por seu tratamento da questão da pandemia, mas também atingindo outros setores de seu governo. Todos conclamaram por uma certa convergência política, apesar das diferenças entre eles. Não houve menção à recente decisão do STF restituindo os direitos políticos de Lula. Ciro assumiu explicitamente ser candidato à presidência em 2022. Doria, Ciro e Leite defenderam a formação de uma frente para derrotar Bolsonaro. Haddad disse que quem tem que arbitrar essa frente é o voto popular. Ciro, Do-

ria e Haddad chegaram a chamar Bolsonaro de genocida. Haddad acusou o desmonte do Estado brasileiro, com destaque para as universidades e o desmonte institucional. Huck criticou a política ambiental de Bolsonaro, fez críticas aos políticos e propôs o esquecimento das divergências em nome de um futuro diferente, sem explicitar claramente o que queria dizer com isso. Ao anunciar seu programa, Ciro Gomes defendeu articulação entre investimentos privados e públicos, com um Estado forte nos investimentos para retomada do crescimento. Haddad, Doria, Leite e Ciro defenderam as realizações de seus governos e Huck criticou a ênfase na discussão do passado, exigindo um olhar para o futuro, no que foi contestado pelos demais debatedores. Leite defendeu o equilíbrio fiscal e as reformas liberalizantes do governo Bolsonaro, no que foi seguido, ainda que mais timidamente, por Doria. Ambos criticaram Guedes. Haddad disse que há necessidade de combater Bolsonaro aqui e agora, não se devendo somente esperar para corrigir os erros em 2023.

O debate em Harvard é um exemplo das dificuldades que a direita neoliberal enfrenta para construir uma candidatura. Dificuldades que podem levá-la eventualmente a apoiar Ciro Gomes, não apenas para impedir o cenário Bolsonaro x Lula, mas principalmente para impedir o cenário Lula presidente. Em qualquer caso, não devemos subestimar a direita neoliberal, assim como não devemos subestimar Bolsonaro.

Sem partido no momento, Bolsonaro sabe que as próximas eleições serão mais difíceis do que foram as de 2018. Uma das principais dificuldades políticas de Bolsonaro é a sensação crescente de que ele perderá as próximas eleições para Lula. O que

por sua vez enfraquece o apoio que recebe da classe dominante. Frente a isto, Bolsonaro aposta que em 2022 ocorrerá uma melhoria nas condições sanitárias e econômicas. Mas para chegar lá, Bolsonaro precisa primeiro atravessar os próximos meses.

Uma das dificuldades que ele enfrenta, além da pandemia, é a situação econômica e social imediata. O que inclui a aceleração da inflação afeta fortemente os orçamentos familiares, com o aumento dos alimentos e dos combustíveis. Claro que a situação econômica não é ruim para todos, e mesmo os afetados não são afetados da mesma maneira. Enquanto surgem novos bilionários, piora a situação dos assalariados, dos trabalhadores por conta própria, dos pequenos e médios empresários. Mas se não houver uma forte mobilização política e social, é possível que Bolsonaro sobreviva aos próximos meses e chegue competitivo em 2022.

O que reforça a importância de combinar a luta por vacina, auxílio e emprego, as ações de solidariedade e a campanha pelo impeachment.

Além dos temas tratados anteriormente, a reunião do grupo de conjuntura também recebeu um informe sobre a situação do Chile, feito pela companheira Laís Abramo. Tal informe segue ao final.

Em próximas reuniões, além do tema das lutas sociais e do meio ambiente, discutiremos a situação dos EUA, sob governo Biden.

Apresentação sobre Chile

Laís Abramo

20 de abril de 2021

Pandemia

Números básicos da pandemia (até 20 de abril): 1.131.340 casos e 25.277 óbitos.

Sucesso do processo de vacinação no Chile (até 20 de abril):

13.352.602 milhões de doses - 90,1% CoronaVac (importadas) e 9,9% Pfizer

7.777.919 milhões de pessoas vacinadas, das quais 5.574.683 milhões já com a 2ª dose. A população total do país é de 19,1 milhão de habitantes, e a população objetivo para a vacinação é de 15 milhões. Isso significa que a porcentagem de pessoas que já recebeu a 1ª dose equivale a mais da metade da população objetivo e a que recebeu as duas doses equivale a 35%.

É o terceiro país no ranking de porcentagem da população vacinada, abaixo apenas de Israel e Reino Unido, e acima do Brasil.

Além das faixas etárias prioritárias (essa semana vai ser intensificada a aplicação da 2ª dose nos que ainda não a receberam, os atrasados e serão vacinadas as pessoas de 47 anos) e do pessoal de saúde, foi dada prioridade também a pessoas que apresentam comorbidades, a todo o pessoal de educação, e aos considerados serviços críticos da administração pública (como bombeiros e segurança pública), candidatos às eleições de maio (mais de 10 mil no total) e mesários das eleições.

Nessa trajetória bem sucedida, tem sido fundamental o pa-

pel da atenção primária de saúde – é boa e funciona; foi preservada do processo de privatização.

Importância de uma orientação clara da autoridade no sentido do uso da máscara, da importância da vacinação e do isolamento social, não negacionista nem anti-ciência. Isso fez toda a diferença. O governo negociou desde meados do ano passado com os produtores de todas as vacinas, diversificando assim sua dependência (tradição da saúde pública no Chile).

Apesar disso, aumentou muito o número de contágios a partir de março, o que levou a um retrocesso no Plano Passo a Passo: frente ao sucesso do programa de vacinação, houve um relaxamento no verão e erros na estratégia do distanciamento social: baseado em áreas muito pequenas (comunas, que podem ser como distritos ou bairros em grandes cidades, ou abarcar cidades inteiras). Essa estratégia foi redefinida frente ao recrudescimento da pandemia e voltou-se a um esquema de distanciamento muito mais rígido. Por exemplo: toda a cidade de Santiago (cuja população equivale a 40% da população total do país) está em quarentena total. Foram fechadas todas as fronteiras de entrada ao país.

No dia 16 de abril foi divulgado um estudo da efetividade da CoronaVac, feito com 10,5 milhões de pessoas (14 dias depois de administrada a 2ª dose). Dados básicos sobre a efetividade: 67% para prevenir COVID sintomático; 85% para prevenir hospitalização; 89% para prevenir internação UTI; 80% para prevenir morte.

Eleições

As eleições marcadas para o dia 11 de abril foram adiadas devido ao recrudescimento da pandemia, e estão marcadas a princípio para 15 e 16 de maio. Além dos constituintes, serão eleitos

prefeitos, vereadores e também governadores regionais, pela 1ª vez na história do Chile. Por sua vez, as eleições para presidente, deputados e senadores serão realizadas em dezembro de 2021.

Convenção Constituinte:

Prazo de funcionamento: um ano, a partir de junho 2021, Congresso funcionando paralelamente. Quórum de 2/3 para a aprovação de qualquer medida.

Com paridade entre homens e mulheres e cotas para povos indígenas (18, em um total de 155 constituintes, com proporcionalidade conforme o seu peso na população dos 9 povos indígenas reconhecidos oficialmente no Chile). Houve uma grande discussão em relação a uma cota para os afro-chilenos. Essa proposta foi derrotada devido à oposição da direita.

Não se trata de uma reforma da constituição atual, mas sim da redação de uma nova constituição (“folha em branco”). Essa foi uma vitória importante da oposição, porque a direita defendeu a posição de, além da exigência do quórum de 2/3 para a aprovação de qualquer medida, no caso de ocorrer um veto cruzado valeria a redação da Constituição de 1980.

As eleições vão se dar em um quadro de alta fragmentação da oposição, com um número muito grande de candidatos à Convenção Constituinte, apesar dos reiterados esforços por construir uma unidade e reduzir o número de candidatos.

Existe a possibilidade de apresentação de candidaturas independentes, muitas das quais passaram a integrar listas de partidos ou de alianças de partidos, tanto progressistas quanto conservadores, tanto de esquerda como de direita.

Um dos grandes problemas dos independentes é que não têm base orgânica de partido para fazer a campanha – que é uma campanha especialmente difícil, devido à pandemia. Os que tem mais probabilidade de serem eleitos são os candidatos independentes com projeção pública, como intelectuais, artistas, gente que tem espaço na mídia

Distorção em relação ao financiamento das campanhas – o custo de eleição de um constituinte é o mesmo que de um deputado. Possibilidade de financiamento de cada campanha pode ser de até meio milhão de dólares em alguns distritos, então isso vai favorecer muito os candidatos que têm como mobilizar esses recursos, assim como a cooptação de candidatos por parte de partidos ou candidatos com maiores recursos financeiros.

Há uma grande incerteza em relação ao resultado das eleições. Espera-se que a oposição (centro esquerda) tenha mais votos que a direita (por volta de 60% - para ter os 2/3 seriam necessários 67%), mas menos do que poderia se tivesse conseguido construir uma unidade, porque seria um voto menos fragmentado. Isso não apenas no caso da Convenção Constituinte, mas para todos os cargos que estão em disputa nas eleições do próximo mês. Mas no caso da constituinte essa fragmentação de votos é mais grave devido à necessidade dos 2/3 dos votos para promover mudanças mais profundas tendo em vista a nova constituição.

Estudo recente da direita dizendo que a situação para a direita não é boa, que poderia ficar por volta de 1/3. Que a oposição poderia chegar a 65, 66%. Dificuldade de fazer a pesquisa na pandemia

Expectativa para o resultado da Convenção Constituinte:

Se a direita consegue 1/3, teria capacidade de veto nos pontos mais críticos. Mas também depende de que direita ganha, também há diferenças, pode ser uma direita menos conservadora em termos de costumes, com mais capacidade de negociação.

A nova constituição tende a ser mais progressista em termos de liberdades individuais (grande avanço do movimento feminista nos últimos anos, dos temas da população indígena e LGBTI)

Direitos sociais:

Possibilidade de acabar com a visão do estado subsidiário (essa posição é consenso na oposição).

Debate de como o Estado garante os direitos sociais e o que fica na constituição e o que vai para as leis.

Direitos econômicos:

Direitos de propriedade (o mais provável é definir um direito de propriedade associado à responsabilidade social e ambiental; hoje, segundo a Constituição de 1980 esse direito é praticamente ilimitado). Associado a esse tema deverá haver uma discussão importante também sobre a questão do regime de concessões. Na prática, o que ocorre hoje no Chile é que a forma como se dão as concessões conta com pouca regulação, o que significa que na prática o uso dos direitos naturais se transforma em um direito quase ilimitado; o que deveria ser uma concessão para o uso e exploração desses recursos se transforma na prática na propriedade desses recursos (é o que ocorre por exemplo em temas estratégicos como as concessões mineiras e o direito ao uso da água).

Eliminar os principais obstáculos para constituição de empresas públicas. Hoje esse direito existe na Constituição, mas é na

prática quase inexecutável, porque o quórum mínimo exigido para a constituição de uma empresa pública é a maioria dos senadores e deputados em exercício e não os que estão no plenário na hora da votação.

Regime político (oposição não tem uma posição definida a respeito, mas há setores que apoiam a ideia de um regime semipresidencialista e mais descentralizado – a eleição direta dos governadores regionais que ocorrerá em maio é um passo importante no sentido da descentralização).

Povos indígenas (tema com alta conflitividade, há anos, principalmente no sul do país). Principais temas em debate:

Definição do Estado - plurinacional, pluricultural.

Direito ao auto governo

Possibilidade de um pacto com o povo mapuche (mais numeroso, sul do Chile, mais conflitos): passar a propriedade das empresas aos mapuches, com a garantia de que estes aceitem o direito à exploração da madeira, com regulação adequada e recebendo uma parte da renda para o povo mapuche.

Eliminar leis orgânicas constitucionais que também tem quórum muito alto e o Tribunal Constitucional, que tem muito poder e opera quase como uma 3ª Câmara do Parlamento; não é de origem judicial, e é nomeada pelo Senado.

Ajuda memória de 26 de abril de 2021

Na reunião de 26 de abril, além do debate geral sobre a conjuntura, foi discutida a situação dos movimentos sociais e a cúpula do clima.

Mais de 40 líderes mundiais se reuniram na Cúpula Mundial do Clima. China e EUA estão em clara disputa. Xi Jinping se comprometeu a atingir o máximo de emissões em 2030 e ser carbono neutro em 2060. A União Europeia anuncia metas mais ambiciosas de corte de emissões até 2035. Vladimir Putin, sofrendo sanções dos EUA, se concentra na defesa do Ártico e na expansão do gás natural como parte da transição energética. A Arábia Saudita quer compensar a produção de petróleo com reflorestamento. Enquanto isso, o ministro Ricardo Salles afirma que está tudo bem com a política ambiental brasileira, apesar do desmatamento, contrabando de madeira, descaso ambiental e ataque aos povos indígenas. Um dia depois do discurso de Bolsonaro na Cúpula, onde prometeu fiscalizar o desmatamento, o programa teve um corte orçamentário de R\$240 milhões. Ainda sobre o tema Cúpula do Clima, recomendamos a leitura (ao final desta ajuda memória) de trechos da exposição feita por Esther Bemerguy na reunião de 26 de abril do grupo de conjuntura.

Sobre a situação dos movimentos sociais, houve um debate a partir da exposição feita por João Paulo (MST/Frente Brasil Popular). O tema voltará a ser debatido proximamente, com a presença de Sérgio Nobre e Vagner Freitas, dirigentes da CUT.

Sobre a conjuntura, destacamos o seguinte:

1. Pandemia: segue o assassinato em massa. Mesmo que haja variações na média móvel e mesmo com o avanço da vacinação, podemos em mais ou menos dois meses ter atingido a marca de 600 mil pessoas mortas pela COVID-19, associada às políticas do governo Bolsonaro e de seus aliados;

2. A pandemia recebe uma grande contribuição da política

econômica e social do governo, especialmente das que geram desemprego e dificultam que haja auxílio emergencial. A equação é $\text{austericídio} + \text{negacionismo} = \text{genocídio}$;

3. Como resultado, cai a popularidade de Bolsonaro e aumenta a pressão sobre Guedes. A pressão inclui a proposta do Centrão, de recriar o Ministério do Planejamento;

4. Entretanto, mesmo na defensiva, colecionando derrotas na Justiça, dificuldades no Congresso e crises no governo, Bolsonaro segue fazendo ameaças e fazendo referências ao “meu” (dele) Exército;

5. Frente a isso, cresce a urgência da interdição. Em plenária virtual com mais de 150 pessoas, a maioria das quais signatárias dos pedidos de impeachment de Bolsonaro, houve uma tentativa de unificar suas ações, tanto nas movimentações como no plano institucional. Unindo assinaturas de vários espectros políticos, incluindo a direita, tenta-se a consolidação em um pedido único, listando todos os argumentos dos diversos pedidos de impeachment. Atos e manifestos também estão programados;

6. Ao mesmo tempo, a Frente Brasil Popular quer intensificar as campanhas “Queremos vacina no braço, e comida no prato!” e “Vida, pão, vacina e educação!” Seguir lutando contra a volta precoce às aulas é também uma diretriz. Já a Frente Povo Sem Medo realizou vários atos contra empresas que ostensivamente apoiam Bolsonaro;

7. Na CPI da COVID-19, os defensores *tout court* do governo são minoria. A CPI deve abordar o atraso na compra das vacinas, a falta de coordenação do SUS pelo Ministério, o colapso da rede de

Manaus e a insistência em estimular o chamado tratamento precoce com cloroquina. A gestão do ministro Pazuello colocará os militares no centro das investigações, agravando as tensões com o Exército, especialmente se o General Braga Neto, que chefiou o grupo de trabalho para enfrentamento da pandemia, também for convocado. Podem vir a ser convocados os governadores para depoimento. Como a maior fatia dos recursos federais transferidos aos estados para tratar da pandemia era de livre aplicação, há espaço para muitas investigações e denúncias;

8. No Orçamento 2021, os 44 bilhões para o mini auxílio emergencial e os resíduos não executados do orçamento de guerra de 2020 estão mantidos fora das despesas primárias, o que amplia as margens de gastos para 2021. No projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2022, o relator do DEM incluiu uma emenda do PT que autoriza descontar das metas fiscais as despesas extraordinárias na área da saúde, programa de crédito a pequenas e médias empresas (PRONAMPE) e de redução de jornada e salários (BEM). Já há pressões no sentido de aumentar as despesas com a pandemia, tanto no auxílio emergencial, como no crédito para PMEs e benefícios para manutenção do emprego. Por outro lado, os cortes orçamentários feitos para garantir as emendas parlamentares afetam drasticamente as atividades do governo, desde o fim de recursos para desenvolvimento de vacina nacional para o COVID-19 até o Censo de 2021, sem falar das reduções dramáticas de algumas despesas de investimentos. Os cortes de 19,8 bilhões do orçamento pulverizaram vários programas, privilegiando ações paroquiais em muitos ministérios. O de Desenvolvimento Regional foi o que mais perdeu (8,6 bi), seguido

por 2,8 bilhões de cortes na Infraestrutura, 2,2 bilhões na Saúde e 1,8 bilhões na Defesa, entre outros. Os cortes dificultam ainda mais qualquer perspectiva de indução do crescimento econômico através do gasto do governo. Programas de habitação popular, como o Casa Verde Amarela - que substitui o Minha Casa, Minha Vida - vão ser paralisados, com forte impacto sobre a construção civil. Também foram vetados programas sociais como cadastro de famílias de baixa renda, bolsa para grupos especiais e gestão da assistência social. Fortes cortes são esperados em programas relacionados com universidades e institutos federais;

9. Importante destacar que a barafunda fiscal revela as dificuldades das atuais regras, que colocam distintos limites para a ação do governo, exigindo mudanças no sistema regulatório da execução do orçamento. E o que pode ser flexibilizado hoje, amanhã pode ser bloqueado, se for do interesse de uma maioria congressual estrangular a ação de um governo dirigido pela esquerda;

10. Apesar da ênfase nas questões da pandemia, vários empresários participaram na FIESP de reunião com o governo para discutir os rumos do país. Meio ambiente e agronegócio foram parte da pauta, que reuniu dirigentes máximos da Gerdau, Votorantim, Unipar, Cosan, Caoa, Whirlpool, BTG e Bradesco, Cyrela, Gol, Azul e Latam, Península, Localiza, Google, Ambev e JBS, entre outros. Apesar do avanço da pauta neoliberal no Congresso, aumenta a pressão sobre o governo. Resta saber como interpretar isso: querem passar a boiada mais rápido? medo de uma vitória da esquerda em 2022? criando justificativas para apoiar uma terceira via? todas as anteriores e mais algumas?

11. Os dados confirmam que os grandes empresários recla-

mam de barriga cheia. A pandemia aumentou a riqueza dos mais ricos e afundou em mais pobreza os mais pobres. Em 2020, a fortuna total dos 500 mais ricos do mundo cresceu 31% em comparação ao ano anterior, no maior aumento dos últimos oito anos. No Brasil, o número de milionários cresceu, assim como cresceu o número dos investidores em Bolsas de Valores e ativos financeiros. Enquanto isso, o desemprego é recorde e os ocupados são cada vez mais precarizados. A fome voltou e a desesperança alcança muitos lares brasileiros. Pesquisa da FGV mostra que, antes da pandemia, o Brasil tinha 11% da população na pobreza extrema, passando para 16% em finais de 2020. As chamadas (na pesquisa) classes D e E, de mais baixo nível de renda, são as que mais crescem, com redução do pessoal classificado no intermediário grupo C. Quase 32 milhões de pessoas que recebiam auxílio emergencial pioraram com o seu fim, desabando na distribuição de renda. Miséria cresce e a crise social se agrava;

12. No caso do Brasil, não está ocorrendo apenas uma concentração de riqueza, mas também uma reestruturação da classe capitalista. O grande empresariado de 2021 é diferente do que existia em 2001, inclusive porque alguns setores praticamente deixaram de existir no Brasil. Um caso recente: depois da Ford e da Sony, entre outras, que anunciaram a saída do Brasil, a gigante do cimento LafargeHolcim anunciou sua disposição de vender suas fábricas no Brasil, como parte de um processo internacional de reestruturação. Apesar da construção civil residencial de alta renda estar crescendo - o setor de cimento cresceu 19% entre o primeiro trimestre de 2020 e o primeiro trimestre de 2021 - a saída da maior produtora será um baque no setor. Também a Cabify, operadora de aplicati-

vos, anunciou sua saída do Brasil. Quem manteve e ampliou sua importância são os agrotrogloditas, os segmentos madeireiro e de minérios. Devido a questão climática nos EUA, os preços da soja fecharam a semana em um novo patamar, acumulando altas de mais de 7%. E as exportações brasileiras do agronegócio alcançaram o faturamento total de US\$ 11,57 bilhões em março, um recorde para o mês que nunca havia ultrapassado a marca de US\$ 10 bilhões na série histórica iniciada em 1997. Os preços dos produtos exportados subiram 8,7% na comparação com março de 2020, enquanto o volume embarcado aumentou 18,3%. O complexo soja foi o setor de maior destaque, com avanços de 18,9% em volume, para 14,8 milhões de toneladas, e 38,2% em receita, para US\$ 6,01 bilhões. O setor de carnes também bateu recorde de exportações, ao totalizar US\$ 1,60 bilhão, alta de 16,1%, considerando as proteínas in natura de frango, bovina e suína. Esse quadro foi possível devido a retomada intensa do PIB no primeiro trimestre de 2021 da China.

13. Nesta pressão primário-exportadora é a principal razão pela qual o “clima” se confirma como um tema de primeira grandeza.

#

Pontos da exposição feita por Esther Bemerguy sobre a Cúpula do Clima

Reunião de 40 chefes de estado e de governo a convite do presidente dos EUA, Joe Biden.

Marca o retorno dos EUA à agenda climática; 6 anos após a assinatura do acordo de Paris e a 9 anos do prazo fixado para as principais metas do acordo (2030).

Imprensa fala que os EUA querem recuperar a sua liderança na questão climática. Essa liderança nunca existiu. Os EUA não assinaram o acordo de Kyoto (90) e saíram do acordo de Paris (China/Rússia); há ceticismo dos ambientalistas.

Os compromissos serão firmados de fato na Cúpula do Clima das Nações Unidas (COP26) – Glasgow – Escócia, 1 a 21 de novembro de 2021.

Antecede a reunião sobre biodiversidade em Kunming (China).

Anunciadas metas pelos EUA de neutralização das emissões de carbono em 2050 e redução de 50% das emissões até 2030.

O Japão (46%) e a União Europeia (55%) seguiram os americanos dobrando a meta para 2030. Índia (manteve 30%), China (manteve 60% e deve cumprir a meta) e Rússia (manteve 30%) não assumiram novos compromissos. Porém, essas promessas precisam se confirmar na cúpula da ONU.

Foi uma mobilização importante para o alinhamento de expectativas para a Cúpula do Clima, em novembro. China e EUA se comprometeram com o sucesso da Cúpula.

Não se avançou em nem uma proposta de coordenação global dos esforços nacionais para alcançar as metas anunciadas; China cobrou responsabilidades comuns, porém diferenciadas.

Os EUA comprometeram-se a dobrar até 2024 a ajuda oficial aos países em desenvolvimento para enfrentarem as mudanças climáticas. Trump havia bloqueado as contribuições do país ao Fundo Verde para o Clima (Acordo de Paris, U\$2,8 bi/ano).

O principal problema da COP 26 será a questão do financia-

mento, como disponibilizar os U\$100 bilhões/ano para os países pobres enfrentarem as mudanças climáticas. Esses recursos foram prometidos desde 2009 (Copenhague) e deveriam ser entregues em 2020.

Propõem limitar o aquecimento global a 1,5 °C acima dos níveis pré-industriais, pois existe elevada probabilidade de que o aquecimento global atinja 1,5 °C /2 °C entre 2030 e 2052. Isso requer uma redução de gases do efeito estufa globais em 45%, até 2030.

No ritmo atual, o aumento pode ser 3,2 °C, o que pode trazer consequências devastadoras para a vida no planeta.

Considera-se que até 2030, fecha-se a última janela de oportunidades para agir. A partir daí há um ponto de não-retorno.

A concentração de CO₂ na atmosfera cresceu 47% desde o início da revolução industrial (final do século XIX). A principal causa é a queima de combustíveis fósseis. Mas contam, também, o desmatamento e a mudança no uso da terra, como a agropecuária intensiva.

Segundo a Organização Meteorológica Mundial (OMM), os 20 anos mais quentes registraram-se todos desde 1996 e as temperaturas médias globais já subiram cerca de 1,2 °C desde a era pré-industrial.

2020 foi um dos três anos mais quentes já registrados, os outros foram 2016 e 2019. Os últimos seis anos foram os seis mais quentes da série histórica.

Nível de gás do efeito estufa igual ao alcançado em 2016 só existiu no planeta antes de existirem seres humanos. Segundo a

Agência Internacional de energia as emissões de CO2 devem crescer 5% em 2021.

O aquecimento dos oceanos, o aumento do nível do mar, o derretimento das calotas polares e extremos climáticos de furacões a ondas de calor; a possibilidade de que a floresta amazônica, assim como a tundra antártica, ambientes essenciais para o equilíbrio climático, podem estar se aproximando do ponto de irreversibilidade da sua extinção.

O Brasil abriga 60% da maior floresta tropical do mundo – compartilhada com 9 outros países – e a maior mega biodiversidade do planeta.

Os principais responsáveis pelas emissões de carbono no Brasil são o desmatamento da floresta e a conversão do uso do solo para a agricultura intensiva e a pecuária

Discurso do Bolsonaro na Cúpula do Clima ignorou o aumento do desmatamento durante a seu governo, responsável pelas mais altas taxas desde 2008. Reciclou metas antigas, firmadas pelos nossos governos. Exaltou avanços dos governos Lula/Dilma (que certa imprensa trata como “governos anteriores”). Pediu verbas para compensar os “serviços climáticos” prestados pelo Brasil. Defendeu que o agronegócio não ameaça o meio-ambiente.

Metas apresentadas por Bolsonaro no discurso feito na Cúpula do Clima: zerar o desmatamento ilegal até 2030; reduzir 37% a emissão de gases do efeito estufa até 2025 e 43% até 2030, com base no que foi medido em 2005 (Metas pactuadas em 2015 pelo governo Dilma no Acordo de Paris); neutralizar carbono até 2060. Para antecipar para 2050, pediu U\$10 bilhões/ano.

A repercussão da Cúpula do Clima na imprensa internacional: foi importante; praticamente todas as coberturas falavam do Brasil, dos retrocessos políticos, do desmatamento, dos incêndios e das ameaças aos povos indígenas. Repercussão na imprensa brasileira: primeira reação foi apresentar o Bolsonaro como um estadista que mudou o discurso sobre o meio ambiente; repercutiu a reação positiva do mercado ao discurso de Bolsonaro; registrou que ele citou políticas e metas de governos anteriores mas não citavam presidente Lula ou a presidenta Dilma. Exceção foram: Ricúpero, que citou Marina e o PT; O Globo: lembrou Obama ao lado de Lula em Copenhague e a saída de Biden da sala próximo à fala de Bolsonaro.

Movimentos sociais acreditam que a destruição ambiental é um ativo político para a manutenção da base eleitoral do governo e, portanto, que Bolsonaro não vai mudar essa política, como é evidente pelo histórico de outras iniciativas que não foram em frente por causa do desmatamento da Amazônia: o país enfrenta problemas com a assinatura do acordo Mercosul-União Europeia; o congelamento do Fundo Amazônia (Alemanha/Noruega) com R\$3 bilhões parados; ameaças de boicote às exportações do agronegócio.

APIB (articulação dos povos indígenas) reuniu com embaixador americano e buscou abrir uma interlocução direta com o governo Biden para tratar do desmatamento da Amazônia; houve também Carta dos governadores à Biden; manifestação dos artistas nacionais e internacionais.

Política ambiental de Bolsonaro segue sendo: desmatamento da Amazônia e apoio à atividades ilegais na região, como a extração de madeiras sem autorização e a mineração em terras

indígenas; redução dos recursos orçamentários para o Meio Ambiente; Orçamento de 2021 é o menor em 2 décadas; redução de 27,4% nas ações de fiscalização e incêndios; desmonte de órgãos ambientais IBAMA e ICMBIO e ataque às atividades de fiscalização (PF) e à aplicação de multas; 400 fiscais do IBAMA denunciam em carta que todas as atividades de fiscalização de infrações ambientais estão paradas.

O desmatamento torna-se um grave problema a partir da ditadura militar em função do modelo de ocupação da Amazônia implementado nas décadas de 1970/1980.

Alta concentração do desmatamento na porção norte do estado de Rondônia e sul do estado do Amazonas (encontro das BR-230 e 364) e na região que engloba áreas dos estados do Amazonas, Mato Grosso e Pará, delimitada pela confluência de três estradas: BR-163, BR-230 e BR-158.

O desmatamento acumulado corresponde a 20% da Floresta e estima-se que 40% já esteja sob alguma pressão humana.

Estudos científicos indicam que a floresta está próxima à savanização: a estação seca está três ou quatro semanas mais longa no sul da região e a floresta absorve menos carbono e recicla menos água, segundo Carlos Nobre.

Nessa situação, a floresta pode liberar o equivalente a uma década de gases do efeito estufa e perderia a sua capacidade de absorver carbono, o que prejudicaria os ciclos hidrológicos: prejuízos ao setor agroindustrial; perda de biodiversidade; queda do nível dos lençóis freáticos levaria a inviabilidade da pesca e ao surgimento de cidades inabitáveis na região.

Ajuda memória de 11 de maio de 2021

Neste dia 11 de maio, a maior parte da reunião foi dedicada a análise da chacina de Jacarezinho, os fatos e suas repercussões. A esse respeito contamos com a contribuição da companheira Tainá de Paula, vereadora na cidade do Rio de Janeiro. Um resumo dos pontos abordados por Tainá está ao final.

Para além das dimensões estruturais e para além da conjuntura estadual, a chacina de Jacarezinho tem relação direta com a conjuntura nacional. Como definiu o sociólogo Boaventura de Souza Santos, em sua intervenção no seminário sobre socialismo coorganizado pela FPA, com a chacina Bolsonaro começou sua campanha pela reeleição.

Em primeiro lugar, desviando a atenção da CPI da COVID-19. Mandetta, no primeiro depoimento feito à CPI, afirmou que Bolsonaro descumpriu orientações do Ministério da Saúde, adotando discurso negacionista em favor da chamada “imunidade de rebanho”. O ex-ministro (cuja gestão tem culpa no cartório) disse que defendia a ampliação do isolamento social e Bolsonaro foi contra. Ainda segundo Mandetta, os estímulos ao uso da cloroquina não foram do Ministério, responsabilizando Bolsonaro pelo seu uso ampliado. O fato é que o governo Bolsonaro só comprou metade das vacinas que anunciou que compraria. Outro fato é que a política de “imunidade de rebanho” levou Manaus ao colapso, segundo o próprio vice governador do Amazonas. Noutro depoimento à CPI, o atual ministro Queiroga foi evasivo e procurou preservar Bolsonaro, que por seu lado, intensificou suas ameaças aos governadores com um pretenso decreto do direito de ir e vir; e com ameaças às

eleições, afirmando que “sem voto impresso, não haverá eleição”. O senador Humberto Costa (PT) quer reconvocar Queiroga para explicar a portaria do ministério focada nas investigações dos governadores. O depoimento de Teich, o breve, acrescentou pouco. O depoimento do ex-chanceler Ernesto Araújo foi adiado para a próxima semana. Já o depoimento de Pazuello, que está sendo treinado pela AGU, é o mais esperado pelas suas vinculações com os militares, sua permanência no ministério e por suas acusações de ações de corrupção, quando saiu. Mas ele está adiando o depoimento e, segundo notícias publicadas depois da reunião do grupo de conjuntura, viajou para o exterior com passaporte diplomático.

Cresce a percepção de um “ministério paralelo” no aconselhamento de Bolsonaro sobre o COVID-19, que seria destacada no primeiro relatório de Renan. Articulações para convocar Carlos Bolsonaro, como um dos participantes desse órgão “paralelo” aumentam a temperatura política na CPI.

Bolsonaro afirma que a CPI é “um vexame” e continua defendendo a cloroquina no combate ao COVID-19. A existência da CPI, portanto, não alterou a retórica de Bolsonaro. Em meio a dificuldades para receber insumos para a produção da vacina da China, Bolsonaro aumentou o tom das ameaças àquele país, tumultuando ainda mais as negociações para acelerar a produção de vacinas. E o conjunto da sua obra (e de seus aliados) já nos custou, até o momento, 423 mil vidas, segundo dados oficiais e subestimados.

Mas segundo pesquisa divulgada pelo Estadão, não é a gestão da pandemia que mais desgasta Bolsonaro nas redes sociais. É o medo do desemprego e da crise econômica, em particular da carestia. A esse respeito, cabe registrar que até junho de 2021 os

aposentados e pensionistas do INSS receberão antecipadamente, em duas parcelas, o 13^a desse ano, com a injeção de quase 53 bilhões na economia. De maneira mais ampla, é preciso atenção para o que está ocorrendo no “andar de cima” da sociedade brasileira.

A taxa SELIC foi elevada de 0,75 pontos, alcançando 3,5%, com promessas de chegar a 4,25% em junho, em clara trajetória ascendente dos juros básicos. O efeito mais esperado (pelo Copom) é conter a elevação do câmbio, procurando diminuir a saída de capitais do país. Mas, isso vai depender do que acontece no exterior. Internacionalmente, as pressões dos preços das *commodities* ainda são consideradas temporárias, mas já há aqueles que consideram a possibilidade de um novo ciclo mais longo de elevação de preços desses produtos. As consultorias dos bancos estão revendo suas expectativas de crescimento da economia para cima. O principal motivo para as novas expectativas é o comportamento das economias dos EUA e da China, que está elevando os preços dos produtos exportados, com um possível novo boom do preço de *commodities*. A balança comercial registrou superávit de US\$ 10,349 bilhões, devido principalmente às exportações de soja e pela alta dos preços de *commodities*, como minério de ferro e petróleo. Até exportações de madeira estiveram entre as líderes do agronegócio.

Outro dado: pesquisa recente da FEA/USP revela que o endividamento das famílias está atingindo níveis recordes em abril de 2021. Mais de dois terços das famílias tinham dívidas a pagar naquele mês e mais de um quarto das famílias mais pobres estava inadimplente. Já inadimplência dos mais ricos é de cerca de 12%. Cresce o debate dessa diferenciação do endividamento entre as famílias mais

pobres e mais ricas na capacidade de retomada do crescimento de longo prazo. As crises de 2008 e a pandemia mostram uma acumulação de poupanças das famílias mais ricas, que podem alimentar os fluxos financeiros ou ser redirecionadas para investimentos produtivos. Sem investimentos públicos e redefinição da distribuição da carga tributária, esses recursos podem alimentar ou não a estagnação secular da economia

Por falar no assunto impostos: as disputas de Artur Lira com o relator da reforma tributária, aliado do antigo presidente Maia, podem inviabilizar sua tramitação. Lira destituiu a Comissão depois dela entregar o seu relatório, que ficou inutilizado. Teremos nova comissão e novos prazos. Por outro lado, o Governo pretende partilhar mais a reforma para vencer resistências. As disputas no parlamento poderão esquartejar ainda mais a proposta. Lira quer conduzir a reforma proposta por Guedes que vai por pedaços: volta de uma espécie de CPMF sobre transações da internet, mudanças no IRPF, unificação de tributos federais, mas nada que signifique enfrentar os graves problemas da assimetria da carga tributária sobre os brasileiros por níveis e fontes de renda e muito menos sobre o patrimônio. A reforma de Guedes não propõe a progressividade dos impostos, nem enfrenta as grandes fortunas. Guedes quer apenas fundir os impostos federais PIS COFINS na nova Contribuição de Bens e Serviços (CBS). Também pretende a redução do IRPJ, taxaço de dividendos e aumento de alíquotas para cigarros e bebidas.

Ainda falando da Câmara, três temas que merecem atenção: a) o presidente Artur Lira quer instalar a Comissão Especial para analisar a reforma administrativa até o próximo dia 18; b) o jornal

paulista Estadão denunciou a existência de um “orçamento secreto” que Bolsonaro estaria utilizando para ajudar seus apoiadores no Centrão, na compra de tratores e equipamentos agrícolas, muitas vezes superfaturados; c) Câmara revogou a LSN e aprovou mudanças no Código Penal, abrindo um capítulo que trata da defesa do estado de direito. O tema agora vai ao Senado. Com algumas tipificações em aberto, são incluídos crimes no processo eleitoral e fake news. Há críticas de que instrumentos da antiga LSN teriam sido customizados. Vale lembrar que a antiga LSN vinha sendo crescentemente utilizada tanto pelo governo como pelo STF, inclusive nas disputas internas ao chamado campo golpista.

O pano de fundo destas disputas é a eleição presidencial de 2002. A preços de hoje, Lula e Bolsonaro estão no segundo turno. Segundo pesquisa divulgada pelo Globo, Lula cresceu 18% e Ciro 10% nos seus seguidores do Twitter de janeiro a abril desse ano. Doria sobe 9% e os outros (Bolsonaro, Moro, Huck e Mandetta) ficaram estagnados. Ou seja: se o cenário não mudar, a terceira via não se consolidaria. Mas a eleição não é agora e há muitas movimentações (inclusive estaduais) em curso.

Um pequeno resumo dos movimentos dos últimos dias ilustra isso: Freixo pode sair do PSOL, ir para o PSB e se candidatar ao governo do RJ. Eduardo Paes deve sair do DEM e ir para o PSD no RJ, que também deve atrair Claudio Castro, governador do estado. Paes quer juntar Maia (ex-DEM) e Eduardo Leite do PSDB no PSD com vistas a se fortalecer no estado e na disputa nacional. Noutro plano, Lula foi à Brasília e realizou inúmeras reuniões, entre elas com líderes do centro: Katia Abreu, Otto Alencar, Kassab são alguns nomes das reuniões da semana passada. Rodrigo Maia

do RJ e Eunício Oliveira (MDB-CE) adversário de Ciro no estado, também participaram de reuniões com Lula. Lula encontrou o senador Weverton Rocha, do PDT de Ciro, do Maranhão, terra do governador Flavio Dino (PC do B). Encontrou-se também com José Sarney. No Maranhão, a base de Dino se divide entre Weverton do PDT e um possível candidato do PSDB, na sua sucessão. Por outro lado, lideranças do MDB, principalmente do RS, MS, SC e PR, com apoio de Temer (SP) se movimentam para impedir a aproximação de Lula com lideranças do MDB do Norte e Nordeste. ACM Neto, presidente do DEM, diz que o partido está sofrendo um “ataque especulativo” com a saída de várias lideranças. Na Bahia, ele sofre desgastes políticos com a redução de sua base de apoio e a ida de João Roma, seu aliado, para o ministério de Bolsonaro. E o vice-presidente Mourão diz que há “grande possibilidade” de Bolsonaro se filiar ao PRTB.

Neste contexto de crise e indefinição, a chacina de Jacarezinho não é raio em céu azul. A operação policial coloca no centro do debate a fascista ideia de que “bandido bom, é bandido morto”.

#

Análise da chacina de Jacarezinho, os fatos e suas repercussões

Fala da vereadora Tainá de Paula (PT-RJ)

10 de maio de 2021

Análise da construção das instituições policiais do Estado do Rio de Janeiro, desde o pós-escravismo, a polícia getulista, passando pela polícia mineira estimulada pela Ditadura Militar e as instituições pró-Bolsonaro de hoje;

A dimensão da guerra ideológica orquestrada por Bolsonaro e a dimensão do aparelhamento dos braços de controle policial: a visita de Bolsonaro à Claudio Castro na noite anterior à operação do Jacarezinho corrobora a hipótese de enfrentamento do STF e suas determinações ([a ADPF 635](#)) - resposta a sua base mais orgânica e construção de sua narrativa de violência e resposta social imediata, em contraposição às críticas pela CPI da COVID-19;

Necessidade de resposta à narrativa fascista e entendimento que a polarização é inevitável; o contexto atual coloca a agenda petista como única alternativa e o PT precisa alcançar o desafio colocado para um novo marco civilizatório;

Enfrentamento ao racismo é chave e resposta ao capitalismo de um país em desenvolvimento e que negligenciou o debate de raça e enfrentamento ao racismo em sua construção civilizatória. A classe trabalhadora brasileira é majoritariamente não-branca e está na base do precariado e da precarização, tendo como bases o longo período escravocrata ao qual foi submetido;

Revisionismo do debate sobre segurança pública é necessário. Desencarceramento em massa, desmilitarização das polícias, revisão do penitenciarismo brasileiro, democratização do processo penal e empreecimento da estrutura judiciária brasileira;

Construção de um pacto civilizatório profundo que construa as dimensões humanizantes do povo: a inserção das importâncias sociais e coletivas do povo são fundamentais e talvez por isso Lula seja uma liderança política tão antenada com seu tempo, quando vem à público reforçar a necessidade da alegria cotidiana, do fim da fome e de dignidades inerentes ao projeto popular;

A importância de um projeto petista nesse contexto, que insira o povo no centro do debate, que traga a dimensão de realizações tangíveis no contexto de arrancamento de humanidades e de cidadanias. O PT como projeto cidadão;

Mesmo 2022 não sendo suficiente, é preciso avaliar o contexto de 2023 e o projeto de poder e de país do PT do século XXI. Em que bases inegociáveis e quais mediações o PT fará com o capital para garantir um país de dignidades para seu povo?

É imperativo que o PT responda a 3 setores muito importantes no jogo eleitoral político-social: juventude negra, precariado, os trabalhadores informais cooptados pelo bolsonarismo e as mulheres, que foram já em 2018 o setor de inflexão política do bolsonarismo.

É importante olhar Biden e a resposta à pandemia dada pelo capital: combinar setores sociais e trazer para o centro do debate negros e mulheres pode ser uma saída no curto prazo ao colapso democrático.

Ajuda memória de 31 de maio de 2021

A grande novidade política do período é a manifestação popular realizada, no dia 29 de maio, em dezenas de cidades brasileiras. Além do Fora Bolsonaro, as manifestações pediam mais vacinação, retorno do auxílio emergencial de 600 reais, defesa da educação pública, combate à violência policial e às privatizações.

Embora haja uma polêmica a respeito de como lidar com os riscos sanitários envolvidos nas manifestações presenciais, todos concordam que o 29M incidiu positivamente na conjuntura e

pode ser o marco de um novo período, marcado por maior protagonismo dos setores populares.

A polêmica envolve diversas variáveis, tais como: a) a análise sobre o impacto da “terceira onda”, b) o ritmo da vacinação e c) o momento em que a imunização tornaria mais seguro fazer manifestações presenciais. A polêmica envolve, também, diferentes percepções sobre d) o estado de ânimo da esquerda e do povo e e) sobre a margem de manobra tanto da chamada terceira via, quanto de Bolsonaro.

Neste sentido, é preciso atenção para a situação sanitária, econômica e social, mas também é preciso atenção para a situação política estrito senso. Nesse terreno, há várias situações que devem ser acompanhadas com atenção, com destaque para a CPI da COVID-19: muitos senadores consideram que as mentiras dos depoimentos, confrontadas com as falas documentadas de Bolsonaro negando a gravidade da pandemia e em defesa do chamado “tratamento precoce”, bem como a existência do “gabinete paralelo” de orientação do Governo já seriam suficientes para caracterizar a responsabilidade governamental no desastre sanitário. A CPI tem sido um sucesso nas redes sociais, atraindo muita atenção durante os depoimentos, o que pode provocar efeitos políticos maiores do que os aparentes no desgaste do governo Bolsonaro. O governo continua com sua tática de tentar convocar os governadores. Ao mesmo tempo, Bolsonaro segue tomando iniciativas políticas, mobilizando seu “núcleo duro” e apostando que o tempo joga a seu favor, tanto no terreno sanitário quanto no terreno econômico.

A esse respeito, é fundamental atentar para os indicadores

econômicos: o povo vai mal e nada indica que a vida vá melhorar; mas os grandes empresários vão muito bem, até porque a “boiada segue passando” e a situação internacional dá sua mãozinha. Bolsonaro espera que tudo isto contribua para que ele chegue em 2022 em melhores condições eleitorais. Entretanto, o potencial apagão elétrico pode produzir o efeito oposto.

O Sistema Nacional de Meteorologia (SNM) emitiu essa semana alerta de emergência hídrica para MG, GO, SP, MS e PR - sinalizando a gravidade do potencial gerador de hidroeletricidade. A falta de chuvas, em um dos mais secos períodos dos últimos 90 anos, tem afetado o nível dos reservatórios hidroelétricos, impactando a capacidade de geração de eletricidade, indicando maior utilização das termoelétricas. As UTEs, por seu turno, dependem da disponibilidade de gás natural. A falta de investimentos e a nova Lei do Gás dos últimos anos não possibilitam seu uso generalizado, assim como a queima de bagaço de cana para a geração também encontra limites ambientais. A oferta de gás mais flexível nesse momento é o GNL, cujos preços internacionais estão subindo. Se a falta de chuvas é um problema natural, são os cortes de investimentos ocorridos especialmente nos últimos cinco anos que aumentam a possibilidade de apagões, da mesma forma que em 2001, com claros sinais de aumento de tarifas no curto prazo. Do lado das renováveis, há atrasos significativos nas obras, responsáveis por 40% da adição de capacidade de geração até 2026. A energia eólica e solar têm limitações técnicas, devido ao seu caráter intermitente. Um dos problemas é o consumo aumentado no pico do início da noite e, para isso, as térmicas são fontes adequadas, pois podem despachar somente nesses horários. Acontece que a

disponibilidade de gás é pequena e a nova Lei do Gás desmontou os instrumentos de intervenção e a contratação de novas térmicas - *merchants* - será muito mais cara. Por outro lado, a contenção da vazão nos reservatórios vai impactar os outros usos da água, afetando a irrigação, a produção agrícola e a pesca. Se a chuva não aumentar, a crise parece inevitável.

Além disso e apesar dos lucros, há diversos conflitos entre o ministro Guedes e diferentes setores do empresariado. A ANFAVEA não tem conseguido o que quer. As indústrias de carne suína e de frango divulgaram manifesto indicando que novas elevações de preços desses produtos devem atingir os consumidores brasileiros, devido ao repasse de custos com matérias-primas, como soja e milho. Em nota, a ABPA (Associação Brasileira de Proteína Animal) afirmou que o milho e a soja, insumos básicos que compõem 70% dos custos de produção subiram, respectivamente, mais de 100% e 60% em relação ao mesmo período do ano passado, o que aperta margens e traz problemas financeiros para as empresas. No caso do milho, há um agravante, com a quebra de safra pela seca no Brasil impulsionando as cotações. E o Canal Rural divulgou nota dizendo: “O Paulo Guedes vai tributar o único setor da economia que traz dólares e ajudou o Brasil quitar as dívidas? O agrogócio não pode ser punido pela incompetência do ministro”.

O ministro Guedes está redefinindo sua versão da reforma tributária. Pretende: a) unificar Pis e Cofins, criando a CBS, um tributo sobre consumo; b) reduzir alíquotas de IPI para alguns produtos e aumentar para cigarro, bebida e automóvel; c) ampliar isenção para pessoa física e alterar faixas de cobrança em 15% sobre investimentos em renda fixa, hoje variável com o tempo de

aplicação; d) acabar com isenção de produtos financeiros como LCI, LCA, CRI e CRA; e) reduzir IRPJ de 25% para 20% em dois anos; e) criar tributação de 20% sobre a distribuição de dividendos, hoje isenta; f) criar novo Refis. Apesar de introduzir alíquota única sobre rendas fixas, não trata da progressividade do imposto, propondo que pequenos e grandes aplicadores paguem a mesma alíquota. Reduz o IRPJ e aumenta a tributação sobre os dividendos, também com alíquota fixa

Apesar destes conflitos e problemas, não se deve descartar que o grande empresariado contribua para a reeleição de Bolsonaro, nem que concentre suas energias na constituição de uma “terceira via”.

Por isto mesmo, os cenários futuros podem ser diferentes do atual, o que torna ainda mais importante o que se decida fazer acerca das mobilizações populares e das iniciativas políticas de Lula e do PT.

Ajuda memória de 7 de junho de 2021

A reunião do grupo de conjuntura ocorreu logo depois das eleições do Peru e do México, portanto a análise de ambas foi totalmente preliminar.

No caso do Peru, mesmo sem saber ainda dos resultados, que devem sair a qualquer momento, pode-se dizer o seguinte: país polarizado, socialmente e regionalmente; a direita e os liberais apoiaram abertamente Keiko Fujimori, manipulando o medo do chavismo e do Foro de São Paulo (temas mais presentes na guerra suja do que o senderismo); quem ganhe terá dificuldade para governar, não apenas por conta da polarização, mas também

por conta da situação social e sanitária (Peru é o país com maior número de mortos por habitante, no que diz respeito a pandemia por COVID-19).

No caso do México, foram eleitos governadores em quase todos os estados, os 500 membros da Câmara dos Deputados, os integrantes de 30 legislaturas estaduais e parte dos governos municipais (1.928 de um total de 2.446). A eleição foi um teste para o governo de Andres Manuel Lopez Obrador (AMLO), que embora tenha perdido a maioria absoluta, seu partido teve mais votos que PRI, PAN e PRD somados. Um feito em se tratando do primeiro governo de esquerda que o país tem desde o final da Segunda Guerra, um país fortemente atingido pela pandemia e tão perto dos Estados Unidos.

Por falar em Estados Unidos, se confirma que um dos efeitos colaterais das medidas adotadas por Biden é o crescimento das migrações, que o governo dos EUA pretende enfrentar – entre outras medidas - pressionando o México para que contenha o fluxo migratório antes que chegue em território norte-americano. Também sobre Estados Unidos, importante acompanhar a posição frente à crise na Colômbia, frente a relação União Europeia e China, bem como na reunião do G7.

Outro aspecto tratado na reunião do grupo de conjuntura foi a situação econômica brasileira. O fato principal foi o crescimento do PIB (elevação de 1,2% no primeiro trimestre), crescimento acompanhado de uma “sensação térmica” de queda, primeiro porque está ligado a um forte crescimento dos estoques; segundo porque o crescimento se concentrou em setores que não geram dinamismo nem empregos; terceiro porque estamos muito

abaixo do pico de 3,1% registrado no primeiro trimestre de 2014.

As maiores contribuições para o crescimento do PIB vieram da agropecuária (+5,7%, principalmente soja), da indústria extrativa (+3,2%, principalmente minério de ferro), da construção civil (+2,1%, por conta de um boom imobiliário causado pela migração de investidores que estavam aplicando em fundos de renda fixa em direção a fundos imobiliários). Por outro lado, tiveram resultados negativos ou muito baixos a indústria de transformação (-0,5%) e os serviços (+0,4%). De outro ângulo, contribuíram para o crescimento do PIB as exportações (+3,7%) e os investimentos (Formação Bruta de Capital Fixo, +4,7%). Pesaram negativamente o consumo das famílias (-0,1%) e o consumo do governo (-0,8%).

A situação da indústria é extremamente grave e se mantém abaixo do nível pré-pandemia. Dos diferentes setores da indústria, os que mais contribuíram para a queda registrada no primeiro trimestre de 2021 foram a produção de alimentos e os derivados de petróleo e combustíveis. No caso do setor de serviços (73% PIB, 2/3 da força de trabalho e fortemente impactado pela pandemia), há um acumulado de -8% nos últimos 12 meses.

Em resumo, os indicadores do PIB não alteram o curso geral da economia brasileira e afetam muito pouco a taxa de desemprego, que no primeiro trimestre de 2021 atinge mais de 20% da força de trabalho.

Alguns números para ilustrar o drama: 14,8 milhões de pessoas “desocupadas”; 3,5 milhões de pessoas desempregadas há mais de 2 anos; 6 milhões de desalentados; 33,2 milhões (29,7% da força de trabalho) subutilizados; 7 milhões de subocupados;

perda de 3,5 milhões de empregos com carteira e de 1,3 milhões de empregos sem carteira (em ambos casos, comparando com o primeiro trimestre de 2020). O outro lado da moeda, é claro, é um crescimento no número de trabalhadores por conta própria (+ 565 mil trabalhadores em comparação com o quarto trimestre de 2020) e uma queda no rendimento real médio dos trabalhadores. Queda de rendimento que é agravada pela inflação: 6,76% nos últimos 12 meses com o preço dos alimentos tendo crescido 40%.

Noutras palavras: embora para o grande empresariado de alguns setores não haja do que reclamar, para a grande maioria do povo a situação continuará muito difícil. E a crise energética (causada pela crise hídrica e pelo desinvestimento público) é mais um limitante estrutural para um crescimento mais significativo.

Um terceiro aspecto tratado na reunião do grupo de conjuntura foi a situação política: frente a presença de Lula, frente a situação social e sanitária, frente a evolução da CPI da COVID-19, frente aos desgastes acumulados, a opção de Bolsonaro inclui apostar na radicalização política. Conta para isso com o apoio de parte das milícias, das PMs e das forças armadas, não se devendo descartar nenhum cenário, nem mesmo aquele em que Bolsonaro tente colocar em questão as eleições e usar instrumentos como “estado de sítio” ou de “defesa”.

Neste sentido, é importante ler a entrevista concedida pelo general Ramos (<https://oglobo.globo.com/brasil/em-entrevista-ramos-diz-que-decisao-do-exercito-de-nao-punir-pazuello-foi-extremamente-pensada-25048971>).

Além da questão militar, é fundamental tratar da segurança pública, com destaque para as polícias militares, temas também

abordados na reunião do grupo de conjuntura.

As movimentações de Bolsonaro, a situação estrutural (violência estatal, encarceramento em massa, legislação punitivista, tráfico de armas e drogas etc), sem falar de situações recentes (Jacarezinho/RJ, Recife/PE, Manaus/AM, Salvador/BA etc.) mostram que estamos diante de um problema sistêmico e imediato, frente ao qual nossa elaboração e nossa prática (em governos estaduais e no governo federal) é totalmente insuficiente para enfrentar desafios tão complexos como a desmilitarização da segurança pública.

Para enfrentar de conjunto uma situação desta natureza, é imprescindível prosseguir a mobilização de massas, como no 29M e no 19J. Sem que isso implique desconhecer ou minimizar os problemas derivados da mobilização em tempos de pandemia, que já está em sua terceira onda, que será tão ou mais violenta que a anterior, a depender de algumas variáveis, com destaque para o ritmo da vacinação.

No Congresso, as vitórias da pauta neoliberal convivem com uma situação muito difícil para o governo na CPI da COVID-19: além da aposta genocida feita pelo governo na “imunização de rebanho” (genocídio que vitimou especialmente a classe trabalhadora negra, periférica e pobre e também os indígenas) e além da existência de um “comando paralelo” no trato da pandemia, vai ficando claro que a ênfase na cloroquina e no “tratamento preventivo” também era motivada por interesses financeiros escusos. Considerando que 1 em cada 4 brasileiros usaram algum medicamento do tratamento precoce, estamos falando de valores expressivos.

Finalmente, o grupo fez uma discussão preliminar sobre a

pesquisa “Nós e as desigualdades. Pesquisa OXFAM BRASIL/Data-folha sobre percepções sobre desigualdades no Brasil”. A pesquisa confirma o grande apoio popular para várias teses da esquerda em geral e do PT em particular (combate ao racismo, combate à desigualdade de gênero, defesa do SUS, defesa de tributação sobre os ricos, auxílio emergencial), mostrando que existe espaço para defendermos um programa estatal de garantia de empregos, até porque não haverá dinamismo econômico capaz de absorver em empregos dignos o enorme contingente de excluídos do mercado de trabalho.

Ajuda memória de 21 de junho de 2021

O destaque da conjuntura é a manifestação de 19 de junho, realizada em centenas de cidades brasileiras, pedindo basicamente “vacina no braço, comida no prato e Fora Bolsonaro”.

As manifestações coincidiram com o momento em que o país atingiu a marca de 500 mil brasileiros e brasileiras mortos pela COVID-19 - grande parte dos quais poderia estar viva, se a política do governo federal e de seus aliados não fosse genocida.

O 19J foi maior ou menor do que a manifestação de 29 de maio? Qual a composição social dos que foram às ruas? Que setores políticos participaram e quais podem vir a participar?

Há diferentes opiniões a respeito destas e de outras questões, no grupo de conjuntura. Mas não há dúvida de que estamos entrando em uma nova etapa na luta política nacional, marcada por maior protagonismo popular.

Destacamos que neste momento existe uma “janela de oportu-

tunidade” para formação e consolidação de uma onda oposicionista popular, de massas.

A próxima manifestação foi convocada para o dia 24 de julho. Entre os desafios apontados, estão:

1. Ampliar a participação dos setores populares e periféricos, como condição para fortalecer nossa oposição às políticas do governo Bolsonaro, para lutar pelo seu impeachment, para ampliar as condições de vitória nas próximas eleições e para enfrentar os desafios impostos pela extrema direita;

2. Ampliar a coordenação política das manifestações, inclusive para evitar sua captura por outros setores políticos, como ocorreu a partir de certo momento em 2013. Neste sentido, a alteração na cobertura dos grandes meios de comunicação, com destaque para Folha de São Paulo e Globonews, se é boa para nós, indica também que há uma disputa em curso;

3. Reforçar os vínculos entre as frentes, sindicatos, movimentos e partidos do campo democrático, popular e de esquerda, lembrando que nas manifestações estão engajadas muitas pessoas não alinhadas com nenhuma organização;

4. Discutir como estimular a participação, nas manifestações, de todos os setores que se opõem a Bolsonaro, pelos mais diversos motivos, inclusive porque constataam seu envolvimento com corrupção.

A esse respeito, foi lembrado que o impeachment depende do apoio e voto de setores políticos que defendem posições programáticas em alguns casos profundamente diferentes das nossas.

Por analogia, a mobilização das Diretas Já não contou desde

o início com uma representação ampla. O PT teve um papel fundamental para impulsionar o movimento no começo e ele foi se ampliando à medida em que se fortalecia nas ruas.

Em qualquer caso, não se deve subestimar a resiliência de Bolsonaro. Nesse terreno, a entrevista do presidente do Supremo Tribunal Militar se soma a diversas outras demonstrações do profundo compromisso e solidariedade entre as Forças Armadas e o governo Bolsonaro. Mais do que isso, demonstram que a cúpula militar está e quer continuar fazendo política aberta e publicamente. Aliás, as críticas do general Santos Cruz demonstram o mesmo.

Tampouco devemos subestimar o que vem sendo feito pela maioria do Congresso Nacional, não apenas no terreno programático, mas também na reforma do sistema político e eleitoral. Propostas como o distritão, por exemplo, destruiriam os partidos e ampliariam a maioria conservadora na próxima legislatura.

Finalmente, é preciso ter claro que Bolsonaro - para além da mobilização de sua base, das ameaças e da política tradicional - se- gue contando que o cenário sanitário e econômico, mais determinadas ações de governo, podem ampliar suas chances eleitorais.

Bolsonaro espera, também, que os lucros do grande capital – destacamos o caso do agronegócio – reduzam os apoios empresariais para uma eventual terceira via.

Apostando na polarização, Bolsonaro intensifica a disputa pelo voto dos evangélicos, motoristas de caminhão, motociclistas e agentes de segurança com um discurso cada vez mais radical e negacionista.

Por outro lado, um apagão - causado pela combinação entre

a situação hídrica, falta de planejamento, desinvestimento e privatizações - pode causar sobre Bolsonaro efeito semelhante ao que teve sobre o governo FHC. Além disso, aconteça o que acontecer com a “economia”, o povo vai mal: todos os estudos confirmam tanto um crescimento abissal da desigualdade em prejuízo dos trabalhadores, quando uma destruição de pequenas e médias empresas em favor das grandes.

Os cenários e as variáveis são múltiplos, mas no limite é a política que vai decidir. A esse respeito, foi lembrado que a ditadura perdeu as eleições de 1965 e teve força para impor AI-2; e, por outro lado, havia crescimento econômico, mas a ditadura perdeu as eleições de 1974.

Nesse terreno da política, a CPI da COVID-19 já reuniu elementos suficientes para demonstrar que a estratégia do governo foi criminosa, fato que é importante tanto para sustentar o crime de responsabilidade, quando para enfrentar a batalha de versões que ocorrerá acerca de quem é responsável pela vacinação.

Também no terreno da política, é importante que a esquerda em geral e o PT em particular ampliem suas presenças nos territórios, nos locais de trabalho, moradia, estudo, lazer, assim como nas manifestações, nas redes sociais e nos meios de comunicação em geral.

É fundamental priorizar a “pauta do povo” - vacina, isolamento, auxílio, carestia, emprego - e trabalhá-la cotidianamente “onde o povo está”, para reestabelecer laços de interlocução, confiança, mobilização e organização com as maiorias populares.

E é preciso seguir estudando tanto os motivos do apoio de

setores populares ao bolsonarismo, quanto as razões que levam crescentes setores do povo a repudiar o bolsonarismo. Cabe lembrar que o antibolsonarismo e o antiliberalismo são distintos e, mesmo onde coexistem, estão combinados de diferentes maneiras. É necessário implementar variantes táticas que deem conta desse fato.

Ainda no terreno da política, é preciso levar em conta as intensas movimentações que estão sendo feitas, tendo em vista as próximas eleições. O PT deve estar atento, entre tantas outras coisas, ao debate sobre a federação partidária e outras alternativas que possam preservar os direitos legítimos de partidos de esquerda hoje ameaçados.

Por fim, é preciso estar atento para a evolução da situação internacional, a respeito da qual destacamos dois aspectos:

1. O governo Biden segue buscando construir a “unidade do Ocidente” contra a China, como se viu na recente reunião do G7 e como se vê na preparação da próxima reunião do G20;

2. Os acontecimentos no Peru, onde Pedro Castillo foi eleito presidente. Castillo enfrentará uma oposição que desde já tenta impedir sua posse, desestabilizar seu governo e encurtar seu mandato.

Ajuda memória 28 de junho de 2021

O grupo de conjuntura debateu inicialmente o tema da suposta “crise hídrica” e dos riscos de apagão. Para isso, contamos com a contribuição de Mauricio Tolmasquim e de Vicente Andreu (ao final desta ajuda memória, reproduzimos a íntegra de um texto

elaborado por Andreu).

Uma das conclusões é que “o atual risco de apagão elétrico é resultado de uma operação imprudente do setor elétrico e, portanto, a responsabilidade é de Jair Bolsonaro e não de São Pedro”. Outra diz respeito aos impactos de médio prazo, que afetam negativamente as perspectivas de desenvolvimento, mais uma herança negativa que ficará para ser superada por um futuro governo democrático-popular.

Em seguida o grupo de conjuntura recebeu um informe sobre a CPI da COVID-19, feito pelo senador Humberto Costa, que nos relatou detalhes sobre o ocorrido no Senado acerca do tema corrupção na compra das vacinas, em particular quanto a vacina indiana Covaxin. O Ministério da Saúde ainda não pagou pelas doses, mas o valor do contrato já foi empenhado. Uma análise feita por técnicos do TCU indicou que não houve qualquer tentativa de negociação do preço proposto pela empresa, de US\$ 15 a dose, o mais alto entre as seis vacinas adquiridas pelo governo brasileiro até agora. A empresa Precisa, que intermediou as negociações da Covaxin, é um dos alvos das investigações. Um dos envolvidos na negociata, além do próprio presidente, é o deputado Ricardo Barros (PP-PR), líder do governo Bolsonaro.

As denúncias abrem mais espaços para processos de impeachment, até agora barrados por Artur Lira, presidente da Câmara. Mas se não houver imensa pressão social, o Centrão e Lira não alterarão sua posição atual, que inclui viabilizar recursos financeiros e mudanças nas regras eleitorais (distritão e coligações), para ampliar seu desempenho nas eleições de 2022. Aliás, sob gestão de Lira, ocorreram alterações no regimento interno que reduzem a margem

de manobra da oposição.

Quanto a Bolsonaro, tudo indica que fará como fez em outros escândalos recentes: atacar. Atenção para o decreto que facilita a presença de militares da ativa em postos do governo federal.

Por tudo isto e por outros motivos, ganha redobrada importância a mobilização popular, por exemplo a nova rodada de manifestações convocada para o dia 3 de julho. A esse respeito, alguns integrantes do grupo ressaltaram a importância de ampliar o protagonismo do PT na articulação política das manifestações e no seu desenrolar.

Além das mobilizações, da situação no Congresso, da corrupção na compra das vacinas e do tema do apagão, foram mencionados outros pontos da conjuntura, a partir da síntese da semana anterior, feita pelo José Sérgio Gabrielli de Azevedo (que também falou sobre a reprimarização da economia brasileira, tema a respeito do qual há um texto no final desta ajuda memória).

Entre os pontos mencionados, estão:

1. O ministro Gilmar Medes considerou Sergio Moro como suspeito em outros dois processos de Lula, incluindo o sítio de Atibaia;

2. Pesquisa do Ipec (Inteligência em Pesquisa e Consultoria, novo instituto de pesquisas da estatística Márcia Cavallari, ex-Ibope) divulgada no dia 24/6 indica que Lula poderia vencer no 1º turno com 49% X 23%. No eleitorado evangélico, quem lidera a corrida pelo Palácio do Planalto em 2022 é o ex-presidente Lula (41% a 32%). Entre os católicos, a vantagem do petista é ainda maior (52% a 20%). Se as eleições fossem hoje, o petista venceria no primeiro tur-

no. A pesquisa mostrou ainda Ciro Gomes, do PDT, com 7%, João Doria, do PSDB, com 5%, e Luiz Henrique Mandetta, do DEM, com 3%. Nesta conjuntura, algumas entrevistas causaram espanto, entre elas as concedidas pelo presidente do Instituto FHC e pelo próprio Fernando Henrique, em que manifestam-se de maneira diferente frente a conjuntura e ao quadro eleitoral;

3. Presidentes de onze partidos, a maioria da base de apoio do governo (PSL, DEM, PP, MDB, PSD, Solidariedade, PSDB, Avante, Cidadania, PL) se reuniram virtualmente para afirmar sua oposição à ideia de voto impresso para as próximas eleições, contrariamente ao discurso de Bolsonaro;

4. A Comissão de Constituição da Câmara aprovou o PL 490 que libera a exploração das terras amazônicas, reduzindo drasticamente os direitos dos indígenas sobre suas terras. Se confirmada pelo Congresso e sancionada pelo presidente a nova lei estimulará a invasão de terras públicas, desrespeitará os limites já demarcados de territórios indígenas e dificultará a fiscalização do desmatamento. Usurpará os direitos ancestrais dos indígenas de antes da Constituição de 1988, “flexibilizando” o contato com as tribos isoladas, eliminando a necessidade de consultas prévias às comunidades indígenas para os grandes projetos de energia e mineração;

6. A saída do ministro do Meio Ambiente Salles e sua troca por Joaquim Álvaro Pereira Leite apontam que o projeto antiambiental continua em pauta e com a maioria do Congresso ao seu lado;

6. O governo lança o Plano Safra 2021/2022, com recursos totais de R\$ 251,2 bilhões para custeio, investimentos, comercialização e industrialização. O valor é 6,3% maior que o do plano anterior. Atenção especial mereceu o Programa para Redução de Emissão de

Gases de Efeito Estufa na Agricultura (Programa ABC), cuja principal linha de financiamento aumentará 101%. Do total anunciado, R\$ 165,2 bilhões serão para operações com juros controlados e R\$ 91 bilhões terão subvenção do governo. As taxas de juros para todas as operações serão maiores. Os recursos para pequenos produtores serão 19% maiores. Para o PRONAF foram destinados R\$ 39,34 bilhões, sendo R\$ 21,74 bilhões para custeio e comercialização; e R\$ 17,6 bilhões para investimentos. Já a renda bruta dos pequenos produtores para o enquadramento no Pronaf sobe para R\$ 500 mil, 20,5% a mais do que no ano anterior. Os produtores médios, para o enquadramento no Pronamp, terão elevação dos recursos para R\$ 2,4 milhões, com alta de 20%. É expressivo o aumento de recursos para a construção de armazéns;

7. Liderados pelos tradicionais setores de energia elétrica, automóveis e petróleo, várias multinacionais estão anunciando novos investimentos no Brasil, supostamente preparando-se para uma retomada da economia;

8. O índice IPCA 15 antecipa as tendências da inflação para o mês de junho. O índice cresceu em relação a maio, atingindo o maior crescimento mensal desde 2018;

9. Aumentou a proporção de famílias brasileiras endividadas (68% em maio desse ano), atingindo o maior nível histórico desde 2010;

10. Na sua 12ª edição, o Global Wealth Report 2021 do banco Credit Suisse constata que o número de ultra bilionários do mundo (riqueza maior que 50 milhões de dólares) cresceu 24% durante a pandemia, o maior aumento desde 2003. O Brasil tem uma das maiores desigualdades do mundo. Quando a comparação entre os

dois anos é feita em moeda nacional, a concentração da riqueza é ainda mais escandalosa;

11. A proposta de reforma do IR apresentada pelo governo estimula relativamente o especulador financeiro de curto prazo, que tem alíquotas menores do que os investidores de longo prazo. Os dividendos e fundos de investimento, hoje isentos, pagarão 20% e 15% de IR. A proposta reduz a tributação sobre os investimentos de curto prazo, aumentando os de longo, desestimulando aplicações em ações e favorecendo a renda fixa. A tributação dos lucros distribuídos como dividendos é um avanço na progressividade dos tributos brasileiros, ainda que mais que compensado pela queda do IRPJ. A proposta de reforma melhora a situação das pessoas de renda média com as isenções ampliadas dos dividendos das PMEs, que mantem os estímulos à pejetização do mercado de trabalho, assim como pelo aumento do piso do IRPF para 2500 mensais;

13. O presidente Joe Biden conseguiu fechar acordo entre Republicanos e Democratas para um pacote de mudanças da infraestrutura dos EUA. São 1,2 trilhão de dólares para financiar estradas, carros elétricos, infraestrutura de transmissão de eletricidade, banda larga e cadeias de carregamento de veículos elétricos, entre outros projetos. O apoio Republicano foi conseguido, em parte, graças a separação - no pacote - da infraestrutura vis a vis o apoio às famílias e políticas sociais.

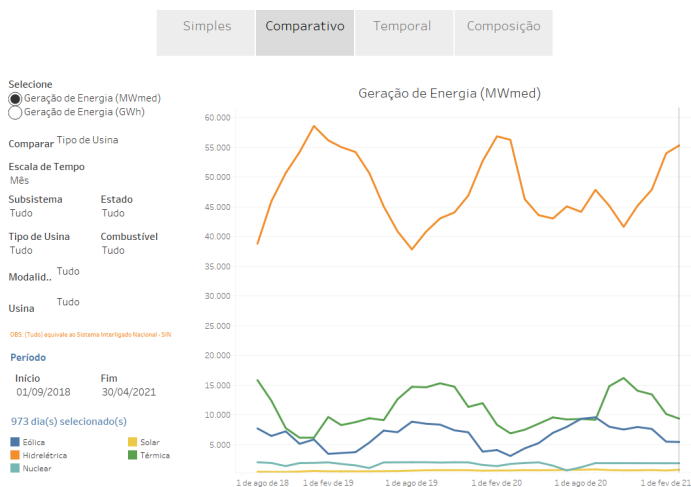
Operação imprudente

Vicente Andreu

Este não é um artigo propriamente, mas apenas algumas informações para posicionamento dos membros aqui do Centro de Altos Estudos, para entender, em linhas gerais, que o governo é o

único responsável pela insegurança elétrica atual.

No gráfico abaixo, feito a partir do site do ONS, está a geração de energia, por fontes, no período de setembro de 2018 a março de 2021 (último mês disponível para este gráfico, mas assim mesmo já é suficiente). Vejam a linha marron clara (hidráulica) e a verde (térmica).



Como se verifica, a partir de novembro de 2020 houve um grande incremento na geração hidráulica (todos os sistemas) enquanto houve uma redução da geração térmica. Ou seja, para quem alega que estamos na pior escassez de chuvas em 91 anos (ou de vazões; será motivo de outro informe rápido) a operação precedente é absolutamente arriscada. A MP (em gestação) que atribui a coordenação da crise ao próprio setor elétrico, retirando compe-

tencias da ANA e do IBAMA, é uma tentativa clara de esconder que a responsabilidade é do próprio setor elétrico. Daí derivam outros aspectos como aumento das tarifas, desmonte das políticas de águas e meio ambiente, centralização, etc. Abaixo deste gráfico temos a tabela onde há a geração hidráulica nacional, a geração térmica nacional e a geração hidráulica no sistema Sudeste/Centro-Oeste, onde a bacia do Paraná está inserida. Verifica-se que no sub-sistema SE/CO o incremento de geração hidráulica é menor, mesmo sem um resultado preventivo relevante. A unidade de geração é GWh.

Mês	Hidráulica Nacional	Térmica Nacional	Hidráulica SE/CO
01/11	41.638	16.189	29.031
01/12	45.176	14.047	29.446
01/01	41.899	13.434	31.355
01/02	54.017	10.130	32.806
01/03	55.331	9.361	29.714

Este é o resultado bruto da geração no subsistema SE/CO (sudeste/centro-oeste). Na análise por usinas, percebe-se que houve uma tentativa de preservar alguns reservatórios (como Ilha Solteira, o mais importante), a partir de novembro de 2020. Preservar esses reservatórios, como Ilha, são decorrentes a) de uma operação mais prudente (mas o estrago já estava feito, pois operou-se um sistema plurianual com a visão do próximo período de chuvas) e b) das regras operativas determinadas pela Agência Nacional de Águas, para garantir o funcionamento da hidrovía Tiete Paraná (refletidas na ou-

torga de operação desta Usina).

A primeira conclusão, fruto deste curtíssimo informe é: o atual risco de apagão elétrico é resultado de uma operação imprudente do setor elétrico e, portanto, a responsabilidade é de Jair Bolsonaro e não de São Pedro.

Tema da reprimarização

José Sergio Gabrielli de Azevedo

Brasil: de volta ao status primário exportador. Mesmo sendo um fenômeno mais estrutural do que conjuntural, vale a pena comentar. O principal produto de exportação de todos os estados brasileiros é do setor primário, seja mineral ou agropecuário. O Brasil está voltando a situação do início do século XX em que as exportações de produtos primários eram determinantes para a economia. É claro que os processos de produção atuais são muito mais intensivos em tecnologia e os processos de comercialização são muito mais integrados aos circuitos financeiros do que no século passado. Mas a desindustrialização do país é evidente. Poucos estados apresentam produtos com algum grau de elaboração, como a celulose, os semi-manufaturados de ferro, calçados, refino de petróleo e preparação de suco de frutas. Mas a complexidade dessa pequena transformação industrial não é significativa. A exportação in natura fica mais vulnerável aos ciclos dos preços dos produtos primários e não possibilita efeitos à montante e à jusante para as mudanças necessárias do setor produtivo brasileiro. O agro negócio predomina nas exportações, além do minério de ferro e do petróleo. Essa reprimarização da pauta de exportações brasileiras segue na esteira de um novo boom do preço das commodities, puxado principalmente pelo minério de ferro, mas também pelos insumos industriais.



O grupo de conjuntura da Fundação Perseu Abramo foi constituído quando Nilmário Miranda era presidente da Fundação e Rui Falcão presidente nacional do PT. Assumiu várias formas e dinâmicas ao longo de sua existência. Atualmente se reúne toda segunda-feira (com exceção de feriados e dias que coincidem com atividades convocadas pelo Diretório Nacional do Partido).

A presente edição, organizada por Valter Pomar com a colaboração do companheiro Adriano Bueno, reúne todas as ajudas memórias divulgadas até o dia de hoje.

Junho de 2021



F U N D A Ç Ã O

Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores